



POLÍTICA CIDADÃ
BASEADA EM PRINCÍPIOS
E VALORES



EDUCAÇÃO
PARA A SOCIEDADE
DO CONHECIMENTO



ECONOMIA
PARA UMA SOCIEDADE
SUSTENTÁVEL



PROTEÇÃO SOCIAL:
SAÚDE, PREVIDÊNCIA
E TERCEIRA GERAÇÃO
DE PROGRAMAS SOCIAIS



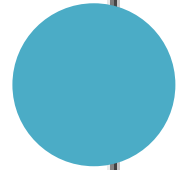
QUALIDADE DE VIDA
E SEGURANÇA PARA TODOS
OS BRASILEIROS



CULTURA
E FORTALECIMENTO
DA DIVERSIDADE



POLÍTICA EXTERNA
PARA O SÉCULO 21



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

JUSTIFICATIVA DE MUDANÇA DE SUBEIXOS 5

1. PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA BRASIL DEMOCRÁTICO E SUSTENTÁVEL 2010 5

GESTÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL E GOVERNANÇA 6

EQUIDADE: COMBATE ÀS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E ATENÇÃO INTEGRADA À PRIMEIRA INFÂNCIA 7

B. ATENÇÃO INTEGRADA À PRIMEIRA INFÂNCIA 8

EDUCAÇÃO INTEGRAL 8

NOVOS CONHECIMENTOS, TECNOLOGIAS E NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER 9

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DE FORMA QUE GARANTA A APRENDIZAGEM A TODOS OS ALUNOS NA IDADE CORRETA 10

LETRAMENTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NOS DIVERSOS DOMÍNIOS DA SOCIEDADE 10

DIVERSIDADE CULTURAL E VALORES 11

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 11

JUVENTUDES 12

ENSINO SUPERIOR 13

- **INTENSIFICAR O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, AFIM DE QUALIFICAR ESTA ETAPA DA EDUCAÇÃO. 13**
- **FOMENTAR INICIATIVAS E POLÍTICAS DE INCENTIVO À PESQUISA CIENTÍFICA E INOVAÇÃO, POR MEIO DE AUMENTO DE RECURSOS E DE INSTITUTOS DE PESQUISA. 13**
- **GARANTIR EQUIDADE DE OPORTUNIDADES NO INGRESSO E PERMANÊNCIA DOS JOVENS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, MANTENDO O SISTEMA DE COTAS. 13**

2. TEXTO COMPLETO PARA O EIXO EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO 14

RESUMO 14

INTRODUÇÃO 14

SUBEIXO 1: GESTÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL E GOVERNANÇA 17

A. Construção do Sistema Nacional de Educação 17

B. Recursos Orçamentários 19

SUBEIXO 2: EQUIDADE: COMBATE ÀS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E ATENÇÃO INTEGRADA À PRIMEIRA INFÂNCIA

23

A. Equidade: Combate às desigualdades educacionais 23

O acesso e o direito de aprender 23

A adequação do fluxo escolar em todas as etapas da Educação Básica 24

Entendendo a realidade para trilhar um novo caminho 25

B. Atenção integrada à primeira infância 26

SUBEIXO 3: EDUCAÇÃO INTEGRAL 30

SUBEIXO 4: NOVOS CONHECIMENTOS, TECNOLOGIAS E NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER 34

SUBEIXO 5: MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DE FORMA QUE GARANTA APRENDIZAGEM A TODOS OS

ALUNOS NA IDADE CORRETA 37

Universalização qualificada da Educação Básica 37

SUBEIXO 6: LETRAMENTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NOS DIVERSOS DOMÍNIOS DA SOCIEDADE 41

O acesso à cultura escrita desde a educação infantil e alfabetização até os 8 anos 41

A busca pelo alfabetismo pleno 42

O uso da tecnologia 44

SUBEIXO 7: DIVERSIDADE CULTURAL E VALORES 45

SUBEIXO 8: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 47

SUBEIXO 9: JUVENTUDES 50

Os desafios do ensino formal 51

(a) Ensino Médio 51

(b) Ensino Técnico e Profissionalizante 52

(c) Educação de Jovens e Adultos - EJA 52

SUBEIXO 10: ENSINO SUPERIOR 53

Políticas de incentivo 54

Pesquisa e Inovação 55

DADOS 57

Apresentação

Foi elaborado no ano de 2013 o compilado de propostas apresentado na publicação denominada Educação para a Sociedade do Conhecimento, que faz parte da contribuição do IDS para a ampliação do debate com a sociedade brasileira sobre a construção do modelo de desenvolvimento sustentável baseado em valores éticos e profundamente comprometido com a democracia e a sustentabilidade.

Fica claro na publicação que este horizonte será alcançado na medida em que as políticas públicas forem pensadas e aplicadas de forma transversal e integradas em todo contexto e conjuntura política, ou seja, como políticas de Estado para a efetiva qualidade de vida de todos os cidadãos brasileiros.

Para promover o desenvolvimento sustentável e estabelecer uma ponte entre o Brasil do presente e do futuro, é imprescindível uma educação de qualidade, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento.

Neste sentido, foram apresentados no documento, ainda em fase de revisão final, 10 temas estruturadores para o debate sobre o eixo *Educação para a Sociedade do Conhecimento*: (1) Gestão do Sistema Educacional e Governança; (2) Equidade: Combate às desigualdades educacionais e Atenção Integrada à Primeira Infância; (3) Educação Integral; (4) Novos Conhecimentos, tecnologias e novas formas de ensinar e aprender; (5) Melhoria da qualidade da Educação Básica, de forma que garanta a aprendizagem a todos os alunos na idade correta; (6) Acesso à Cultura escrita desde a entrada na escola; (7) Diversidade Cultural e Valores; (8) Valorização dos profissionais da Educação; (9) Juventudes; (10) Ensino Superior e Tecnológico.

A elaboração do conteúdo do texto que compõe a Plataforma Brasil Democrático e Sustentável foi elaborado por Maria Alice Setúbal e Ana Carolina Ayres.

O documento teve como base os vídeos e transcrições produzidos a partir das Rodas de Conversa, marcos legais, documentos norteadores de políticas públicas, artigos acadêmicos e publicações de organizações-referência na área da Educação formal e não formal no Brasil.

Uma série de Rodas de Conversas foi realizada entre os anos de 2010 e 2012, tendo como objetivo discutir os temas relacionados com Educação em diversos níveis, sendo: 1ª e 2ª *Rodas de Conversa sobre Educação*, no ano de 2010; *Rodas de Conversa Educação para São Paulo: Uma cidade sustentável*; *Roda de Conversa sobre Meio Ambiente*, no ano de 2012, e *Roda de Conversa Reflexões para pensar, ouvir e falar sobre Cultura de Paz*, com Arun Gandhi, em 2012.

Justificativa de mudança de subeixos

As mudanças dos subeixos referentes à Plataforma de 2010 para 2014 ocorreram após intensa pesquisa na área temática, consultas realizadas com especialistas e análise do compilado das propostas. Esta nova estrutura foi desenhada a fim de dar maior sentido e clareza lógica na leitura e apresentação. Além disso, objetiva-se apresentar um olhar sistêmico sobre a temática, tendo como base os assuntos relevantes nos debates públicos atuais e desafios a serem superados pelas políticas públicas de Educação.

1. PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA BRASIL DEMOCRÁTICO E SUSTENTÁVEL 2010

Considerando como valores centrais a democracia e a sustentabilidade, para as ações voltadas à EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO destacamos as seguintes sugestões de propostas:

Gestão do Sistema Educacional e Governança

- Construir estratégias de coordenação intergovernamental viáveis considerando os marcos legais existentes e criar ordenamentos institucionais necessários para que a oferta educativa no país tenha equidade. Para tanto, é preciso definir com clareza: (a) os papéis e responsabilidades de cada um dos entes federativos; e (b) como deve ser a relação entre eles para que o Regime de Colaboração seja efetivo.
- Favorecer o diálogo horizontal e a cooperação regulamentada entre os municípios e demais entes federativos.
- Construir: (a) metas e monitoramento de gestão para o longo prazo; e (b) avaliação permanente com foco na aprendizagem do aluno.
- Favorecer a participação e controle social através da criação de arenas institucionais de colaboração que legitimem as discussões e os pactos entre os entes federativos, de forma que garanta a continuidade das políticas educacionais.
- Ampliar e tornar transparente o investimento público em educação.
- Garantir políticas de inclusão escolar para crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por meio de: (a) formação docente; (b) oferta de atendimento educacional especializado complementar; (c) disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade; e (d) intersetorialidade das políticas públicas.
- Garantir padrões de qualidade na oferta educativa em nível nacional, levando em conta as diversidades regionais e locais, e assegurar o aprendizado de todos os alunos.
- Ampliar a assistência técnica e financeira aos municípios. Garantir a formulação de planos e conduções de políticas educacionais enquanto políticas de Estado. Promover a profissionalização da gestão educacional de todas as instâncias públicas que têm de alguma forma responsabilidade na Educação.

- Estimular a (re)formulação de planos de carreira do magistério pelas redes de ensino, considerando como base o Piso Nacional. Trata-se de uma política fundamental para valorização docente, dentre outras medidas importantes, para que a qualidade da Educação Básica no país alcance melhores patamares e recupere o atraso histórico.

Equidade: Combate às desigualdades educacionais e Atenção integrada à primeira infância

A. Combate às desigualdades educacionais

- Garantir o atendimento universal e de qualidade a todos os estudantes brasileiros. Ou seja, é necessário que aconteça a adequação do fluxo escolar e que seja superado o desafio da distorção idade-série e evasão em toda as regiões do Brasil e para todos os grupos sociais no sistema público de ensino.
- Favorecer políticas públicas integradas e intersetoriais com objetivo de promover a equidade, de forma que atinja os territórios de alta vulnerabilidade social e combatendo as desigualdades educacionais, especialmente entre as diferentes regiões brasileiras, entre campo/cidade e entre centro/periferia das grandes cidades, e entre as populações branca e negra.
- Apoiar estados e municípios com metodologias que permitam estabelecer metas de inclusão e de superação de desigualdades sociais e regionais, articulando esforços intersetoriais dos três níveis de governo, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais e dos organismos internacionais.
- Promover uma revisão da partilha tributária, tanto na questão da arrecadação quanto da distribuição dos recursos, com o objetivo de enfrentar os desafios dos municípios brasileiros na oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de qualidade e com equidade. Para isso, é preciso: (a) incluir as crianças que ainda estão fora da escola; (b) expandir os tempos e espaços escolares de modo que amplie as oportunidades de aprendizagem; (c) valorizar o corpo docente; (d) implantar o piso nacional do magistério.

B. Atenção integrada à primeira infância

- Integrar os planos nacionais já existentes (Plano Nacional pela Primeira Infância, Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Saúde, Plano Nacional de Assistência Social, Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária) para assegurar prioridade às políticas públicas voltadas às crianças brasileiras.
- Estimular a construção de Planos Municipais de Educação com vistas às especificidades locais, em consonância com os planos setoriais e decenais voltados à primeira infância.
- Reduzir a mortalidade infantil no Brasil, principalmente na parcela mais pobre da população, e zerar a ocorrência de casos de desnutrição no país.
- Garantir apoio técnico e financeiro aos municípios visando à ampliação da oferta de creches da rede pública no país e adequação dos equipamentos das creches e EMEIs aos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), assegurando um atendimento compatível com a idade das crianças atendidas.
- Formar professores e cuidadores para educação e acolhimento à primeira infância. Incentivar o monitoramento e avaliação da rede de creches conveniadas pelas prefeituras. Fomentar e estimular a criação de programas nos estados e municípios voltados a gestantes e mães, que trabalhem noções de cuidado e saúde e sobre desenvolvimento infantil.

Educação integral

- Enriquecer e fortalecer o debate na sociedade sobre o conceito de Educação Integral. Contrariamente ao senso comum, a permanência

da criança na escola não é garantia de melhoria na aprendizagem e nem de uma formação que atenda às demandas do século XXI.

- Estimular a ampliação da oferta de educação integral na rede pública de ensino.
- Articular a escola com os espaços disponíveis na comunidade para realização de atividades: clubes, centros esportivos, centros culturais, bibliotecas, parques, praças etc.
- Garantir que os cursos de licenciatura e pedagogia contemplem o conceito de Educação Integral em todos os seus aspectos a fim de formar professores aptos a atuarem no desenvolvimento de crianças e adolescentes nas suas diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, intelectual e ética.
- Estimular a articulação intersetorial das políticas de Educação, Cultura, Esporte, Assistência Social e Saúde nos territórios, como pressuposto na implantação de programas de educação integral.

Novos conhecimentos, tecnologias e novas formas de ensinar e aprender

- Promover formação inicial e continuada do professor consoante com os novos conhecimentos, as novas tecnologias e as novas formas de ensinar e aprender.
- Incentivar a construção colaborativa do conhecimento, a inovação e a autoria.
- Estimular o aprimoramento das práticas de letramento originadas pela cultura letrada digital e outras formas diversificadas de leitura e escrita.
- Fomentar a construção de escolas com equipamentos, laboratórios e biblioteca adequadas e acessíveis a todos.

- Promover o conceito de escola aberta aos diferentes espaços (virtual e presencial) de acesso e construção do conhecimento, oferecendo aos alunos diferentes suportes de aprendizagem: vídeos, filmes, livros, quadrinhos, games, entre outros.

Melhoria da qualidade da Educação Básica, de forma que garanta a aprendizagem a todos os alunos na idade correta

- Alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças até 7 anos de idade.
- Aprimorar e reestruturar os anos finais do Ensino Fundamental, adequando-os à realidade contemporânea.
- Discutir a elaboração de um currículo nacional e expectativas de aprendizagem, respeitando e abrindo espaços para especificidades regionais e populacionais. Reformular o currículo do Ensino Médio para que se torne atraente aos jovens, com currículo relacionado às questões do mundo contemporâneo e à realidade do mercado de trabalho.

Letramento: as práticas de leitura e escrita nos diversos domínios da sociedade

- Melhorar os níveis de Alfabetismo com base no Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), com o objetivo de assegurar à população brasileira adulta o direito ao letramento, possibilitando assim o exercício pleno da cidadania.
- Minimizar os níveis de desigualdade de escolaridade entre a população mais rica e mais pobre no Brasil.
- Fomentar o acesso à cultura escrita nos primeiros anos de vida dos cidadãos brasileiros, de modo que qualifique o processo de alfabetização e de incursão da criança no contexto social.
- Garantir o acesso e ampliar o uso de tecnologias digitais em todas as etapas de escolarização, de modo que todos – independente de região, classe social ou raça – tenham acesso às novas ferramentas de ensino-aprendizagem.

Diversidade cultural e valores

- Promover competências interculturais, de forma que se alargue a perspectiva integradora dos conteúdos curriculares e do ambiente escolar em geral com os saberes e práticas trazidos pelos educandos, visando a maior participação dos pais de alunos e de suas comunidades locais.
- Promover encontros e diálogos com diferentes grupos: étnicos, de gênero, orientação sexual, respeitando seus valores e diferentes espaços.
- Valorizar e respeitar a cultura indígena, das comunidades tradicionais e quilombolas.
- Aprofundar a aprendizagem da vida em conjunto, promovendo as competências interculturais, incluindo as que estão enraizadas nas práticas cotidianas das comunidades, com vista em melhorar as abordagens pedagógicas das relações interculturais.

Valorização dos profissionais da Educação

- Apoiar ações de valorização simbólica da profissão do professor, reconhecendo sua dignidade e recuperando o respeito ao profissional.
- Tornar a atividade do magistério mais atraente, garantindo: (a) salário inicial atraente; (b) plano de carreira motivador pautado no desempenho em sala de aula e na formação continuada; (c) formação com foco na prática docente; (d) condições adequadas de trabalho; e (e) piso salarial condizente com a importância da função.
- Aprimorar a qualidade da formação inicial, tanto nos cursos de Pedagogia como nas licenciaturas, e discutir com as universidades a reformulação dos currículos desses cursos considerando os novos tempos, as novas formas de ensinar e aprender.
- Melhorar a oferta de formação continuada e fortalecer o trabalho de coordenação pedagógica e direção dentro das escolas.
- Criar mecanismos de comprometimento de toda equipe escolar pelo aprendizado dos alunos.

- Incentivar propostas inovadoras, como a implementação de Residência Escolar e outras formas de estágios nas escolas públicas que efetivamente preparem o docente para a prática em sala de aula.

Juventudes

- Investir na construção de escolas e espaços de aprendizagem majoritariamente diurnos e incluir os quase 1,6 milhões de jovens de 19 a 24 anos que não trabalham nem estudam¹.
- Garantir a formação plena dos jovens de 15 e 16 anos que ainda estão no Ensino Fundamental para que encerrem o ciclo de estudos.
- Erradicar o analfabetismo entre os jovens do país e aumentar a escolaridade da população brasileira.
- Desenvolver políticas de permanência na escola e promover uma profunda reformulação pedagógica do ensino médio, aproximando seus conteúdos às realidades do mundo contemporâneo juvenil, criando um espaço de fruição cultural, de produção de conhecimento e de integração das políticas sociais de juventude.
- Expandir o Sistema Público de Educação Profissional, inserindo novas metas ao Pronatec.
- Reestruturar os currículos da educação básica, referenciados numa matriz de educação para a sustentabilidade e cidadania ativa; reconhecer processos educativos para além do ambiente escolar e impulsionar a formação para o empreendedorismo, com enfoque territorial e solidário.
- Institucionalizar políticas que promovam a inserção dos jovens em condições dignas de trabalho.
- Reduzir a jornada de trabalho e aumentar a fiscalização da contratação de aprendizes e estagiários, com o objetivo de qualificar o trabalho juvenil.

1 Dado extraído do estudo "Os Nem-Nem-Nem: Exploração inicial sobre um fenômeno pouco estudado", da pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Joana Monteiro.

- Aumentar as políticas de crédito para a juventude, acompanhado da construção de um marco legal que viabilize o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia solidária.

Ensino Superior

- Intensificar o monitoramento e avaliação do Ensino Superior no Brasil, afim de qualificar esta etapa da Educação.
- Fomentar iniciativas e políticas de incentivo à pesquisa científica e inovação, por meio de aumento de recursos e de institutos de pesquisa.
- Garantir equidade de oportunidades no ingresso e permanência dos jovens nas universidades brasileiras, mantendo o sistema de cotas.
- Expandir o número de vagas nas universidades públicas e garantir uma política de assistência estudantil.

2. Texto completo para o Eixo *Educação para a sociedade do conhecimento*

RESUMO

Esta publicação apresenta um compilado de propostas referentes ao Eixo Temático Educação para a Sociedade do Conhecimento, que compõe a Plataforma Brasil Democrático, organizada pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, com base em valores éticos e comprometido com a democracia, este documento aborda temas estruturadores para o debate sobre Educação no Brasil e apresenta propostas para os desafios de garantir acesso, equidade e qualidade na Educação para todos os cidadãos brasileiros.

INTRODUÇÃO

O compilado de propostas apresentado nesta publicação faz parte da contribuição do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) para a ampliação do debate com a sociedade brasileira sobre a construção do modelo de desenvolvimento sustentável baseado em valores éticos e profundamente comprometido com a democracia e a sustentabilidade.

Este horizonte será alcançado na medida em que as políticas públicas forem pensadas e aplicadas de forma transversal e integradas em todo contexto e conjuntura política, ou seja, como políticas de Estado que proporcionem efetivamente qualidade de vida a todos os cidadãos brasileiros.

Para promover o desenvolvimento sustentável e estabelecer uma ponte entre o Brasil do presente e o do futuro é imprescindível uma educação de qualidade, que forme cidadãos comprometidos com uma vida social solidária

e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento.

Neste sentido, serão apresentados aqui 10 temas estruturadores para o debate sobre o eixo Educação para a Sociedade do Conhecimento: (1) Gestão do Sistema Educacional e Governança; (2) Equidade: Combate às desigualdades educacionais e Atenção integrada à primeira infância; (3) Educação Integral; (4) Novos conhecimentos, tecnologias e novas formas de ensinar e aprender; (5) Melhoria da qualidade da Educação Básica, de forma que garanta aprendizagem a todos os alunos na idade correta; (6) Letramento: as práticas de leitura e escrita nos diversos domínios da sociedade; (7) Diversidade cultural e valores; (8) Valorização dos profissionais da Educação; (9) Juventudes; e (10) Ensino Superior.

A escolha dos temas estruturadores ou subeixos foi realizada após uma série de Rodas de Conversa nos anos de 2010 e 2011, que tiveram como objetivo discutir os temas relacionados com Educação em diversos níveis, sendo: *1ª e 2ª Roda de Conversa sobre Educação*, no ano de 2010; *Rodas de Conversa Educação para São Paulo: Uma cidade sustentável*; *Roda de Conversa sobre Meio Ambiente*, no ano de 2012 e *Roda de Conversa Reflexões para pensar, ouvir e falar sobre Cultura de Paz*, com Arun Gandhi, em 2012.

A elaboração do conteúdo que compõe esta publicação teve como base os vídeos e transcrições produzidos a partir dessas Rodas de Conversa, os marcos legais, os documentos norteadores de políticas públicas, artigos acadêmicos e publicações de organizações-referência na área da Educação formal e não formal no Brasil.

O conteúdo está dividido em quatro grandes partes: (a) Ideias-chave e Eixos Matriciais; (b) Dados; (c) Desafios e Propostas; e (d) Referências.

A Plataforma Brasil Democrático e Sustentável é uma superfície de sustentação para a construção coletiva e colaborativa de nossos sonhos. Só

assim o IDS poderá atingir sua missão: convergir e potencializar ideais e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21.

SUBEIXO 1: Gestão do Sistema Educacional e Governança

Para o Brasil avançar nas políticas e ações efetivas de Gestão do Sistema de Educação será necessária uma mudança de cultura educacional. Gestão eficaz, maiores investimentos, acesso e universalização do ensino, qualidade, são pré-requisitos básicos para que a Educação no Brasil seja reconhecida como estratégica para o desenvolvimento justo e sustentável do país. A seguir, encontram-se dois temas cruciais para o debate sobre gestão educacional: (A) Construção do Sistema Nacional de Educação e (B) Recursos Orçamentários.

Palavras-chave: Gestão; Sistema Nacional de Educação; Recursos Orçamentários; Educação de Qualidade; Equidade; Direito à Educação.

A. Construção do Sistema Nacional de Educação

A consolidação de um sistema público universal, que ofereça um padrão básico de serviços de qualidade e acessível a toda população brasileira, independentemente de diferenças sociais, culturais, econômicas ou territoriais, é um dos objetivos da construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) no contexto do Sistema Federativo do Brasil.

A garantia do direito à educação de qualidade é um princípio fundamental e basilar para as políticas e gestão da educação básica e superior, seus processos de organização e regulação. No caso brasileiro, o direito à educação básica e superior, bem como a obrigatoriedade e universalização da educação de 4 a 17 anos (Emenda Constitucional - EC no. 59/2009), está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), nos reordenamentos para o Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), com as alterações ocorridas após a sua aprovação, encontra-se em sintonia com a garantia do direito social à educação de qualidade (CONAE, 2014, p.14).

A garantia de acesso à educação pública de qualidade para todos os brasileiros exige uma articulação maior entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Efetivos regimes de cooperação e o esforço integrado e colaborativo entre os entes só se darão por meio de uma política sistêmica e nacionalmente consistente, consolidada em um Sistema Nacional de Educação, ou seja, políticas de estado e não políticas de governo.

Em qualquer federação, como é o caso brasileiro, a coordenação federativa é essencial para garantir a interdependência entre governos. Isso envolve duas dimensões. A primeira diz respeito à cooperação entre territórios, incluindo formas de associativismo e de consorciamento. Trata-se da criação de entidades territoriais, formais ou informais, que congregam mais de uma esfera de governo de entes federados diversos. A segunda dimensão da coordenação vincula-se à conjugação de esforços inter e intragovernamentais no campo das políticas públicas (ABRUCIO; MOZART, 2012, p. 11).

Assim, definem-se as atribuições e responsabilidades de cada ente federativo e setores da sociedade civil para superar as disparidades na distribuição de recursos e padrões das políticas públicas entre as diversas regiões do território brasileiro, ao mesmo tempo em que se reconhecem as diversidades – pressuposto do sistema federativo – que devem ser respeitadas no processo pedagógico. A igualdade de condições de acesso, a permanência e o sucesso na escola são desafios que podem ser superados por meio da soma de esforços em prol de metas comuns, baseadas nos princípios legais já existentes.

Para colocar em prática o Regime de Colaboração entre os entes federados, o Brasil já conta com os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), que, além da forte característica intermunicipal, agregam a participação dos estados e da União, incluindo ou não a participação de instituições privadas e não governamentais, tais como empresas e organizações diversas. Todos os envolvidos assumem o objetivo comum de contribuir de forma transversal e

articulada para o desenvolvimento da Educação em determinado território, que ultrapassa os limites de um só município (ABRUCIO; MOZART, 2012, p. 12).

Se o federalismo é um dos pontos centrais da construção do Sistema Nacional de Educação – tema central da Conferência Nacional de Educação 2014 –, tratar esta questão e seus impactos na esfera educacional nos direciona necessariamente para o debate sobre governança, participação e controle social. Estes podem garantir políticas públicas eficazes e eficientes no que se refere ao acesso à educação de qualidade e ao bom uso de recursos públicos, mecanismos de redução da desigualdade social vigente no país.

Nessa perspectiva, alguns pontos relativos à governança, participação e controle social devem ser destacados: (a) eles consolidam a democracia; (b) eles fortalecem a equidade e a justiça social; e (c) eles garantem processos de transparência e prestação de contas.

Assim, compete às instâncias do SNE definir e garantir finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns e assumir a articulação, normatização, coordenação e regulamentação da educação nacional pública e privada, assegurando sua gestão democrática.

O Sistema Nacional de Educação pode assegurar que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos tenham oportunidades educativas formais e não formais baseadas em valores que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional.

B. Recursos Orçamentários

O valor estratégico da Educação é amplamente reconhecido pelos segmentos sociais no Brasil. Os investimentos na área devem contribuir para garantir o acesso a uma educação pública de qualidade no país – um direito

previsto na Constituição Federal (CF) de 1988 que até hoje não é plenamente assegurado. Para resguardar o direito à Educação, a CF determina que os estados, Distrito Federal e municípios destinem no mínimo 25% de suas receitas resultantes de impostos e transferências à manutenção e desenvolvimento do ensino, no caso da União devem ser destinados 18%.

Para contribuir com o enfrentamento dos desafios de equidade na educação existentes no Brasil foi criado o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Trata-se de um indicador desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e que estabelece padrões mínimos de qualidade para a Educação Básica. O CAQi propõe um novo olhar sobre os orçamentos públicos para a Educação no Brasil, pois tem como ponto de partida quais os insumos necessários para garantir uma educação de qualidade. Atualmente, o investimento por aluno é determinado com base na disponibilidade de recursos existente no orçamento (Ver tabela CAQi no item *Dados*).

O CAQi é calculado em função dos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e a partir dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, os fatores que mais impactam no cálculo do CAQi são: parâmetros de infraestrutura (tamanho da escola); jornada dos alunos; relação alunos/professor; valorização dos profissionais do magistério (salário, plano de carreira e formação inicial e continuada). (UNDIME, 2009, p. 8 e 9).

O Brasil encontra-se na 85ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² e figura em 58º lugar no ranking de países mais inovadores do mundo³, elaborado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual e pelo Instituto Insead (Instituto Europeu de Administração e Negócios), cenário que reflete o baixo investimento na Educação no país.

² Dados de 2013.

³ Dados de 2012.

Apoiar e propor iniciativas que promovam a elevação do investimento em educação do setor público é primordial, pois impactam diretamente no conjunto de políticas e ações de Educação no país. Dar prioridade a novos investimentos na direção da universalização do acesso, criando igualdade de oportunidades para todos e garantindo a equidade é um desafio a ser superado. O investimento na Educação é um dos pontos de maior divergência no debate sobre o projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio. A última versão do texto, aprovada em plenário no Senado, prevê, na meta 20, a ampliação progressiva do investimento público em educação de modo que se atinja o patamar de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final da vigência do Plano. A versão aprovada anteriormente na Câmara determinava a ampliação do investimento público em educação pública, impedindo que recursos destinados à rede privada, na forma de concessão de bolsas estudantis, por exemplo, fossem computados.

Ao subir os indicadores de financiamento em Educação, o Brasil deve se aproximar dos parâmetros internacionais.

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é composto por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação. Está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos.

(Fonte:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12327&Itemid=669>)

Eixos Matriciais:

Política Cidadã baseada em princípios e valores: avanços nos processos democráticos por meio da participação e controle social, garantindo maior transparência de todo o processo de consolidação das políticas públicas e distribuição de recursos na área da Educação. Além disso, o Sistema Nacional de Educação fortalece o pacto federalista, garantindo melhor distribuição de recursos para Educação no país.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: o reconhecimento da diversidade deve ser um dos pontos fundamentais do Sistema Nacional de Educação, garantindo papel protagonista e diverso presente em cada região do Brasil.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico.

SUBEIXO 2: Equidade: Combate às desigualdades educacionais e atenção integrada à primeira infância

O enfrentamento das situações críticas e inaceitáveis de desigualdade social extrema e da perpetuação da miséria deve ser prioridade de qualquer política pública no Brasil. A Educação tem papel fundamental neste cenário, pois contribui decisivamente para a construção de um país justo, solidário, sustentável e pacífico. A seguir, serão abordados dois temas fundamentais: (A) Equidade: Combate às desigualdades educacionais e (B) Atenção integrada à primeira infância.

Palavras-chave: Equidade; Justiça Social; Direito à Educação; Educação Básica; Primeira Infância; Intersetorialidade.

A. Equidade: Combate às desigualdades educacionais

O acesso e o direito de aprender

O cenário rigorosamente prioritário que precisamos construir é de enfrentamento a qualquer tipo de situação crítica e inaceitável de injustiça social e iniquidade. A educação tem papel importante e fundamental neste processo de desenvolvimento e eleva todos os indicadores positivos que um país pode e deve ter. É a oferta de oportunidades educacionais de qualidade a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção social, regional ou econômica que contribuirá com a construção de um país pacífico, justo e sustentável.

O direito à Educação está previsto na Constituição Federal (CF) de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ambos estabelecem que a responsabilidade pelo acesso da educação é da União, estados, municípios e Distrito Federal. Além disso, o artigo 207 da CF estabelece que a Educação Básica será “obrigatória e gratuita” dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive para todos os que não tiveram acesso na idade apropriada.

Apesar dos esforços do Brasil para assegurar a oferta de Educação pública e gratuita a todos os estudantes em todas as etapas da Educação Básica, ainda é um desafio que o acesso aconteça unido ao aprendizado nos diversos grupos sociais do país. Ou seja, será preciso assegurar a todos o direito fundamental de aprender. Conforme o texto “Educação: Uma agenda urgente” (2011), “Não basta construir escolas, abrir vagas e garantir matrícula, é necessário que os alunos permaneçam estudando, aprendam o conteúdo ensinado e concluam os estudos na idade correta.”

Para que este direito seja plenamente alcançado e a desigualdade superada é necessário que as políticas públicas sejam formuladas na direção da equidade, garantindo o atendimento universal da educação de qualidade ao mesmo tempo em que sejam desempenhadas ações específicas para os territórios mais vulneráveis.

A adequação do fluxo escolar em todas as etapas da Educação Básica

A garantia de atendimento universal e de qualidade a todos os estudantes brasileiros é o ponto de partida para que a equidade plena seja alcançada. Ou seja, é necessário que aconteça a adequação do fluxo escolar e que seja superado o desafio da distorção idade-série em todas as regiões do Brasil e para todos os grupos sociais no sistema público de ensino.

“Todos e cada um”

O conceito “todos e cada um” está intimamente relacionado ao conceito de equidade. O pronome “todos” revela o caráter universal necessário para as medidas na área da Educação. Já “cada um” oferece a dimensão da especificidade da realidade da criança. (Educação: Uma agenda urgente, 2011, p. 130)

Para que as desigualdades regionais, de renda e raça sejam superadas é preciso que as políticas sejam inclusivas e estejam atentas para a grande diversidade do país.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) assegura o direito das comunidades indígenas e quilombolas à Educação, mas é preciso ampliar o entendimento deste direito, ou seja, é preciso respeitar a cultura e a língua materna de cada comunidade, fortalecendo suas práticas socioculturais e respeitando sua identidade e a preservação das tradições.

A LDB define como Educação Especial a modalidade ofertada aos alunos com necessidades educacionais especiais e estabelece que a rede regular de ensino deva oferecer essas vagas, contando com apoio especializado quando necessário. Historicamente, entretanto, esses estudantes foram excluídos em classes e escolas especiais. É a partir da criação, pelo MEC, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, que se nota um crescimento no número de alunos com deficiência nas classes comuns (de 46,8%, em 2007, para 75,7%, em 2012), em oposição às classes especiais e às escolas especializadas, cujas matrículas apresentam tendência de queda (redução de 43% no mesmo período).

Entendendo a realidade para trilhar um novo caminho

Para que se possa avançar de forma eficaz nas políticas na área da Educação é preciso entender a realidade diversa do país. As informações, os indicadores e os dados nos direcionam de forma clara à resolução das disparidades educacionais brasileiras e possibilitam a definição de metas e políticas públicas tanto universais quanto territorializadas. Atualmente, as bases de dados mais utilizadas são as do Censo Demográfico, porém ainda não são cruzadas com as demais bases, como o Censo da Educação Básica, o Cadastro Único de programas sociais e registros da Saúde.

O cruzamento dos dados do cadastro do Bolsa Família, um programa de distribuição de renda baseado na frequência escolar de crianças e jovens, com outras bases existentes no país, permitiria, por exemplo, a criação de um painel de indicadores de vulnerabilidades, que poderia ajudar a identificar gargalos, evidenciar as dimensões da iniquidade e entender melhor quem fica fora da escola e por quê. (Educação: Uma agenda urgente, 2011, p. 138).

B. Atenção integrada à primeira infância

Crianças de zero a seis anos compõem o grupo chamado de primeira infância e seus direitos fundamentais estão detalhados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e contemplados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, como segue:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (CF, 1988, art. 227).

Portanto, como cidadãos brasileiros, o Estado deve assegurar-lhes ações integradas de promoção e defesa dos direitos fundamentais desde os primeiros anos de vida.

A responsabilidade pelo cuidado das crianças deve ser compartilhada pelo poder público, pela sociedade e pela família. Além disso, as políticas públicas voltadas à primeira infância devem ser articuladas por todas as instâncias, setores e segmentos do governo, sendo garantida a cultura do cuidado coletivo para o seu pleno desenvolvimento, que se reflete no crescimento físico e na integridade emocional e social das crianças. (UNICEF, 2011, p. 10 e 13).

A primeira infância é uma fase de maior vulnerabilidade, que demanda proteção especial e um ambiente seguro, acolhedor e estimulante. Entender a criança como pessoa em desenvolvimento implica conferir plenitude ao momento da infância, por ela ter sentido em si mesma e, adicionalmente, reconhecer o dinamismo do processo de formação, cujo resultado é o futuro. (UNICEF, 2011, p. 13)

A visão que norteia o Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI) é:

- A primeira infância é fundamental para o desenvolvimento da pessoa.
- A criança é um sujeito de direitos, indivíduo, único, com valor em si mesmo e em condição peculiar de desenvolvimento.
- Toda criança deve ser respeitada e valorizada na sua identidade étnico-racial, cultural, de gênero, geográfica e em suas características de desenvolvimento.
- Toda criança deve ser considerada na sua integralidade e nas inter-relações que estabelece com as outras pessoas e com o ambiente.
- O atendimento à primeira infância deve ser tratado por políticas públicas integradas, gerais e específicas.
- A família é essencial para a formação de vínculos afetivos e sociais; e cabe aos cuidadores, na sua ausência ou na complementação da atenção à criança, agir com essa compreensão.
- As crianças devem ser protegidas de toda forma de violência.

(UNICEF, 2011, p. 14)

A atenção à primeira infância no Brasil está prevista em diversos planos e compromissos, em especial nos Plano Nacional pela Primeira Infância, Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Saúde, Plano Nacional de Assistência Social, Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa

do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. É preciso integrá-los como uma política articulada de Estado. (UNICEF, 2011, p. 10).

Toda criança brasileira tem direito à escola, desde o seu nascimento, assegurado pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A etapa inicial da Educação Básica – que atende crianças de zero a cinco anos – é a chamada Educação Infantil, sendo que na primeira fase de desenvolvimento (zero a três anos) as crianças são atendidas em creches ou berçários. A frequência é definida pela família e o acesso deve ser garantido pelo Estado. Na segunda fase (quatro a seis anos), as crianças passam a frequentar as pré-escolas, já seguindo as diretrizes de matrícula obrigatória registradas na legislação brasileira.

A oferta de vagas em creches públicas vem aumentando nos últimos anos, passando de 9,4%, em 2000, para 23,6%, em 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, ainda há um déficit importante nesta área, principalmente quando analisamos a desigualdade social por trás dos números: entre os 10% mais pobres o estrato percentual de crianças atendidas era de 12% em 2011, em contraposição aos 45% de atendimento na parcela mais rica da população, segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

Os desafios de gestão municipal apontados pela pesquisa “A Gestão na Educação Infantil no Brasil” referem-se à oferta de vagas; à formação de profissionais qualificados para o trabalho de cuidado e educação voltados a esta faixa etária; ao apoio qualificado às entidades conveniadas, assim como ao monitoramento e avaliação do trabalho por elas realizado; à garantia de formação continuada para toda rede; ao aporte de recursos investidos nesta etapa da Educação no Brasil. (MALTA, 2012).

“Investir nos primeiros anos de vida das crianças é, ao mesmo tempo, uma forma de neutralizar as piores consequências de crescer na miséria e possibilitar o rompimento da transmissão da pobreza em um ciclo vicioso de uma geração para outra.” (UNICEF, 2011, p. 13).

Os direitos da criança e do adolescente devem ser assegurados com prioridade segundo o ECA (art. 4º, parágrafo único).

A garantia de prioridade compreende:

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

Eixos Matriciais

Economia para uma sociedade sustentável: A valorização do rico capital humano e natural do país, através de investimento nos primeiros anos de vida dos brasileiros, pode ser uma estratégia de suma importância para neutralizar as consequências de se crescer na pobreza extrema e romper com a herança da miséria de uma geração para a outra.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: o processo de descentralização previsto na Constituição Federal de 1988 se dará, também, pelo reconhecimento das diversidades regionais e locais da infância no Brasil.

Política Cidadã baseada em princípios e valores: avanços nos processos democráticos por meio da participação e controle Social, garantindo maior transparência de dados e informações de todo o processo de consolidação das políticas públicas na área da Educação.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, respeitando a identidade de cada comunidade e fortalecendo suas práticas socioculturais, preservando, assim, suas tradições.

Proteção Social: Saúde, Previdência e Terceira Geração de Programas Sociais: a integração dos planos nacionais já existentes (Plano Nacional pela Primeira Infância, Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Saúde, Plano Nacional de Assistência Social, Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária) poderá garantir a prioridade às políticas públicas voltadas às crianças brasileiras.

Qualidade de Vida e Segurança para todos os brasileiros: assegurar que toda criança brasileira cresça num ambiente seguro, sem qualquer tipo de violência, é dever de todos. Além disso, deve-se monitorar e estimular o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança e os demais compromissos e pactos internacionais dos quais o país é signatário.

SUBEIXO 3: Educação Integral

As políticas de Educação Integral no Brasil devem ter como objetivo o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Ao promover o acesso a uma educação de qualidade, está representada uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais existentes no País.

Palavras-chave: Educação Integral; Educação Básica; Qualidade na Educação; Intersetorialidade; Educação Cidadã.

As políticas de Educação Integral no Brasil devem ter como objetivo o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Ao promover o acesso a uma educação de qualidade, representam uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais existentes no País. A implantação dessas políticas traz grandes desafios, pois implica a qualificação e interação entre os tempos e espaços, a articulação de conteúdos tradicionalmente trabalhados pela escola com saberes presentes na comunidade e os interesses e necessidades dos alunos, e a organização de arranjos intersetoriais no território.

Para tal, três dimensões essenciais devem ser consideradas nos programas de Educação Integral: tempo, espaço e conteúdo. As múltiplas aprendizagens devem levar em conta o lugar em que se vive, a comunidade em que se está inserido e os saberes, atitudes e valores necessários às novas gerações.

Quando se aborda a questão da Educação Integral não se fala somente de ampliação da jornada na escola, mas também de uma concepção de educação mais ampla, que compreende formar crianças e adolescentes de forma que se atenda às diversas habilidades, competências e conhecimentos exigidos no mundo contemporâneo. Dessa maneira, o que se pretende é oferecer novas oportunidades educativas e proporcionar aos estudantes interações em outros tempos, que não dizem respeito apenas ao tempo cronológico, mas também ao tempo subjetivo da aprendizagem, aquele que considera a individualidade, as interações grupais e os aspectos culturais dos estudantes. (CENPEC, 2013, p.17).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) prevê no seu artigo 34 a Educação Integral do Ensino Fundamental, com autonomia dos estabelecimentos de ensino para a ampliação da jornada escolar. Além disso, o artigo 3, inciso X, admite as experiências em outros espaços de aprendizagem e valoriza práticas educativas que envolvam a vida familiar, a convivência humana e as manifestações culturais, por exemplo.

O Índice de Efeito Escola (IEE), desenvolvido pela UNICEF, é um indicador do impacto que a escola tem na vida e no aprendizado da criança e do jovem, cruzando-o com informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada.

A última versão do texto do projeto de lei que institui o PNE para o próximo decênio, aprovado pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara, determina expansão da oferta de educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Alguns desafios devem ser superados para que essa ampliação da oferta aconteça de forma gradual e com qualidade, como: a reorganização dos espaços, incremento de recurso e financiamento, contratação e formação de profissionais, adaptação de infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos e didáticos.

O Programa *Mais Educação* (Portaria nº 17/2007) do Ministério da Educação (MEC) conta com a adesão de 49.581 escolas (dados de setembro de 2013) e a meta do governo federal para 2014 é que 60 mil instituições de ensino façam parte do Programa.

Este programa faz parte da estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza; e educação econômica.

(Fonte:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>)

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: a Educação Integral possibilita que o aluno exerça plenamente a cidadania, aprendendo valores como solidariedade, respeito ao outro e ao meio ambiente e a participar da vida pública.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, possibilitando o acesso a equipamentos de cultura, lazer, esporte, entre outros.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: a educação integral tem como princípio a valorização da cultura e dos saberes presentes na comunidade, bem como o desenvolvimento de habilidades para a convivência e a sociabilidade, além das capacidades físicas e intelectuais.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico. Além disso, ampliar as oportunidades educativas proporcionando o acesso a bens culturais e naturais da cidade fortalece o sentimento de pertencimento à comunidade e contribui para formação de cidadãos mais participativos.

SUBEIXO 4: Novos conhecimentos, tecnologias e novas formas de ensinar e aprender

O novo olhar para a Educação sugere a integração de práticas éticas e baseadas em valores, que colaborem para a construção de uma vida sustentável, saudável e repleta de aprendizados. Este pode ser o alicerce para novos modos de organização das escolas e das demais instâncias educadoras da sociedade, induzindo até mesmo mudanças estruturais em várias esferas da sociedade, se reorientados a partir de novos conhecimentos, novas tecnologias e novas metodologias.

Mas como sair do discurso e fortalecer esses novos caminhos do processo educativo? Como conectar a diversidade de ferramentas e estratégias tecnológicas em prol da educação de qualidade para todos os brasileiros com a velocidade da inovação? Como escolher prioridades numa gama de possibilidades de novas e inspiradoras metodologias?

Palavras-chave: Novos Conhecimentos; Tecnologia; Educação não formal; Educação Formal; Inovação; Criatividade; Colaboração; Educação Cidadã.

Aprender não tem lugar e é uma dimensão permanente da vida. O aprendizado é um ciclo contínuo. As escolas são referências do acesso e discussão do conhecimento, de intervenção social e de vida, mas não são as únicas responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. A vida hoje, na era da informação, da velocidade e da tecnologia, determina que o processo de aprendizagem seja permanente.

A aprendizagem deve focar o aprender fazendo, criar pontes entre o cotidiano e questões do mundo contemporâneo de forma a se construir uma escola viva. Uma escola que prepare para a vida, fortalecendo a autonomia e o protagonismo, de modo que formem-se estudantes produtores do conhecimento e não passivos ouvintes de aulas expositivas. A possibilidade de acessar, por meio da internet, uma grande quantidade e diversidade de informações coloca como prioridade aprendizagens de acessar, pesquisar,

selecionar, analisar, armazenar, gerir, criar e comunicar informações e conhecimentos. Neste contexto, o mundo contemporâneo exige o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, simulações através de games, trabalho em equipe e construção colaborativa do conhecimento, comunicação, uso de tecnologias, inovação e criatividade.

Mudar as concepções de aprendizagens envolve ainda mudanças na organização das escolas e dos espaços educativos para se criar estruturas mais horizontais, de modo que as interações entre as pessoas sejam possíveis, assim como o compartilhamento de conhecimentos e o trabalho colaborativo.

Algumas tecnologias estão nos apontando um caminho a seguir. São novas, ousadas e inspiradoras ferramentas de ensino, que valorizam o tempo e a experiência de cada aluno. O novo modelo de educação deve abrir espaços para os estudantes expressarem suas opiniões pessoais e sua identidade individual. Inúmeras plataformas buscam integrar diferentes suportes, como vídeos, fotos, exercícios, quadrinhos, livros, textos, músicas, etc.

A educação tem que surpreender, cativar, conquistar os estudantes a todo momento. A educação precisa encantar, entusiasmar, seduzir, apontar possibilidades e realizar novos conhecimentos e práticas. O conhecimento se constrói a partir de constantes desafios, de atividades significativas, que excitem a curiosidade, a imaginação e a criatividade. (MORAN, 2007).

É a partir do caminho do conhecimento e da integração – seja ela virtual ou presencial – que as práticas cidadãs e os conceitos de desenvolvimento sustentável são disseminados e constituídos. A produção de informações e a mobilização dos diversos atores sociais indicam que as questões ligadas à revalorização do espaço público, dos bens comuns, da cultura de paz e não violência e do sentimento de pertencimento às cidades afloram a todo tempo e são temas que unem pessoas com um desejo único: a transformação.

A ampliação da dimensão da aprendizagem ao longo da vida a partir de uma ética de responsabilidade pessoal e social em relação ao meio ambiente e a um futuro sustentável culminará, acima de tudo, em cidadãos brasileiros mais conscientes e participativos. A sustentabilidade – compreendida em seu sentido amplo e sistêmico – traz a noção de interdependência das pessoas e destas com o meio ambiente, trazendo consigo a prática do cuidado. A escola e os diversos espaços de aprendizagem podem ser centros irradiadores, que possibilitem conexões e articulações de espaços e tempos educativos na rica diversidade dos territórios, cidades, regiões e culturas do Brasil.

Eixos matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: avanços nos processos democráticos por meio da participação e controle social, garantindo maior transparência de dados e informações de todo o processo de consolidação das políticas públicas na área da Educação. Além disso, o Sistema Nacional de Educação fortalece o pacto federalista, garantindo melhor distribuição de recursos para Educação no país em busca da sociedade do conhecimento.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal. Além disso, a Reforma Urbana Sustentável deve prever o acesso a uma rede de banda larga de qualidade e gratuita a todos de forma a democratizar o acesso ao conhecimento na cidade.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: o reconhecimento da diversidade deve ser um dos pontos fundamentais para a constituição de uma sociedade do conhecimento, garantindo papel protagonista e diverso, presente em cada região do Brasil.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico.

SUBEIXO 5: Melhoria da qualidade da educação básica, de forma que garanta aprendizagem a todos os alunos na idade correta

Os avanços nos últimos anos são significativos no que se referem ao acesso à Educação Básica no Brasil. Porém, há muito o que melhorar quando se trata de qualidade, o que se verifica nos elevados índices de distorção idade-série e de evasão escolar.

Palavras-chave: Qualidade na Educação; Equidade; Educação Básica; Distorção Idade-Série; Evasão Escolar.

Universalização qualificada da Educação Básica

O direito a uma educação qualificada, independente do município ou região em que o cidadão resida ou da rede escolar em que estude, é prevista na Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VII). A garantia deste direito é atribuída à União e aos entes federados (parágrafo 1º do artigo 211 da CF). Cabe à União “garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.” Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/ 96) dispõe (inciso IX do seu artigo 4º), como padrão mínimo de qualidade de ensino, “a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. (UNDIME, 2009, p. 07).

Atualmente, alguns instrumentos são utilizados para avaliar a qualidade da Educação no país: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Todos eles retratam o baixo desempenho do Brasil em relação à universalização qualificada da Educação Básica, mesmo indicando um processo histórico de recuperação ao longo dos anos.

O IDEB é um indicador da qualidade na Educação (pública e privada) desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). Seu cálculo tem base no desempenho dos estudantes nas avaliações realizadas em todo país e em suas taxas de aprovações. Ou seja, para que o desempenho da rede, do município ou da escola cresça é necessário que o aluno aprenda, frequente a sala de aula e não repita de ano. A meta do MEC para 2021 é que o Brasil alcance o IDEB 6, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o IDEB 5,5, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e o IDEB 5,2, no Ensino Médio⁴. (Anuário Brasileiro de Educação, p. 57).

O PISA é uma pesquisa trienal aplicada a estudantes de 15 anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São avaliadas a cada versão as habilidades de Leitura, Matemática e Ciências, a fim de que cada país avalie suas políticas educacionais e possam compará-las internacionalmente⁵. (Anuário Brasileiro de Educação, p. 58).

Para contribuir com o enfrentamento dos desafios de equidade na educação existentes no Brasil foi criado o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Trata-se de um indicador desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e que estabelece padrões mínimos de qualidade para a Educação Básica. O CAQi propõe um novo olhar sobre os orçamentos públicos para a educação no Brasil, pois tem como ponto de partida o que é necessário para

⁴ Para saber o desempenho em 2013, ver gráficos IDEB do Anuário Brasileiro de Educação Básica no item *Dados*.

⁵ Ver tabelas e gráficos PISA no item *Dados*.

garantir uma educação de qualidade, e não o que está disponível em termos de orçamento.

O CAQi “é calculado em função dos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e a partir dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, os fatores que mais impactam no cálculo do CAQi são: parâmetros de infraestrutura (tamanho da escola); jornada dos alunos; relação alunos/professor; valorização dos profissionais do magistério (salário, plano de carreira e formação inicial e continuada)”⁶. (UNDIME, 2009, p. 8 e 9).

Para que aconteça a universalização qualificada da Educação Básica é preciso um conjunto de ações e políticas integradas. Além disso, são medidas importantes: a ampliação da assistência técnica e financeira aos municípios; o reconhecimento da diversidade regional; a garantia da formulação de planos e conduções de políticas educacionais de Estado; a profissionalização da gestão de todas as instâncias públicas relacionadas à Educação; planos de carreira; valorização do professor; dentre outras, para que a qualidade da Educação Básica no país alcance melhores patamares e recupere o atraso histórico.

Garantir Educação de qualidade é garantir: (a) a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres; (b) a construção de uma cultura de paz e não violência; (c) a melhoria da formação dos docentes, visto que o desenvolvimento profissional dos professores impacta no desempenho dos alunos e da escola; (d) a melhoria do posicionamento do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e demais índices de qualidade de vida. Melhorar a qualidade da Educação é possibilitar que as crianças brasileiras trilhem o caminho do desenvolvimento sustentável ao longo da vida.

Tratar a Educação como fator determinante para o desenvolvimento justo e sustentável do país pode ser uma estratégia de suma importância para tratar

⁶ (Ver tabela CAQi no item *Dados*.)

o conhecimento como ativo social e econômico. A elevação da escolaridade está claramente relacionada às possibilidades de elevação de renda, diminuição da desigualdade social e progresso funcional. No Brasil, já é de se notar o “apagão” de mão de obra, retratado pela falta de profissionais, principalmente nos níveis médio e técnico, caracterizado pela baixa escolaridade dos jovens.

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: a universalização qualificada da Educação Básica brasileira promove avanços nos processos democráticos por meio da participação e controle social, ao passo que forma cidadãos mais conscientes e atuantes.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir o acesso equitativo e de qualidade de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: o reconhecimento da diversidade deve ser um dos pontos fundamentais de qualquer política na área de Educação, garantindo papel protagonista e diverso, presente em cada região do Brasil.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento na Educação Básica que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo social e econômico, além de diminuir as desigualdades sociais do Brasil.

SUBEIXO 6: Letramento: as práticas de leitura e escrita nos diversos domínios da sociedade

O acesso à cultura escrita desde a entrada na escola possibilita a inclusão da leitura e da escrita como ferramentas de desenvolvimento humano independente de classe social, permitindo o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: Cultura escrita; Letramento; Alfabetização; Analfabetismo; Equidade; Direito à Educação.

O acesso à cultura escrita desde a educação infantil e alfabetização até os 8 anos

Na perspectiva histórica, o acesso à cultura escrita expressa valores culturais amplos, como as questões de identidades e formação de mentalidades. É através da oralidade e da escrita que se iniciam modos de comunicação e de organização social. Estamos diante de um processo que abrange muitas outras facetas além do letramento e da alfabetização. Este é um fenômeno social.

A criança inicia o processo de alfabetização muito antes de chegar à escola, já que elementos são apresentados a ela já nos primeiros e importantes anos da primeira infância. Este processo se dá a partir do momento em que ela começa a se relacionar com o mundo, a interagir comunitariamente, de modo a priori não orientado, mas vivido.

Desde a educação infantil, as crianças precisam vivenciar situações de leitura e escrita, mesmo que não sejam ainda alfabetizadas. Isto é fundamental para aquelas oriundas de famílias com pouca intimidade com o mundo da escrita. É a partir do ingresso no Ensino Fundamental que se inicia o processo sistemático, planejado e formal de alfabetização, o que em média leva três anos – dos 6 aos 8 anos de idade. Este conceito de alfabetização inclui não apenas o domínio das relações entre letras e sons, mas também seu uso na

leitura e na escrita de textos para a interação com os outros, consigo mesmo e com o mundo.

“Sendo assim, não é possível fixar, como pesquisas têm comprovado, uma idade mínima para o início do processo formal de alfabetização, já que as crianças diferem em aspectos que são essenciais para a aprendizagem inicial da língua escrita: não só segundo as condições que lhes são proporcionadas na Educação Infantil, como também em relação ao contexto sociocultural a que pertencem e a seu desenvolvimento cognitivo.” (Maria Becker Soares, 2010).

A busca pelo alfabetismo pleno

A taxa de alfabetização da população é um dos meios de verificação do índice de desenvolvimento social de um país. O Brasil tem melhorado este indicador, através dos avanços da escolarização de crianças, jovens e adultos pela universalização do acesso à escola, e parte pela dinâmica demográfica, uma vez que as taxas de analfabetismo concentram-se nas faixas etárias mais elevadas da população. Porém, esse avanço se dá de maneira desigual no País, nos diferentes grupos sociais (raça, renda, região do Brasil, população rural e urbana, por exemplo). E a PNAD de 2012 detecta, pela primeira vez, uma estagnação na queda do número de analfabetos.

No que se refere ao índice de analfabetismo funcional aferido pelo IBGE, que trata do percentual da população com 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo completo, o Brasil ainda têm números elevados. Segundo a Pnad 2012, 18,3% da população com 15 anos ou mais é analfabeta funcional. Como essa medição do analfabetismo funcional é questionável e não reflete a realidade brasileira, ao passo que os anos de escolaridade não significam a efetiva alfabetização, foi criado o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa. Ele mede três níveis de alfabetismo: analfabetismo, alfabetismo nível rudimentar, alfabetismo nível básico, alfabetismo nível pleno. Com base

neste indicador (2011), somente um quarto da população brasileira é considerada plenamente alfabetizada.

O Inaf é aplicado a cada dois anos, na população de 15 a 64 anos, numa amostragem de 2 mil pessoas, e revela os níveis de alfabetismo da população adulta brasileira.

“Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de maneira que fomente o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento do desempenho das mesmas. Dessa forma, pretende-se que a sociedade e os governos possam avaliar a situação da população quanto a um dos principais resultados da educação escolar: a capacidade de acessar e processar informações escritas como ferramenta para enfrentar as demandas cotidianas.”

(Fonte:

<http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>)

Os níveis de alfabetismo funcional do Inaf são:

- Analfabeto: Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.);
- Rudimentar: Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica;
- Básico: As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e

compreendem textos de média extensão, localizam informações, mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. No entanto, mostram limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações;

- Pleno: Estão classificadas neste nível as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, elas resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

(Fonte:

<http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>)

O uso da tecnologia

O acesso amplo da tecnologia tem mudado o processo de alfabetização das crianças, os “nativos digitais”. Seja pela curiosidade, pelo contato direto com o equipamento, a tecnologia e o acesso à informação, alfabetizar deve levar em conta a vivência tecnológica.

O processo de ensino e aprendizagem está em plena transformação, na medida em que o novo papel do professor é de aprender junto, de construir colaborativamente conteúdos e saberes com seus alunos com o auxílio de ferramentas digitais, como a Web 2.0, além de orientar e apresentar formas de leitura e escrita em diversos suportes. Neste sentido, o uso da tecnologia pode auxiliar no processo de disseminação da leitura, introduzindo um modo não formal e linear de acesso à cultura escrita.

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: garantir o acesso à cultura escrita desde a primeira infância facilita o processo de alfabetização e letramento, condição para o exercício pleno da cidadania.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, além de possibilitar o acesso às novas tecnologias digitais a todos os brasileiros.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: o reconhecimento da diversidade deve ser um dos pontos fundamentais no acesso à cultura escrita, garantindo papel protagonista e diverso, presente em cada região do Brasil.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico.

SUBEIXO 7: Diversidade cultural e valores

A rica diversidade cultural do Brasil direciona para o caminho da equidade e da educação baseada em Direitos Humanos, em que a tolerância e a convivência constroem uma cultura de paz e não violência efetiva nos espaços de ensino.

Palavras-chave: Equidade; Diversidade Cultural; Identidade; Cultura de Paz; Dialogo; Direitos Humanos; Valores.

Ideia-Chave:

O conceito de Educação se amplia na medida em que questões fundamentais de paz, justiça e liberdade são entendidas e aplicadas em todo processo de ensino-aprendizagem, seja no âmbito formal ou não formal. A rica diversidade cultural do Brasil direciona para o caminho da equidade e da educação baseada em Direitos Humanos, em que a tolerância e a convivência constroem uma cultura de paz e não violência efetiva nos espaços de ensino.

“a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.” (UNESCO, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2002).

As identidades de raça, de cultura ou de região devem ser o centro de debates para a construção da coesão social, da universalização da educação e para que o desenvolvimento em sua amplitude se dê fundado no múltiplo saber, no diálogo e na convivência.

A construção da Educação para “todos e cada um” – também abordada no tema “Equidade: combate às desigualdades educacionais” desta Plataforma – aponta para a necessidade da abordagem do caráter universal das políticas de Educação no país, mas ao mesmo tempo traz para o centro do debate a dimensão específica da realidade de cada cidadão brasileiro, compreendendo a identidade cultural de cada um. (Educação: Uma agenda urgente, 2011, p. 130).

A transversalidade das políticas públicas deve ser levada em conta, ao passo que questões de gênero, geracionais, regionais e religiosas, por exemplo, devem ser reconhecidas como elementos constituintes da diversidade cultural do Brasil. E é por meio de ações afirmativas que a Educação avança

em curto prazo para o desenvolvimento sustentável, justo e pacífico, legitimando cada identidade, ancestralidade e compondo a história brasileira.

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: o reconhecimento da diversidade cultural do Brasil direciona para o caminho da equidade e da educação baseada em Direitos Humanos e valores, em que a tolerância e a convivência constroem uma cultura de paz e não violência efetiva nos espaços de ensino.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, além de possibilitar o acesso às novas tecnologias digitais a todos os brasileiros, favorecendo o diálogo multicultural e entre as diferentes identidades.

Cultura e Fortalecimento da Diversidade: há a necessidade da abordagem do caráter universal das políticas de Educação no país, mas, ao mesmo tempo, é preciso que o centro do debate seja a dimensão específica da realidade de cada cidadão brasileiro, compreendendo a identidade cultural de cada um.

Economia para uma sociedade sustentável: O artigo 3 da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) proclama: “A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.”

SUBEIXO 8: Valorização dos profissionais da Educação

Os maiores desafios para o estabelecimento de uma Educação Básica de qualidade no Brasil estão na valorização dos seus profissionais e na formação dos professores. Antes de tudo é necessário uma valorização

simbólica da profissão de educador, de modo que haja respeito e reconhecimento por parte da sociedade.

Palavras-chave: Qualidade na Educação; Valorização profissional; Formação do Professor; Plano de Carreira; Educação Básica.

Para tornar a atividade do magistério mais atraente para os jovens brasileiros – atualmente, apenas 2% dos jovens querem seguir a carreira docente – será preciso: garantir um salário inicial atraente; um plano de carreira motivador, pautado no desempenho em sala de aula e na formação continuada; uma formação inicial sólida com foco na prática docente; e escolas bem estruturadas e organizadas.

Cerca de 2 milhões de professores atuam nas escolas de Educação Básica do Brasil. Porém, estima-se que o déficit de professores na Educação Básica seja de 250 mil docentes, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma das principais medidas para a reversão deste quadro é a valorização da carreira de professor, principalmente no que se refere às condições salariais. A Lei do Piso (nº. 11.738) definiu uma remuneração nacional mínima, estipulada em 2013 pelo MEC no valor de R\$1.567. Entretanto, 14 Estados ainda não cumprem integralmente a lei, que determina também que um terço da jornada de trabalho do professor seja reservada às atividades fora da sala de aula, como correção de provas, por exemplo.

A baixa remuneração não leva em conta a importante atuação do professor na sociedade. De acordo com levantamento realizado pelo jornal O Globo com base nos dados da Pnad/IBGE, um professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental recebe em média 40% menos que um profissional de outra área que tem a mesma escolaridade. Segundo os dados do Pnad/IBGE (2009), um professor ganha em média R\$1.800,00, enquanto um profissional com a mesma escolaridade em outra área de atuação recebe R\$2.800,00.

Além do salário defasado, a formação inicial oferecida pelas universidades brasileiras, normalmente não prepara adequadamente para as métricas educativas em sala de aula e não compreende o papel cidadão do professor, que é também o de facilitador do diálogo entre a escola e a comunidade.

Atualmente, 22% dos professores da Educação Básica do país não possuem curso superior. Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas para acelerar o avanço na formação dos professores, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior; a Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos a distância com prioridade aos gestores e trabalhadores da Educação Básica do Brasil; e a Plataforma Freire/CAPES, que tem o objetivo de induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica.

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: o professor desempenha papel central na formação de cidadãos participativos e conscientes. É necessário, portanto, que o Brasil invista em políticas de valorização profissional e em formação integral e complementar do professor.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo de todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, além de possibilitar o acesso às novas tecnologias digitais a todos os brasileiros.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma

estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico.

SUBEIXO 9: Juventudes

Foi aprovada, em 2010, a PEC da Juventude – Emenda nº 65 de 13 de julho de 2010 –, que inclui o termo “Jovem” na Constituição Federal e garante de forma prioritária os direitos sociais aos 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, que vivem atualmente no país. (BRASIL, Pacto pela Juventude, 2010).

Palavras-chave: Juventude; Ensino Médio; Educação Jovens e Adultos; Ensino Profissionalizante; Ensino Técnico; Educação Formal.

Ideia-Chave

Foi aprovada, em 2010, a PEC da Juventude – Emenda nº 65 de 13 de julho de 2010 –, que inclui o termo “Jovem” na Constituição Federal, garantindo os direitos sociais aos 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, que vivem atualmente no país. (BRASIL, Pacto pela Juventude, 2010).

Os esforços para a construção conjunta de uma agenda pública para essa parcela da população, bem como a atribuição de papel protagonista ao jovem no debate nacional são os objetivos da Política Nacional de Juventude. O Brasil registra a maior população jovem da história, contexto propício para a valorização e inclusão deste grupo nas políticas sociais brasileiras necessárias ao enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável e justo do país. (BRASIL, Pacto pela Juventude, 2010).

“A despeito de constituírem um grupo etário que partilha de experiências comuns existe nessa juventude brasileira uma pluralidade de situações que confere diversidade às “demandas” juvenis. Nessas juventudes estão jovens com deficiência, mulheres e homens, negros, brancos, indígenas, urbanos,

rurais, quilombolas, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros, sem-terra, agricultores familiares, trabalhadores precarizados e desempregados, entre tantos outros, que precisam de políticas específicas para ter acesso à cidadania plena. Um grupo plural e diverso que precisa ser visto como sujeito de direitos e agente estratégico de desenvolvimento com potencial criativo, e não somente uma faixa etária de transição.” (BRASIL, Pacto pela Juventude, 2010).

Os desafios do ensino formal

Três modalidades de ensino formal compõem a Educação Básica em seu último ciclo: (a) Ensino Médio; (b) Ensino Técnico e Profissionalizante; e (c) Educação de Jovens e Adultos (EJA).

(a) Ensino Médio

Cerca de 1,6 milhões de jovens com idade entre 15 e 17 anos estão fora da escola, segundo os dados do IBGE/Pnad 2012, o que representa um grande desafio para a Educação Básica no Brasil. Casos de abandono por desinteresse pelo currículo pouco atraente ou provocados por uma elevada distorção idade-série são possivelmente as causas deste número tão elevado, que representa aproximadamente 20% da população jovem nesta faixa etária. A situação fica mais crítica dependendo da região do país, podendo chegar a níveis alarmantes, como é o caso de Alagoas, onde apenas um terço dos jovens está na escola. (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 32).

Com o intuito de superar estes importantes desafios, foi criado em 2009 pelo MEC, o Programa de Ensino Médio Inovador – ProEMI (portaria n.971 de 9 de outubro de 2009), que é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O ProEMI tem o objetivo de apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio que colaborem na construção de um currículo mais atraente e

dinâmico, garantindo a formação integral do jovem e em diálogo com a sociedade contemporânea. (MEC, 2013).

No ProEMI, os projetos de reestruturação curricular buscam o desenvolvimento de atividades integradoras que articulam as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, contemplando as diversas áreas do conhecimento a partir de 8 macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil; e Leitura e Letramento.

(Fonte:

<MEC:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439>)

(b) Ensino Técnico e Profissionalizante

Na busca pela mudança do cenário da última etapa da Educação Básica, o MEC aprovou novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio, em 2012. São 23 artigos relacionados à organização curricular, às formas de oferta de ensino, ao projeto político-pedagógico das escolas e aos sistemas de ensino. O documento propõe as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixos integradores dos conteúdos curriculares, com o objetivo de torná-los mais atraentes e aproximá-los da vida profissional e comunitária dos estudantes. É preciso que esta etapa de escolarização “seja orientada para a formação de cidadãos capazes não apenas de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, mas também de nela inserirem-se e atuar, técnica e politicamente, de modo competente e ético.” (MOURA, 2010, p. 01).

(c) Educação de Jovens e Adultos - EJA

Há uma redução gradual no número de matrículas referentes a esta modalidade de ensino no Brasil. De 2007 a 2012 houve uma queda de 22% no número de matrículas de EJA no país. A opção de EJA Integrada à Educação Profissionalizante ainda é pouco expressiva no país. (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 74 e 75).

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: é através do investimento na juventude brasileira que o país assumirá um compromisso de transformação para o desenvolvimento sustentável e justo.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo para todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, além de possibilitar o acesso às novas tecnologias digitais a todos os brasileiros.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico.

SUBEIXO 10: Ensino Superior

No Brasil, a educação superior é composta pelos seguintes tipos de cursos: (a) sequenciais (de formação específica ou complementar); (b) de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnólogos); (c) de pós-graduação (lato e stricto sensu); e (d) de extensão, nas modalidades presencial e a distância. O ensino superior brasileiro é constituído por 2.377 instituições públicas e privadas, segundo dados do MEC. Desse total, 85% são faculdades, 8%

universidades, 5,3% centros tecnológicos e 1,6% institutos tecnológicos, em sua grande maioria da rede privada.

Ensino Superior; Ensino Tecnológico; Inovação; Pesquisa; Pós-graduação; Ciência.

Ideia-Chave:

Nos últimos anos é crescente o número de jovens que ingressam na Educação Superior e daqueles que conseguem concluir o curso de graduação no Brasil. Em quase 20 anos – 1995 a 2011 – a taxa líquida de matrículas na rede pública e privada passou de 5,9% para 14,9%, o que sugere um avanço em relação às oportunidades educacionais ao longo da trajetória escolar e para o desenvolvimento sustentável e mais justo do país. (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 82).

Políticas de incentivo

Algumas políticas de incentivo estão sendo desenvolvidas no país nos últimos anos, a fim de possibilitar o ingresso equitativo de estudantes brasileiros no Ensino Superior, como:

- Programa Universidade para Todos – PROUNI. Criado em 2004 e institucionalizado pelo MEC em 2005 (Lei nº 11.096/2005), o PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, e oferece como contrapartida isenção de tributos às instituições de ensino que aderem ao programa. Desde sua criação, já atendeu mais de 1,2 milhão de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais.
- Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Criado pelo MEC em 2001 (Lei nº. 10.260/2001) é um programa destinado ao financiamento da Educação Superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas, com juros de 3,4% ao ano.

- Lei de Cotas (Lei nº.12.711/2012). Garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos vindos do Ensino Médio público. A implantação das cotas será realizada de forma progressiva em quatro anos, sendo que, em 2013, pelo menos 12,5% das vagas ofertadas deveriam ser reservadas.
- Universidade Aberta do Brasil – UAB. Criada em 2006 (Decreto nº. 5.800/2006) é um sistema integrado de educação a distância que oferece cursos de nível superior em universidades públicas à população de baixa renda e a professores e demais profissionais da Educação Básica.
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Criado em 2007 (Decreto nº. 6.096/2007), tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior por meio de uma série de medidas referentes à promoção da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de Ensino Superior.
- Sistema de Seleção Unificada – SISU. Criado em 2012 (Portaria Normativa n.21/2012) é o sistema informatizado do MEC pelo qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Pesquisa e Inovação

Os potenciais de criação, de invenção e de inovação no Brasil necessitam de novas ferramentas e incentivos públicos por meio de programas de educação científica – como os oferecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – antes, durante e após o ingresso do jovem na universidade.

O Brasil está na 64ª posição no Índice Global de Inovação 2013, produzido pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OPMI), sendo o 8º

colocado na América Latina e Caribe. O baixo desempenho se deu, principalmente, nas avaliações referentes (a) aos índices que avaliam instituições (95º) – ambientes políticos, regulatórios e empresariais; (b) sofisticação do mercado (76º) – crédito, investimento e competitividade; (c) pesquisa e capital humano (75º) – educação e P&D; e (e) resultados de atividade criativa (72º) – ativos intangíveis, bens e serviços criativos e criatividade online.

Dentre os melhores desempenhos do Brasil no Índice Global de Inovação 2013 estão: (a) o índice de artigos científicos citados (22º lugar); (b) proporção de produtos de alta e média alta tecnologias fabricados (22º); (c) nota média das três melhores universidades – USP, Unicamp e UFRJ – segundo o ranking QS (24º); (d) proporção de royalties e licenças recebidos em relação ao total de serviços exportados (29º); (e) gasto doméstico bruto em P&D de empresas em relação ao Produto Interno Bruto (36º); e (f) famílias de patentes requeridas em ao menos três escritórios (42º).

A contribuição efetiva para o desenvolvimento justo e sustentável do Brasil por meio de geração de conhecimento de ponta pode ser iniciado antes mesmo da universidade, mas, sem dúvida, é este o espaço que congrega o rico potencial científico no país.

Eixos Matriciais

Política Cidadã baseada em princípios e valores: é através do investimento na juventude brasileira que o país assumirá um compromisso de transformação para o desenvolvimento sustentável e justo.

Reforma Urbana Sustentável: as cidades saudáveis, democráticas e seguras devem garantir acesso equitativo para todos os cidadãos aos equipamentos públicos de educação formal e não formal, além de possibilitar o acesso às novas tecnologias digitais a todos os brasileiros.

Economia para uma sociedade sustentável: é por meio do investimento em inovação e conhecimento que se dará a transição para uma economia criativa, competitiva e sustentável. A valorização do rico capital humano e natural do país, através de incentivo e financiamento, pode ser uma estratégia de suma importância para tratar o conhecimento como ativo econômico.

DADOS

Considerando como valores centrais a democracia e a sustentabilidade, destacamos os seguintes dados para subsidiar a indicação de propostas e desafios para as ações voltadas à EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, com destaque no Plano Nacional de Educação (PNE):

Em tramitação no Congresso Nacional de 2011, o **Plano Nacional de Educação (PNE – PLC 103/2012)** traça metas para as políticas educacionais do país, bem como estratégias para alcançá-las, que devem ser cumpridas ao longo dos 10 anos de sua vigência. O PNE propõe uma agenda para o desenvolvimento da Educação Brasileira de forma democrática e transparente e busca assegurar a todos os cidadãos brasileiros o acesso a uma educação de qualidade.

Até a publicação deste documento, o PNE já havia sido aprovado em plenário no Senado e se encontrava em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.

As mudanças polêmicas em relação ao texto original aprovado na Câmara são: (a) mudança para os seis anos como idade limite para alfabetização das crianças a partir do décimo ano de vigência do Plano e (b) a alocação de recursos públicos em Educação como um todo, e não apenas na Educação pública, abrindo possíveis brechas para investimentos no setor privado.

As 21 metas do PNE, até agora aprovadas pelo Senado, em 17 de dezembro de 2013, são:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do art. 208, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e nos termos do art. 8º do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 (oito)

anos de idade, durante os primeiros 5 (cinco) anos de vigência do PNE; no máximo, até os 7 (sete) anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do PNE; e até o final dos 6 (seis) anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do PNE.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo que as seguintes médias nacionais para o Ideb sejam atingidas:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo que se alcance, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três e meio por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de gratuidade na expansão de vagas.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade de oferta.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-

graduação stricto sensu, de modo que se atinja a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

Meta 16: Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% (cinquenta por cento) dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior públicas, informada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas

instituições de educação, e forma de acesso às funções de direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa e das universidades.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, observado o disposto no § 5º do art. 5º desta Lei.

Meta 21: aumentar a produção científica brasileira de nível internacional para que o País figure no grupo dos 10 (dez) maiores produtores de conhecimentos novos no mundo, com ênfase na pesquisa, desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1000 (mil) habitantes, considerando a população na faixa etária adequada.

SUBEIXO 1 – Gestão do Sistema Educacional e Governança

Figura 1: Estimativa do investimento público direto em Educação em R\$ por estudante, por nível de ensino, com valores corrigidos para 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e a proporção do investimento público por estudante da Educação Superior sobre o investimento público por estudante da Educação Básica. Brasil: 2000 – 2010. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 114).

Ano	Todos os Níveis de Ensino	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Proporção da Educação Superior sobre a Educação Básica (Estudante)
				Da 1ª à 4ª séries ou Anos Iniciais	Da 5ª à 8ª séries ou Anos Finais			
2000	1.842	1.533	1.753	1.508	1.539	1.462	16.948	11,1
2001	1.907	1.590	1.583	1.491	1.677	1.664	16.750	10,5
2002	1.902	1.575	1.491	1.741	1.616	1.171	15.879	10,1
2003	1.905	1.600	1.716	1.686	1.602	1.344	13.913	8,7
2004	2.016	1.710	1.828	1.810	1.830	1.251	14.085	8,2
2005	2.143	1.815	1.731	2.025	1.929	1.266	14.324	7,9
2006	2.495	2.167	1.873	2.230	2.449	1.732	14.446	6,7
2007	2.886	2.531	2.286	2.660	2.771	2.029	15.313	6,1
2008	3.309	2.908	2.438	3.050	3.254	2.344	16.309	5,6
2009	3.581	3.148	2.411	3.393	3.539	2.474	16.503	5,2
2010	4.087	3.580	2.942	3.859	3.905	2.960	17.972	5,0

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras.
- Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado.
- Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado).
- A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu).
- Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados, na área educacional, os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.
- Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizado, como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada Estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.
- A partir de 2006, utilizou-se, como fonte de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf/STN) para todos os anos.
- Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Figura 2: Estimativa de valor por aluno das redes municipais por Região 2009. (Fonte: UNDIME, 2009).

Etapa/ modalidade	Brasil (R\$)	Norte (R\$)	Nordeste (R\$)	Centro-Oeste (R\$)	Sudeste (R\$)	Sul (R\$)
Creche	5.144,09	*	1.876,89	3.092,80	8.272,43	5.835,42
Pré-Escola	2.647,10	1.710,27	1.531,56	2.384,12	3.757,21	4.461,54
Educação Infantil	3.122,36	1.801,53	1.605,48	2.563,07	4.971,26	4.688,83
Séries Iniciais	2.815,46	2.554,90	1.948,80	3.048,21	3.649,11	3.586,73
Séries Finais	3.134,38	2.998,45	2.276,16	3.000,04	4.322,81	3.673,78
Ensino Fundamental	2.937,65	2.676,69	2.034,89	2.987,51	3.897,77	3.582,99
EJA	1.881,95	*	1.075,83	2.417,91	2.778,52	2.369,89

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime

Comparações internacionais são importantes para estabelecer parâmetros sobre investimentos e prioridades dos países em relação à Educação, guardadas ressalvas quanto à generalizações impróprias. Abaixo, o gráfico apresenta os valores investidos, per capita, em Educação de 36 países. O Brasil encontra-se na antepenúltima colocação, investindo menos de um terço do que a média dos países integrantes da OCDE.

SUBEIXO 2 – Equidade: Combate às desigualdades sociais e Atenção integrada à primeira infância

A. Equidade: Combate às desigualdades sociais

- **Educação indígena:** Segundo o Censo Demográfico de 2010, há 817 mil indígenas no País (0,4% da população brasileira), sendo que 37,4% estão na região Norte. Foram identificados 250 povos vivendo em terras indígenas e 214 línguas indígenas sendo faladas como primeira língua, presentes em 24 unidades da federação (Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal não apresentam povos vivendo em terras indígenas).

Figura 3: Número de matrículas da Educação Indígena por etapas e modalidades de ensino. Brasil – 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 18).

Figura 4: Matrículas na Educação Infantil de Educação Indígena. Brasil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 18).

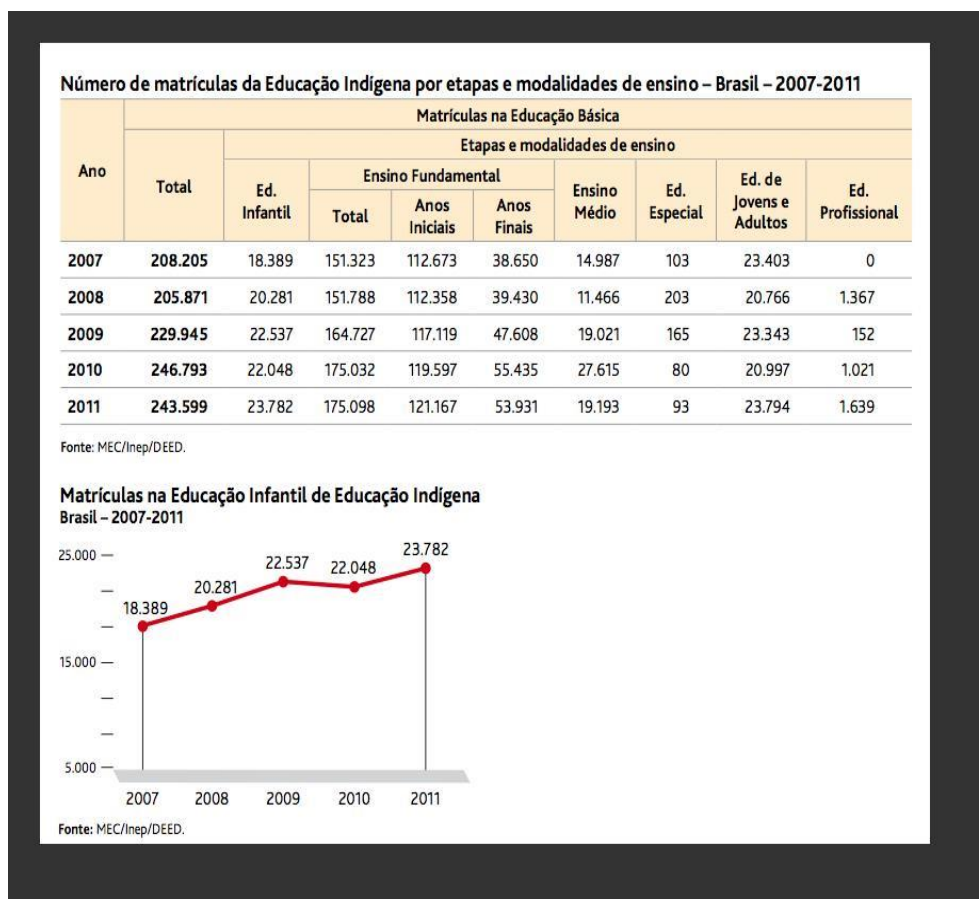
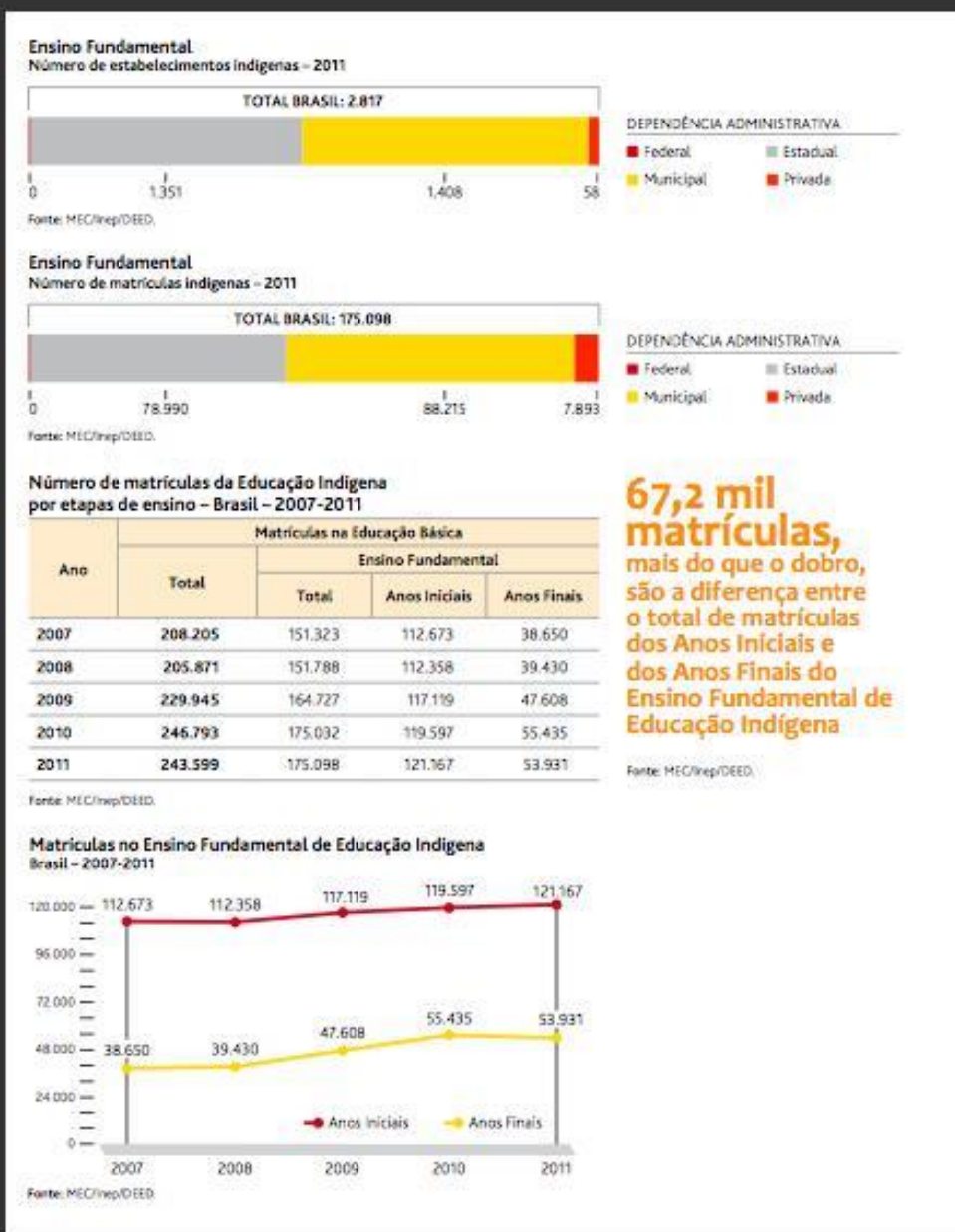


Figura 5: Ensino Fundamental: Número de estabelecimentos indígenas – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 6: Ensino Fundamental: Número de matrículas indígenas – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 7: Número de matrículas de Educação Indígena por etapas de ensino. Brasil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 8: Matrículas no Ensino Fundamental de Educação Indígena. Brasil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



□ **Educação quilombola:** Segundo o Censo Demográfico de 2010, existem hoje, no Brasil, aproximadamente 1.200 comunidades quilombolas, a maior parte na Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará. Apesar do aumento no número de matrículas nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, ainda persiste o desafio de atendimento educacional de qualidade a essas comunidades. Na Educação Básica, o número de alunos inscritos passou de 151,7 mil, em 2007, para 214,5 mil, em 2011, com destaque para os números da Educação Infantil, que apresenta crescimento expressivo no mesmo período. (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 19).

Figura 9: Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por etapas e modalidades de ensino. Brasil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

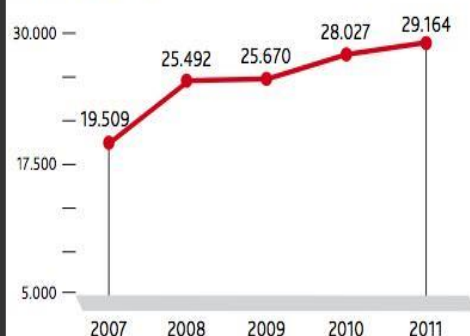
Figura 10: Número de matrículas da Educação Infantil em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Brasil: 2007-2011.

Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por etapas e modalidades de ensino – Brasil – 2007-2011

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Educação Infantil	Etapas e modalidades de ensino						
			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
Total	Anos Iniciais	Anos Finais							
2007	151.782	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	115	18.914	48
2008	196.866	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	102	24.977	749
2009	200.579	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	63	26.055	534
2010	210.485	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	134	25.052	55
2011	214.502	29.164	148.982	92.110	56.872	11.036	17	24.669	634

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Número de matrículas da Educação Infantil em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos Brasil – 2007-2011



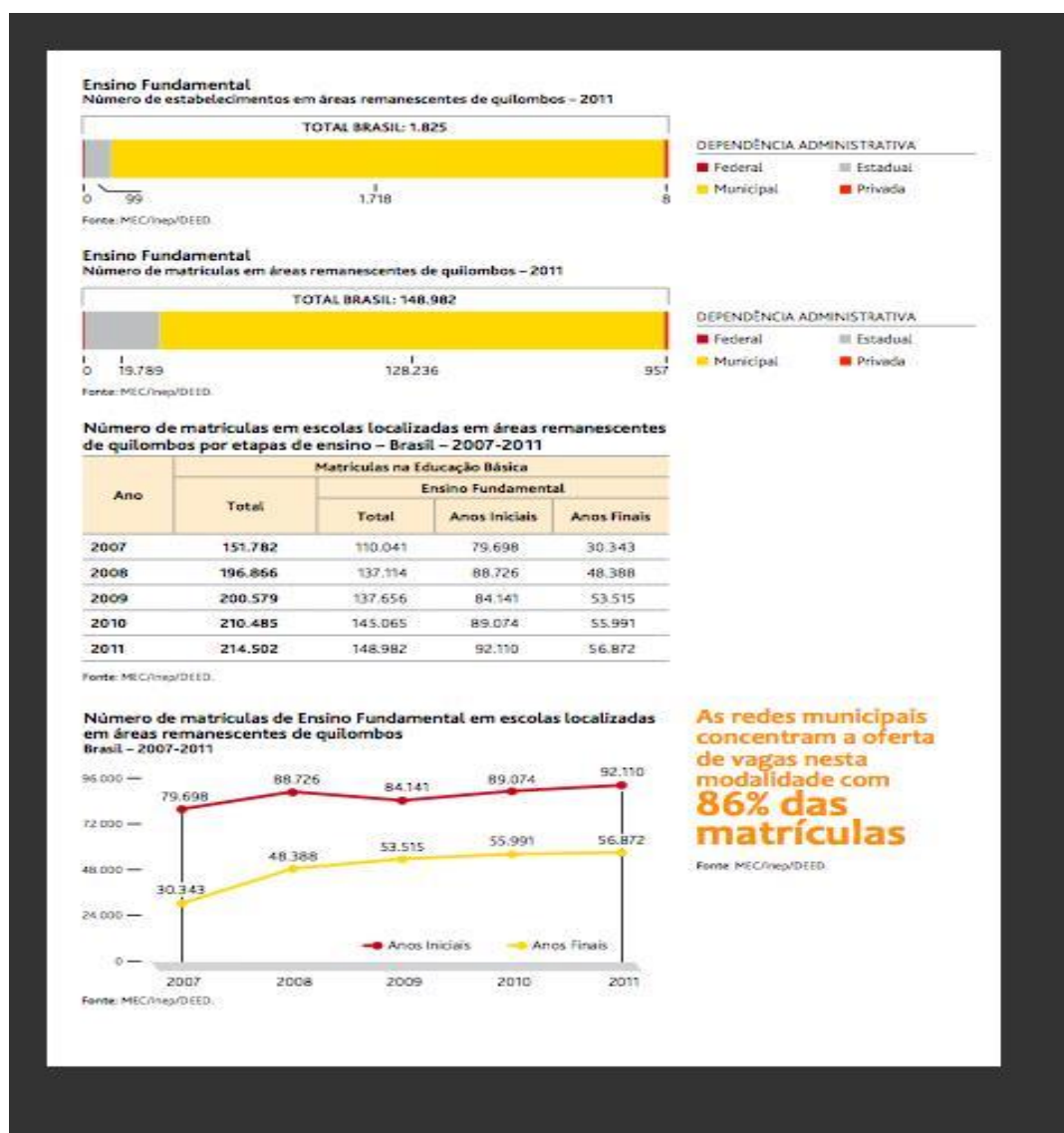
Fonte: MEC/Inep/Deed.

Figura 11: Ensino Fundamental. Número de estabelecimentos em áreas remanescentes de quilombos – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 12: Ensino Fundamental. Número de matrículas em áreas remanescentes de quilombos – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 13: Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por etapas de ensino. Brasil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 14: Número de matrículas de Ensino Fundamental em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Brasil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



“Nas áreas indígenas, após um crescimento entre 2009 e 2010, quando o total de matrículas no Ensino Médio chegou a cerca de 27 mil, registrou-se recuo em 2011, para o patamar anterior, de 19 mil. Nas áreas de quilombos, entre 2007 e 2010, o número de matrículas foi multiplicado por quatro. Em 2011, porém, permaneceu praticamente estável, com 11 mil matrículas.”

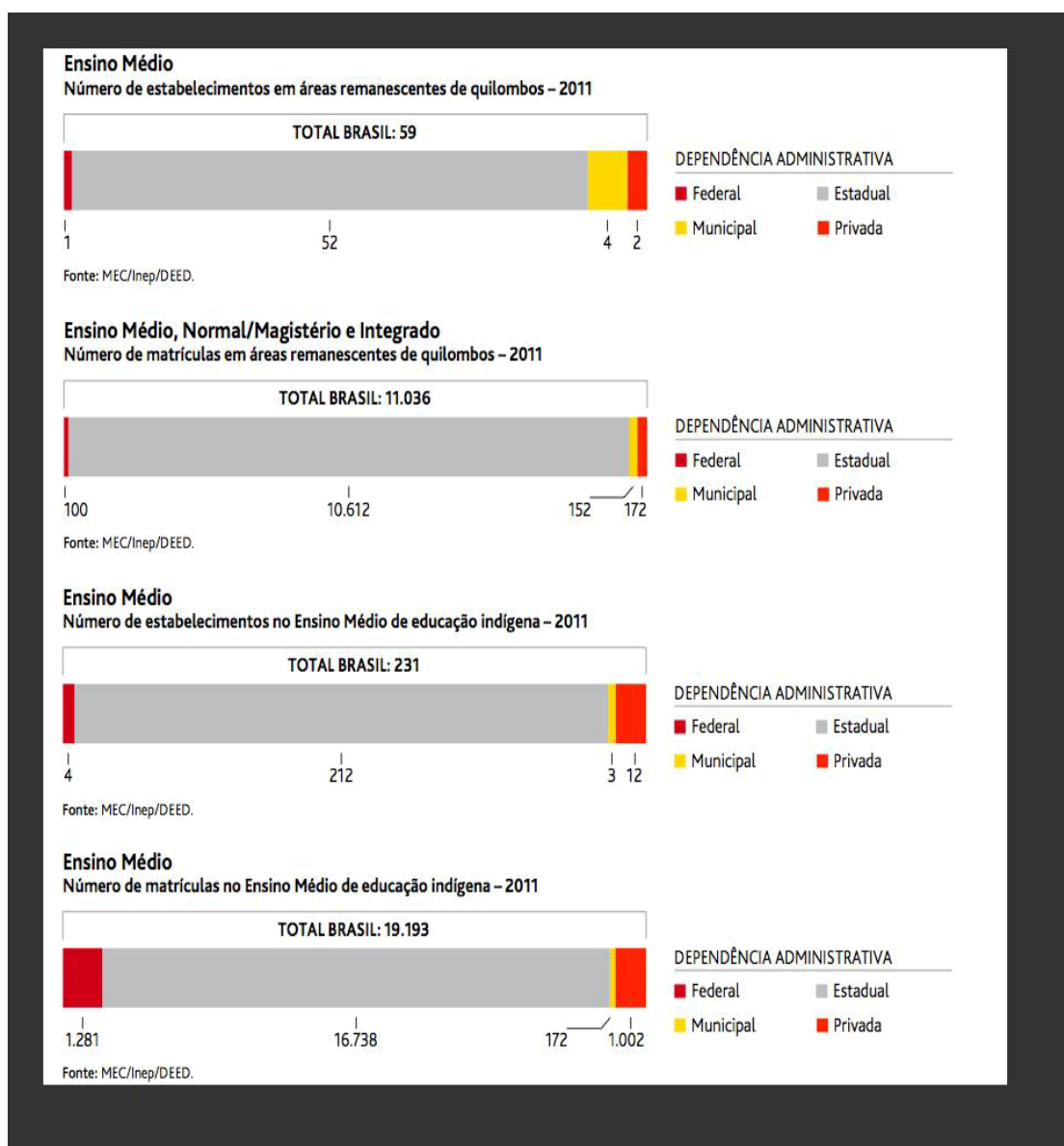
(Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 15: Ensino Médio. Número de estabelecimentos em áreas remanescentes de quilombos – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 16: Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado. Número de matrículas em áreas remanescentes de quilombo – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 17: Ensino Médio. Número de estabelecimentos de Ensino Médio de educação indígena – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 18: Ensino Médio. Número de matrículas no Ensino Médio de educação indígena – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



Educação Especial: “Contabilizando todas as matrículas — na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e **Educação Profissional** —, o aumento entre 2010 e 2011 foi de 15,3%. Em contrapartida, as escolas especiais enfrentaram uma queda de 11,2% no número de alunos. Em 2008, o total de matrículas de crianças com deficiência em salas comuns superou, pela primeira vez, o de salas especiais.”. (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 38).

Figura 19: Educação Especial. Matrículas – 2011. (Fonte: Anuário

Brasileiro da Educação Básica 2013).

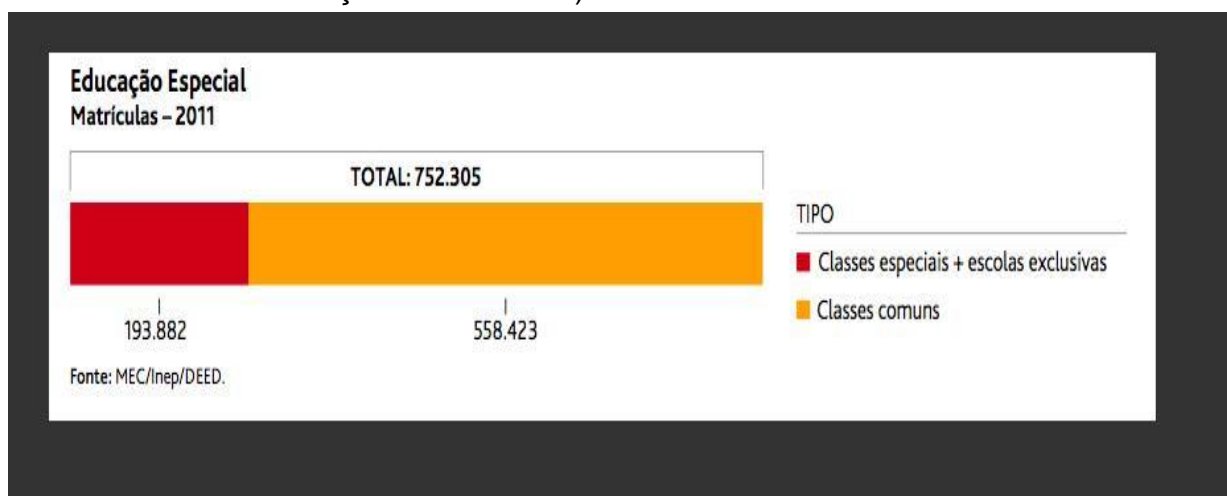


Figura 20: Educação Especial. Matrículas na Educação Infantil: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 21: Educação Especial. Matrículas no Ensino Fundamental: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 22: Educação Especial: Matrículas no Ensino Médio: 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013)

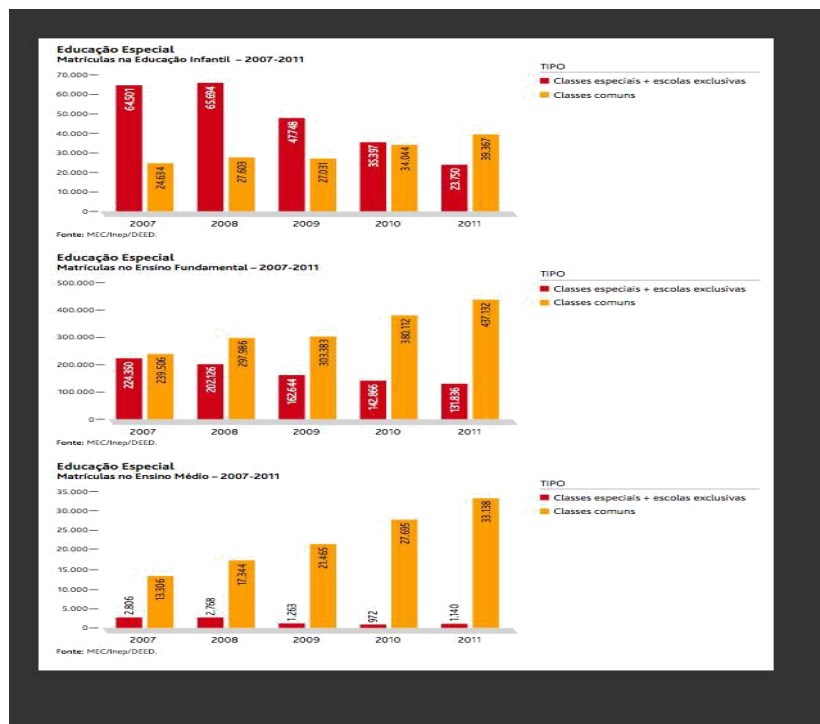


Figura 23: Educação Especial: Matrículas em classes comuns – 2011. Por dependência administrativa.
(Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Educação Especial
Matrículas em classes comuns – 2011
Por dependência administrativa

Unidade da federação	Total	Dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
BRASIL	558.423	896	178.617	346.299	32.611
Região Norte	48.377	52	18.444	28.237	1.644
Roraima	1.362	7	726	569	60
Pará	20.978	23	4.598	15.629	728
Amapá	2.725	1	1.832	801	91
Tocantins	7.761	8	4.561	3.022	170
Região Nordeste	158.830	361	22.889	126.438	9.142
Maranhão	20.916	40	2.917	17.190	769
Piauí	10.659	37	2.188	8.030	404
Ceará	26.892	35	1.663	23.716	1.478
Rio Grande do Norte	11.261	42	3.520	6.635	1.064
Paraíba	12.812	36	3.264	8.776	736
Pernambuco	19.438	127	3.837	13.815	1.659
Alagoas	11.278	14	1.880	8.844	540
Sergipe	4.286	4	1.399	2.538	345
Bahia	41.288	26	2.221	36.894	2.147
Região Sudeste	209.713	286	75.741	119.086	14.600
Minas Gerais	48.365	79	15.817	29.105	3.364
Espírito Santo	13.445	18	3.342	9.560	525
Rio de Janeiro	30.749	171	5.558	21.479	3.541
São Paulo	117.154	18	51.024	58.942	7.170
Região Sul	94.471	153	38.246	51.823	4.249
Paraná	34.041	26	16.199	16.591	1.225
Santa Catarina	18.339	59	6.437	10.665	1.178
Rio Grande do Sul	42.091	68	15.610	24.567	1.846
Região Centro-Oeste	47.032	44	23.297	20.715	2.976
Mato Grosso do Sul	9.829	3	4.911	4.615	300
Mato Grosso	6.848	17	1.651	4.785	395
Goiás	19.570	17	6.970	11.315	1.268
Distrito Federal	10.785	7	9.765	0	1.013

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Figura 24: Educação Especial- Matrículas em classes especiais e/ou escolas exclusivas – 2011. Por dependência administrativa. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013)

Educação Especial					
Matrículas em classes especiais e/ou escolas exclusivas – 2011					
Por dependência administrativa					
Unidade da federação	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
BRASIL	193.882	724	24.673	37.687	130.798
Região Norte	9.554	0	3.179	2.210	4.165
Rondônia	2.077	0	218	33	1.826
Acre	358	0	245	0	113
Amazonas	2.761	0	555	1.132	1.074
Roraima	0	0	0	0	0
Pará	1.630	0	179	918	533
Amapá	611	0	74	31	506
Tocantins	2.117	0	1.908	96	113
Região Nordeste	24.128	0	7.010	6.354	10.764
Maranhão	4.765	0	869	1.003	2.893
Piauí	415	0	60	75	280
Ceará	4.249	0	1.312	994	1.943
Rio Grande do Norte	125	0	0	96	29
Paraíba	1.072	0	277	217	578
Pernambuco	7.205	0	3.892	2.032	1.281
Alagoas	533	0	131	140	262
Sergipe	1.199	0	357	202	640
Bahia	4.565	0	112	1.595	2.858
Região Sudeste	102.229	724	6.385	18.444	76.676
Minas Gerais	38.139	0	4.344	1.564	32.231
Espírito Santo	37	0	37	0	0
Rio de Janeiro	14.055	724	959	8.632	3.740
São Paulo	49.998	0	1.045	8.248	40.705
Região Sul	42.403	0	3.473	9.875	29.055
Paraná	24.340	0	332	7.778	16.230
Santa Catarina	1.369	0	146	12	1.211
Rio Grande do Sul	16.694	0	2.995	2.085	11.614
Região Centro-Oeste	15.568	0	4.626	804	10.138
Mato Grosso do Sul	4.569	0	76	61	4.432
Mato Grosso	4.771	0	792	112	3.867
Goiás	1.844	0	14	631	1.199
Distrito Federal	4.384	0	3.744	0	640

Fonte: MEC/Inep/DEED.

- **Atenção integrada à primeira infância**

- O Brasil tem aproximadamente 19 milhões de crianças com idade entre zero e seis anos, correspondendo a 10,6% da população total, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009. Apesar da expressiva redução nos níveis de desigualdade de renda e de pobreza – cerca de 17,2 milhões de pessoas saíram da condição de extrema pobreza por conta dos benefícios previdenciários e assistenciais, o que beneficia diretamente as crianças – de cada cinco crianças e adolescentes de até 17 anos, pelo menos uma ainda vive em uma família sem renda suficiente para garantir a satisfação das necessidades nutricionais básicas de seus membros. Quando se faz um recorte por raça, etnia e localidade (crianças que são indígenas ou que vivem em áreas rurais, por exemplo), observa-se que o desenvolvimento da primeira infância no Brasil é marcado pela desigualdade.” (UNICEF, 2011, p. 17).

- “Em 11 anos (entre 1997 e 2008), a taxa de mortalidade infantil caiu de 31,9 para 19,0 por mil nascidos vivos e, entre menores de cinco anos, de 30,4 para 22,8 (entre 2000 e 2008). A porcentagem de óbitos de menores de um ano por causas mal definidas reduziu-se de 12,3, no ano 2000, para 4,0, em 2008. A redução maior se deu na região Nordeste, que baixou de 21,8 para 3,48. Na probabilidade de morrer no início da vida, a desigualdade também registra suas marcas: a mortalidade infantil entre crianças filhas de mães negras é cerca de 37% maior do que entre as filhas de mães brancas; e, entre as indígenas, chega a ser 138% mais alta do que entre as crianças brancas.” (UNICEF, 2011, p. 18).

- “Nos últimos cinco anos, a desnutrição entre crianças de menos de um ano diminuiu em torno de 60%. Mesmo assim, há cerca de 24 mil desnutridas. Em 2007, havia 9 milhões de crianças de até três anos sem atendimento em creche e 2 milhões sem pré-escola. A taxa de sub-registro civil diminuiu de 30,3% para cerca de 11% entre 1995 e

2009/10. Mesmo assim, o número daquelas que não têm esse direito assegurado ainda é muito alto.” (UNICEF, 2011, p. 18).

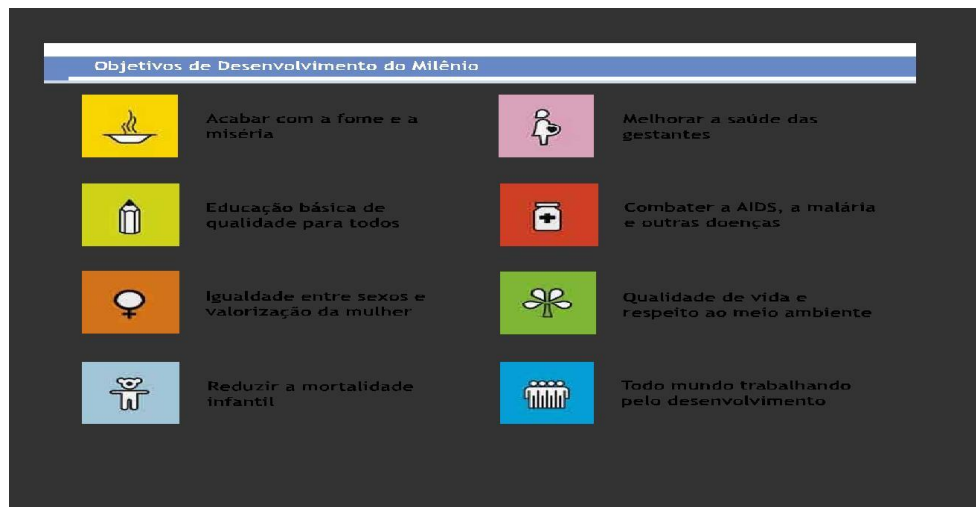
Entre 2007 e 2011, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) firmou convênios para a construção de 2.543 creches e pré-escolas. Em 2011, passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2). Assim, deve financiar a construção de 6.427 escolas de educação infantil em municípios de todo o país até 2014.

Cumprimento dos 10 compromissos firmados no ano de 2002, na 27^a

Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas, chamado *Um Mundo para as Crianças*:

- Colocar as crianças em primeiro lugar;
- Erradicar a pobreza – investir na infância;
- Não abandonar nenhuma criança;
- Cuidar de cada criança;
- Educar cada criança;
- Proteger as crianças da violência e da exploração;
- Proteger as crianças da guerra;
- Combater o HIV/AIDS;
- Ouvir as crianças e assegurar sua participação;
- Proteger a Terra para as crianças.

Figura 25: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (Fonte: Cumprimento dos 54 artigos da Convenção dos Direitos da Criança, 1989).



SUBEIXO 3 – Educação Integral

Figura 26: Atividades desenvolvidas nas experiências de jornada escolar ampliada – 2008. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

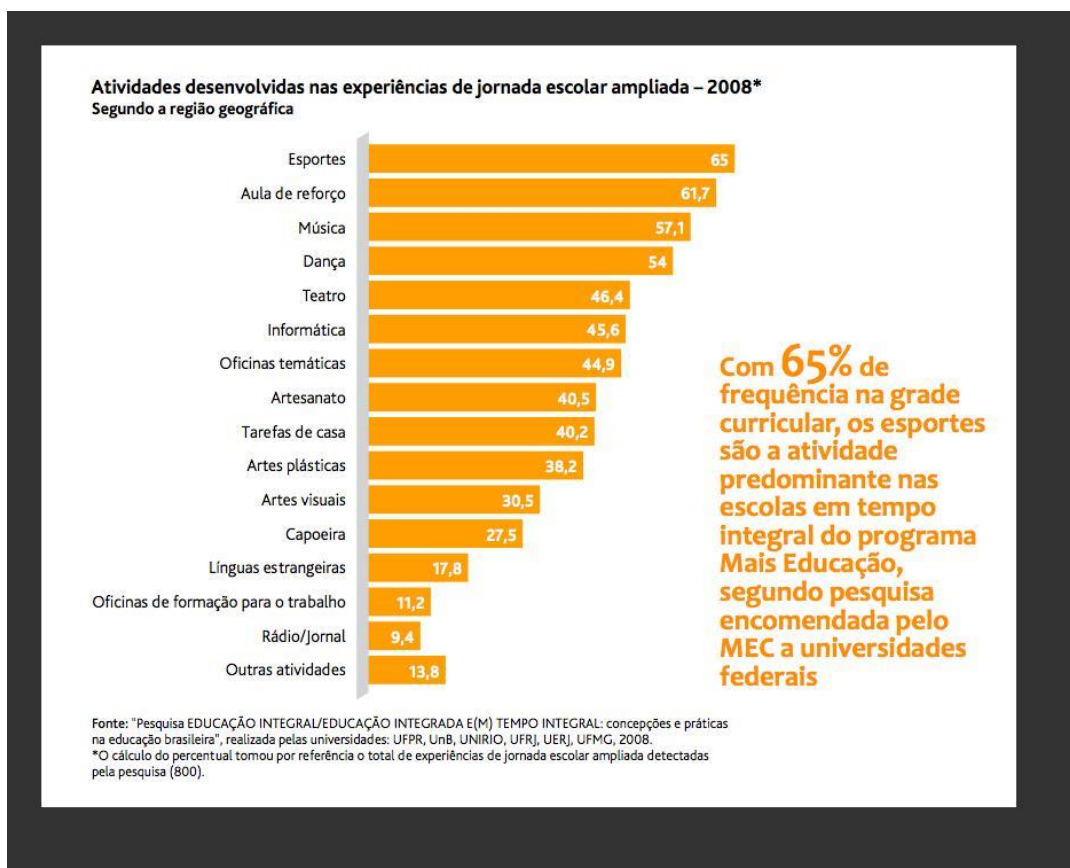


Figura 27: Tempo Integral. Matrículas no Ensino Fundamental por rede, segundo a duração do tempo de escolarização: 2010-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 28: Tempo Integral. Matrículas em Tempo Integral por etapa de ensino – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

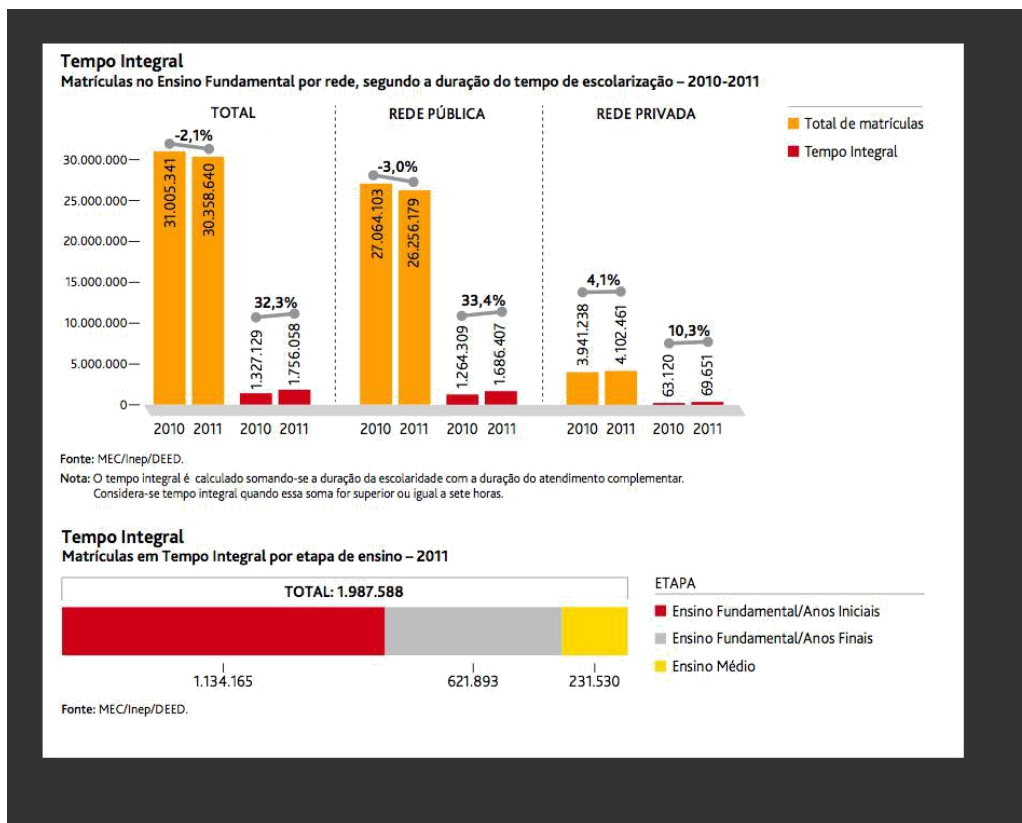


Figura 29: Parceiros das experiências de Educação em jornada ampliada – 2008. Em %.

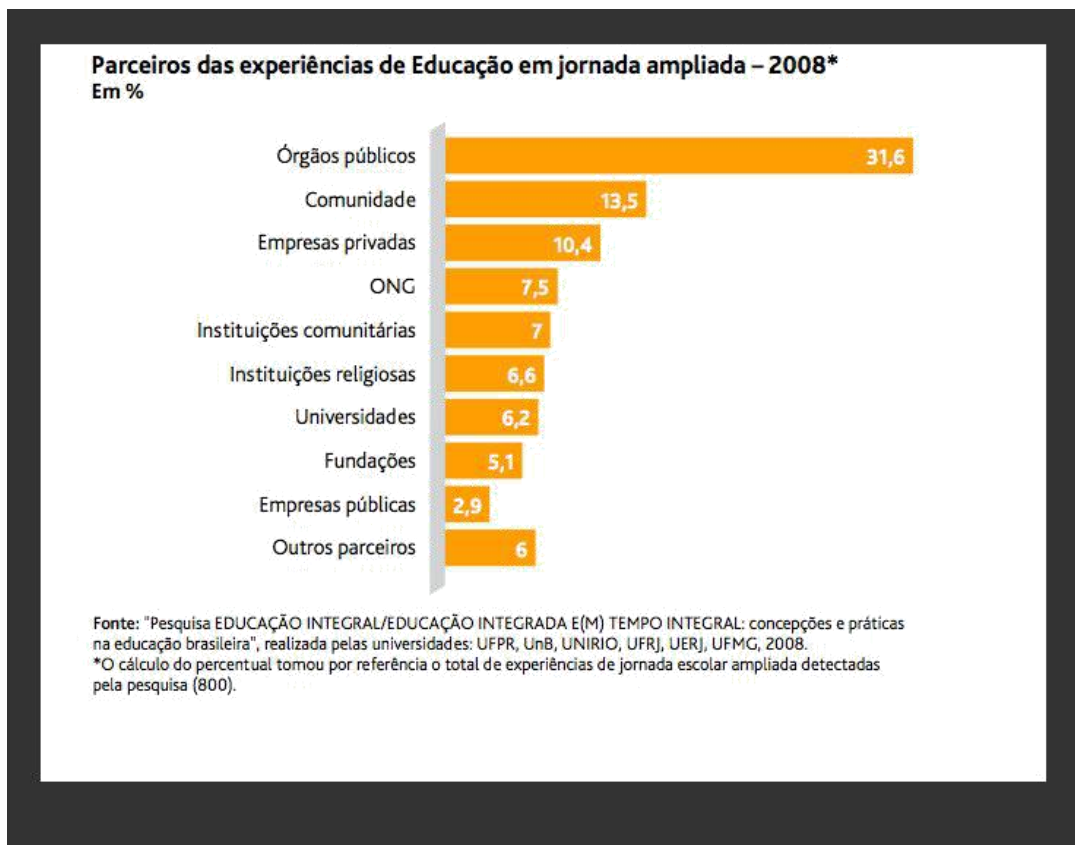


Figura 30: Tempo Integral. Matrículas em tempo integral – 2011. Por etapa de ensino e unidades da federação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 31: Tempo de permanência médio na escola – 2011. Por unidades da federação e turma de escolarização. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Tempo integral			
Matrículas em tempo integral – 2011			
Por etapa de ensino e unidades da federação			
Unidade da Federação	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
Região Norte	108.978	78.681	20.141
Rondônia	6.948	4.972	2.639
Acre	5.623	4.304	1.871
Amazonas	37.425	36.449	10.605
Roraima	2.651	247	570
Pará	32.432	22.031	1.901
Amapá	7.028	2.185	254
Tocantins	16.871	8.493	2.301
Região Nordeste	288.338	185.939	120.589
Maranhão	23.877	17.065	3.459
Piauí	11.069	6.682	6.781
Ceará	74.742	54.202	29.394
Rio Grande do Norte	40.297	28.839	2.872
Paraíba	13.691	11.954	847
Pernambuco	50.453	34.771	70.085
Alagoas	16.324	5.835	914
Sergipe	4.813	3.126	2.259
Bahia	53.072	23.465	3.978
Região Sudeste	507.009	245.511	62.444
Minas Gerais	155.707	68.069	14.727
Espírito Santo	13.285	12.992	3.126
Rio de Janeiro	147.695	76.178	33.762
São Paulo	190.322	88.272	10.829
Região Sul	151.209	61.523	19.505
Paraná	69.694	20.377	9.921
Santa Catarina	30.861	13.702	3.774
Rio Grande do Sul	50.654	27.444	5.810
Região Centro-Oeste	78.631	50.239	8.851
Mato Grosso do Sul	15.175	8.450	2.004
Mato Grosso	18.139	18.024	3.662
Goiás	37.216	16.657	2.197
Distrito Federal	8.101	7.108	988

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 e 9 anos (Anos Iniciais - da 1ª à 4ª série e do 1º ao 5º ano).
- 3) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 e 9 anos (Anos Finais - da 5ª à 8ª séries e do 6º ao 9º ano).
- 4) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 anos - multi, Ensino Fundamental de 8 anos - correção de fluxo, Ensino Fundamental de 9 anos - multi, Ensino Fundamental de 9 anos - correção de fluxo e ensino fundamental de 8 e 9 anos - multi na etapa correspondente.
- 5) Considera-se Tempo Integral os alunos que estão em turmas com sete ou mais horas de duração e os que estão em turmas com menos sete horas, mas que, somado o tempo de atividade complementar, atinja as sete horas.

Tempo de permanência médio na escola – 2011

Por unidades da federação e turma de escolarização

Brasil	Tempo escolarização	Tempo atividade complementar mesma rede	Tempo atividade complementar outra rede	
				MÉDIA BRASIL: 4,45
Acre	4,17	3,20	3,33	4,17
Alagoas	4,25	2,85	2,21	4,25
Amapá	4,29	2,62	1,65	4,29
Amazonas	4,15	2,68	3,31	4,15
Bahia	4,34	2,79	2,64	4,34
Ceará	4,19	3,14	3,52	4,19
Distrito Federal	4,90	1,58	1,11	4,9
Espírito Santo	4,70	2,60	3,25	4,7
Goiás	4,68	2,05	2,20	4,68
Maranhão	4,11	2,75	2,56	4,11
Mato Grosso	4,32	3,31	3,29	4,32
Mato Grosso do Sul	4,58	1,88	2,88	4,58
Minas Gerais	4,56	3,81	3,86	4,56
Pará	4,16	2,30	1,90	4,16
Paraíba	4,29	2,71	3,11	4,29
Paraná	4,73	1,95	3,43	4,73
Pernambuco	4,38	2,82	3,35	4,38
Piauí	4,24	2,47	3,12	4,24
Rio de Janeiro	4,83	2,38	2,22	4,83
Rio Grande do Norte	4,25	2,98	2,92	4,25
Rio Grande do Sul	4,59	1,87	2,74	4,59
Rondônia	4,26	1,96	3,06	4,26
Roraima	4,28	1,65	2,65	4,28
Santa Catarina	4,68	1,68	2,82	4,68
São Paulo	5,22	1,95	3,30	5,22
Sergipe	4,33	2,44	2,83	4,33
Tocantins	4,61	1,97	3,61	4,61

Fonte: MEC/Inep/DEED.

SUBEIXO 4 - Novos Conhecimentos, Tecnologias e Novas Formas de Ensinar e Aprender

- O “*Manifesto da Ciência Tropical: um novo paradigma para o uso democrático da ciência como agente efetivo de transformação social e econômica no Brasil*”, lançado em 2010 pelo cientista Miguel Nicolelis, sugere quinze medidas necessárias para que o Brasil invista no desenvolvimento científico e educacional e se firme como uma das lideranças mundiais na produção e uso democratizante do conhecimento, enfatizando a descentralização da produção científica e

a aproximação entre pesquisa e escola, potencializando todas as etapas da educação.

- Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) em dezembro de 2012 aponta que 99% das escolas brasileiras – públicas e privadas – contam com computadores e 92% delas têm acesso à internet. Este dado aponta a quase universalização da presença de ferramentas digitais nos equipamentos de ensino do país. A pesquisa também indica que 62% dos alunos de escola pública e 94% dos da rede privada que participaram da pesquisa têm computadores em casa. Porém, obstáculos como a baixa velocidade da internet e o número insuficiente de computadores por aluno nas escolas ainda precisam ser superados.

SUBEIXO 5 – Melhoria da qualidade da Educação Básica, de forma que garanta a aprendizagem a todos os alunos na idade correta

□ O Brasil ficou na penúltima posição em um índice comparativo presente no estudo *The Learning Curve* (Curva do Aprendizado, em inglês), encomendado pela Pearson Internacional. A pesquisa considera o desempenho de 40 países em testes internacionais aplicados em alunos do 5º e do 9º ano do ensino fundamental, além de dados educacionais sobre alfabetização e taxas de conclusão de escolas e universidades.

Figura 32: Ranking Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais. (Fonte: Pearson/EIU).

Veja o Ranking Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais			
1. Finlândia	11. Irlanda	21. Suécia	31. Grécia
2. Coreia do Sul	12. Dinamarca	22. República Tcheca	32. Romênia
3. Hong Kong	13. Austrália	23. Áustria	33. Chile
4. Japão	14. Polônia	24. Itália	34. Turquia
5. Cingapura	15. Alemanha	25. França	35. Argentina
6. Grã-Bretanha	16. Bélgica	26. Noruega	36. Colômbia
7. Holanda	17. Estados Unidos	27. Portugal	37. Tailândia
8. Nova Zelândia	18. Hungria	28. Espanha	38. México

9. Suíça	19. Eslováquia	29. Israel	40. Indonésia
10. Canadá	20. Rússia	30. Bulgária	

Fonte: Pearson/EIU

Figura 33: Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série. Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

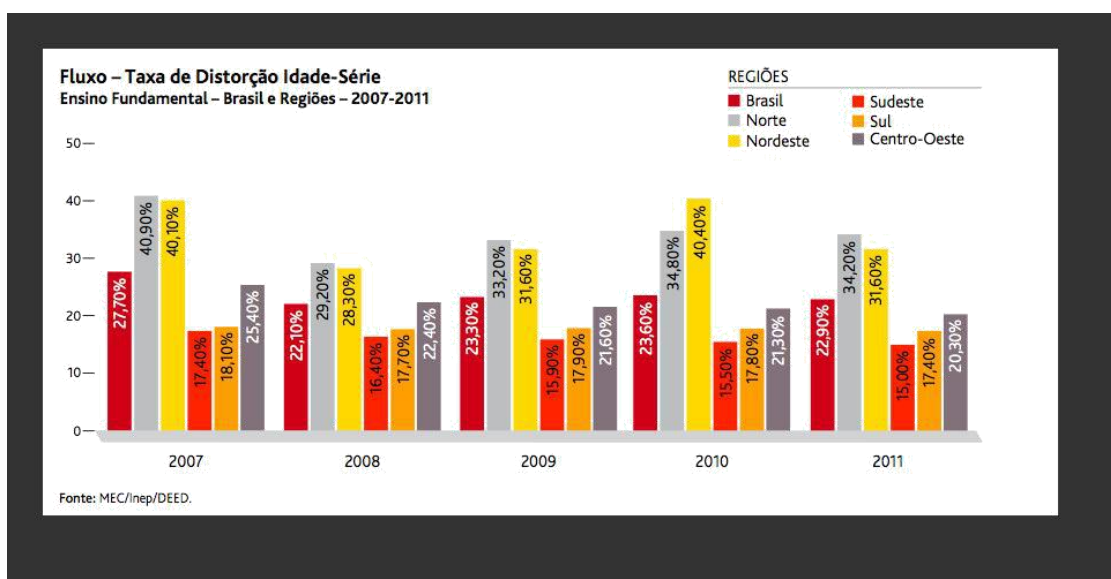


Figura 34: Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série. Brasil. Ensino Fundamental – Por ano – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

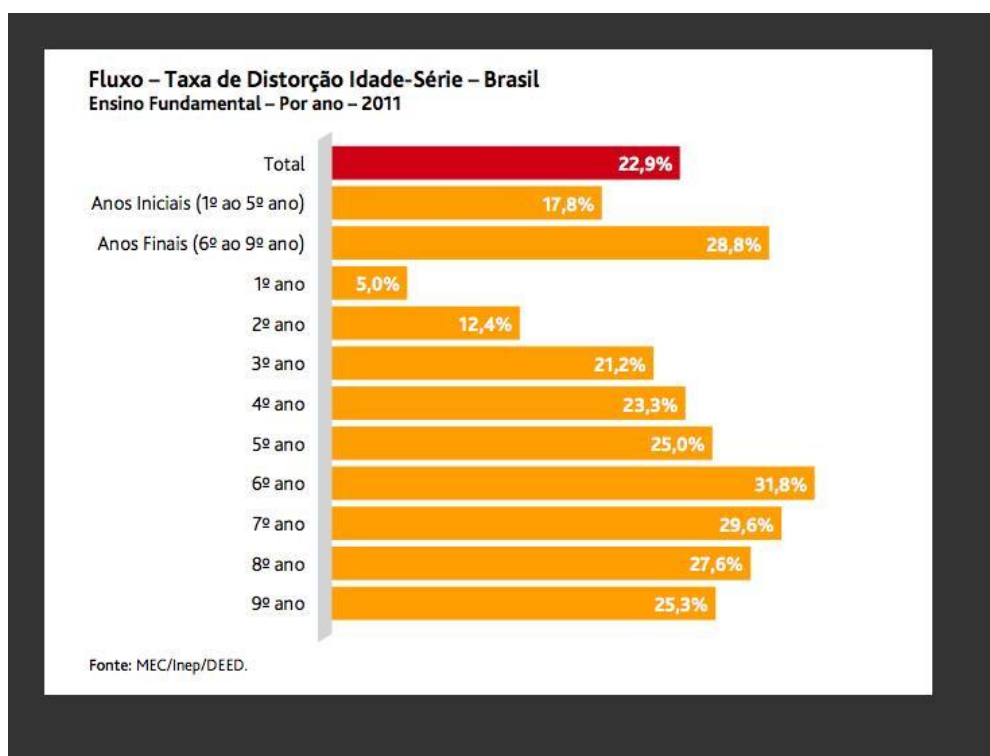


Figura 35: Taxa de Distorção Idade-Série. Ensino Médio – Brasil e Regiões – 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

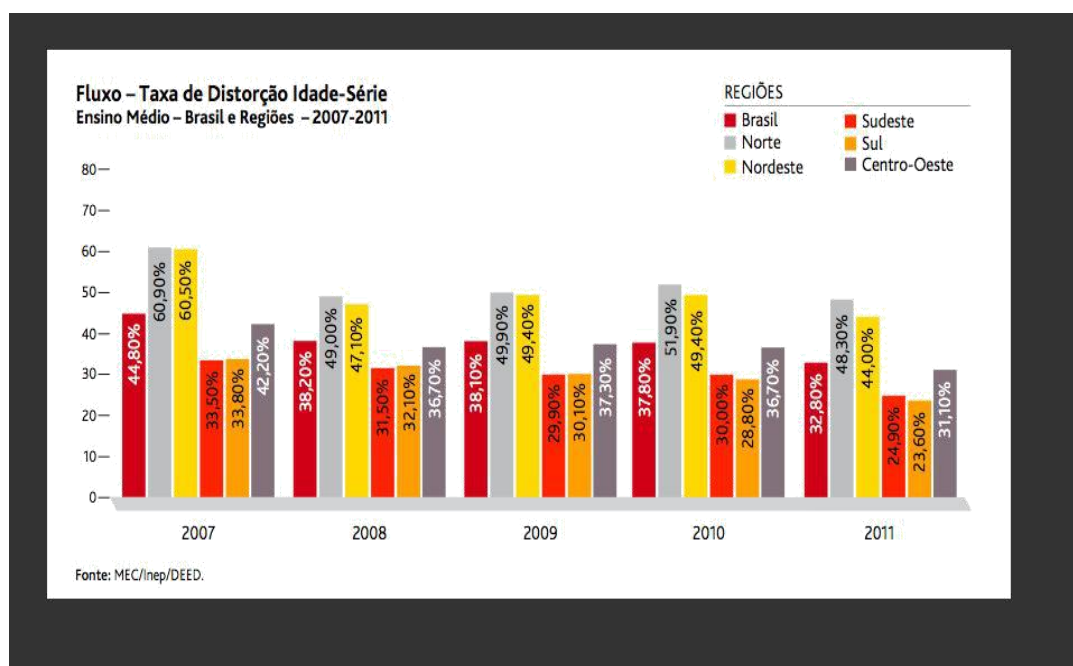


Figura 36: Fluxo – Taxa de Distorção Idade-Série. Brasil. Ensino Médio – Por ano – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

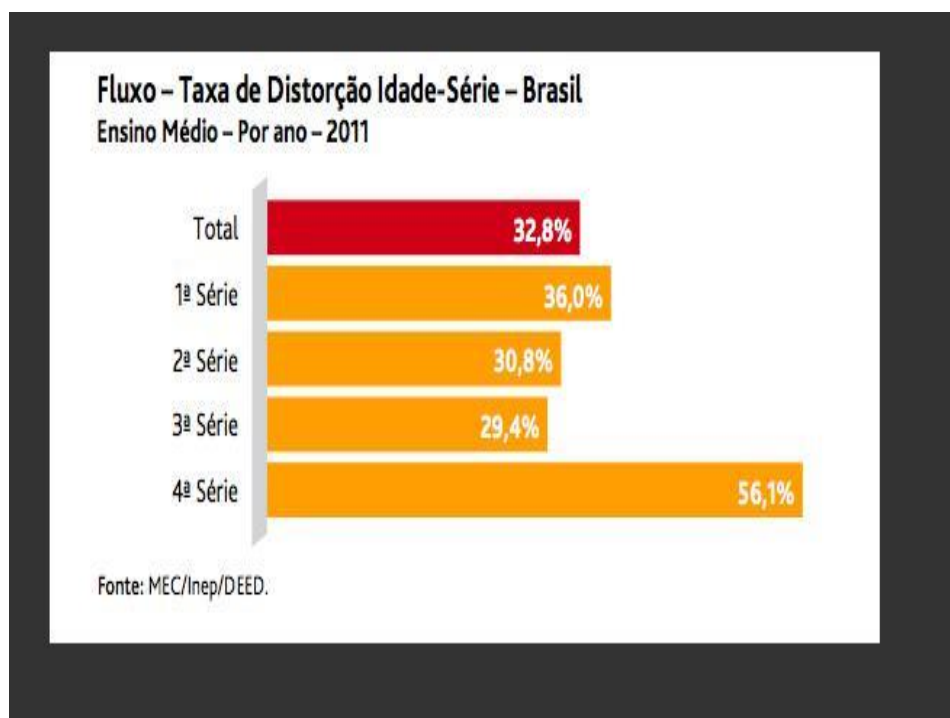


Figura 37: Ensino Médio. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2013)

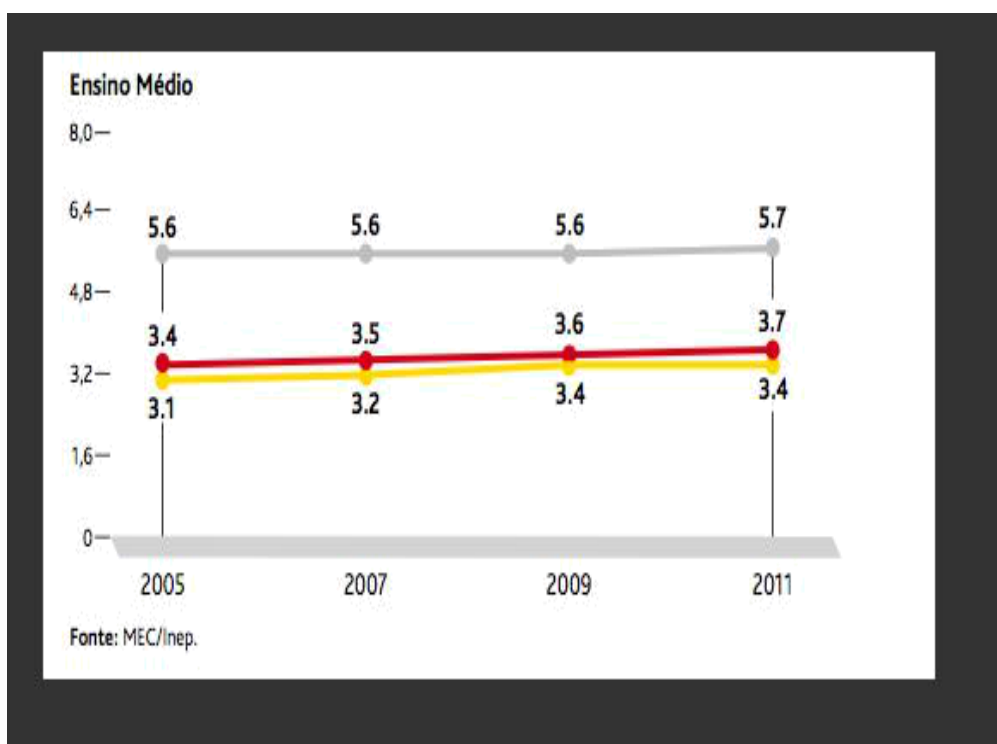


Figura 38: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasil. **Anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental.** Por dependência administrativa – 2005-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

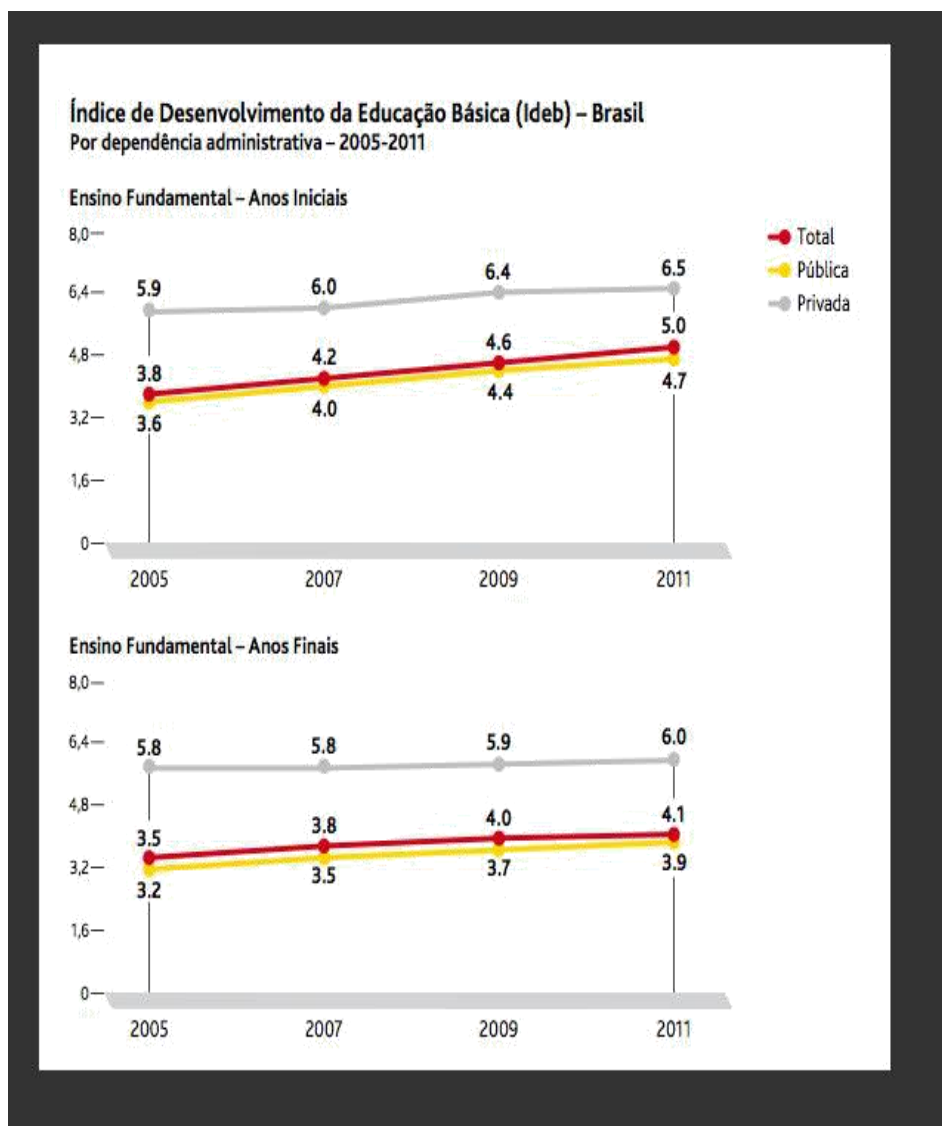


Figura 39: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Anos iniciais do EF, anos finais do EF e Ensino Médio – 2005-2011. Por região e dependência administrativa. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)
Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2011
Por região e dependência administrativa

PÚBLICA				
Região	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1

Fonte: MEC/Inep.

PRIVADA				
Região	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)
Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2011
Por região e dependência administrativa

PÚBLICA				
Região	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0

Fonte: MEC/Inep.

PRIVADA				
Região	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)
Ensino Médio – 2005-2011
Por região e dependência administrativa

PÚBLICA				
Região	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3

Fonte: MEC/Inep.

PRIVADA				
Região	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6

Figura 40: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005-2011. Por unidades da federação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

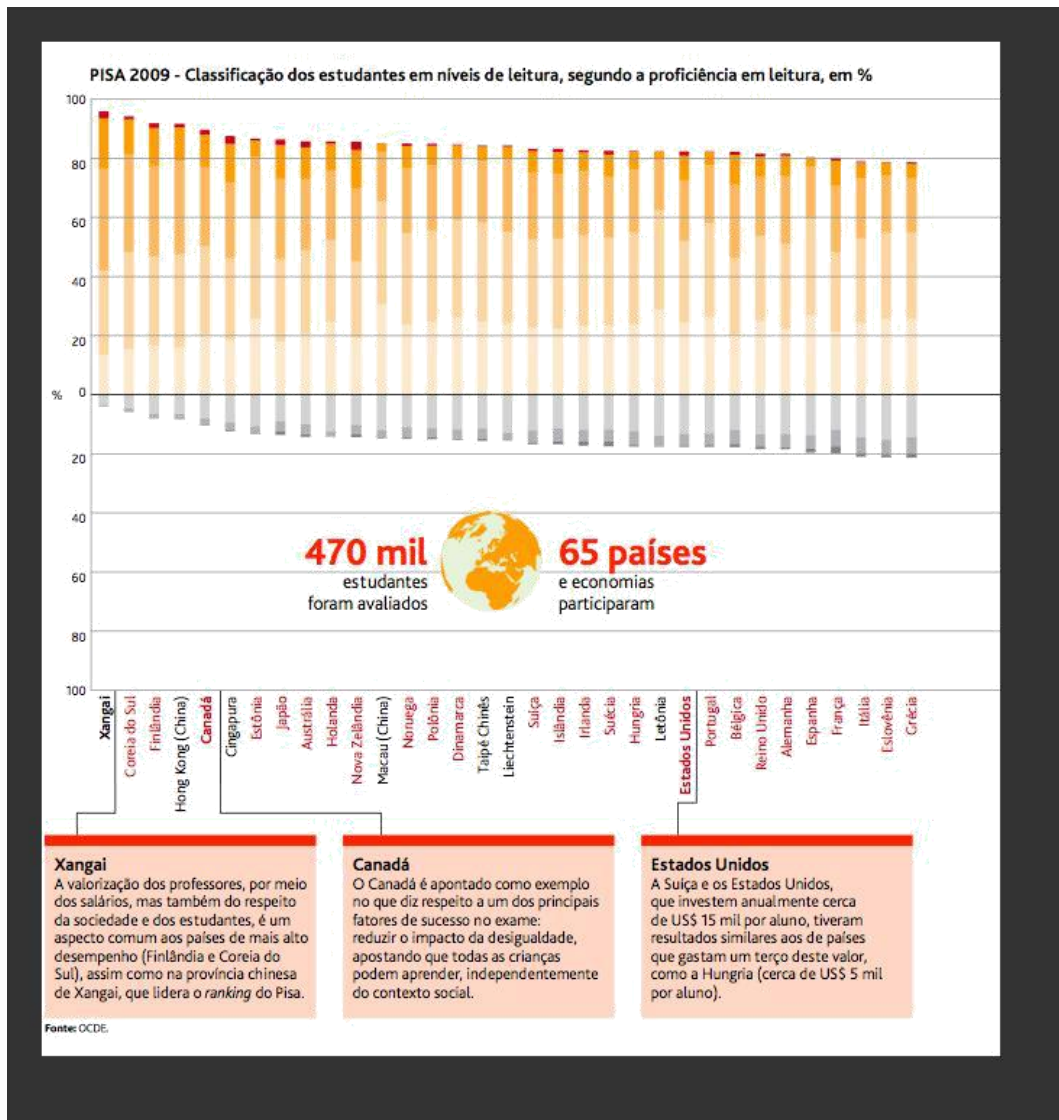
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2011

Por unidades da federação

Unidade da Federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	IDEB 2005	IDEB 2011	IDEB 2005	IDEB 2011	IDEB 2005	IDEB 2011
Região Norte						
Rondônia	3,6	4,7	3,4	3,7	3,2	3,7
Acre	3,4	4,6	3,5	4,2	3,2	3,4
Amazonas	3,1	4,3	2,7	3,8	2,4	3,5
Roraima	3,7	4,7	3,4	3,7	3,5	3,6
Pará	2,8	4,2	3,3	3,7	2,8	2,8
Amapá	3,2	4,1	3,5	3,7	2,9	3,1
Tocantins	3,5	4,9	3,4	4,1	3,1	3,6
Região Nordeste						
Maranhão	2,9	4,1	3,0	3,6	2,7	3,1
Piauí	2,8	4,4	3,1	4,0	2,9	3,2
Ceará	3,2	4,9	3,1	4,2	3,3	3,7
Rio Grande do Norte	2,7	4,1	2,8	3,4	2,9	3,1
Paraíba	3,0	4,3	2,7	3,4	3,0	3,3
Pernambuco	3,2	4,3	2,7	3,5	3,0	3,4
Alagoas	2,5	3,8	2,4	2,9	3,0	2,9
Sergipe	3,0	4,1	3,0	3,3	3,3	3,2
Bahia	2,7	4,2	2,8	3,3	2,9	3,2
Região Sudeste						
Minas Gerais	4,7	5,9	3,8	4,6	3,8	3,9
Espírito Santo	4,2	5,2	3,8	4,2	3,8	3,6
Rio de Janeiro	4,3	5,1	3,6	4,2	3,3	3,7
São Paulo	4,7	5,6	4,2	4,7	3,6	4,1
Região Sul						
Paraná	4,6	5,6	3,6	4,3	3,6	4,0
Santa Catarina	4,4	5,8	4,3	4,9	3,8	4,3
Rio Grande do Sul	4,3	5,1	3,8	4,1	3,7	3,7
Região Centro-Oeste						
Mato Grosso do Sul	3,6	5,1	3,4	4,0	3,3	3,8
Mato Grosso	3,6	5,1	3,1	4,5	3,1	3,3
Goiás	4,1	5,3	3,5	4,2	3,2	3,8
Distrito Federal	4,8	5,7	3,8	4,4	3,6	3,8

Fonte: MEC/Inep.

Figura 41: PISA 2009 – Classificação dos estudantes em níveis de leitura, segundo a proficiência em leitura, em %. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 3,36 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos ainda estão fora da escola, segundo dados da Pnad 2012 (IBGE).

SUBEIXO 6 - Letramento: as práticas de leitura e escrita nos diversos domínios da sociedade

Figura 42: Escolaridade média da população de 25 anos ou mais no Brasil: 1995-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

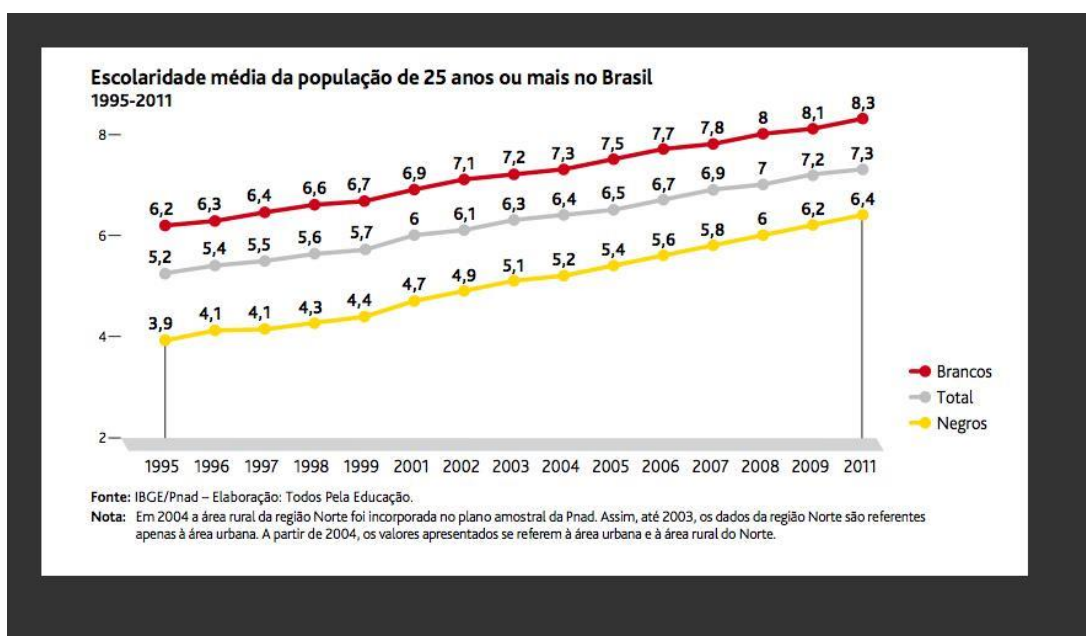


Figura 43: Nível de estudo mais elevado X rendimento médio (pessoas ocupadas de 10 anos ou mais) – 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da

Educação Básica 2013).

Nível de estudo mais elevado X rendimento médio (pessoas ocupadas de 10 anos ou mais) – 2007-2011

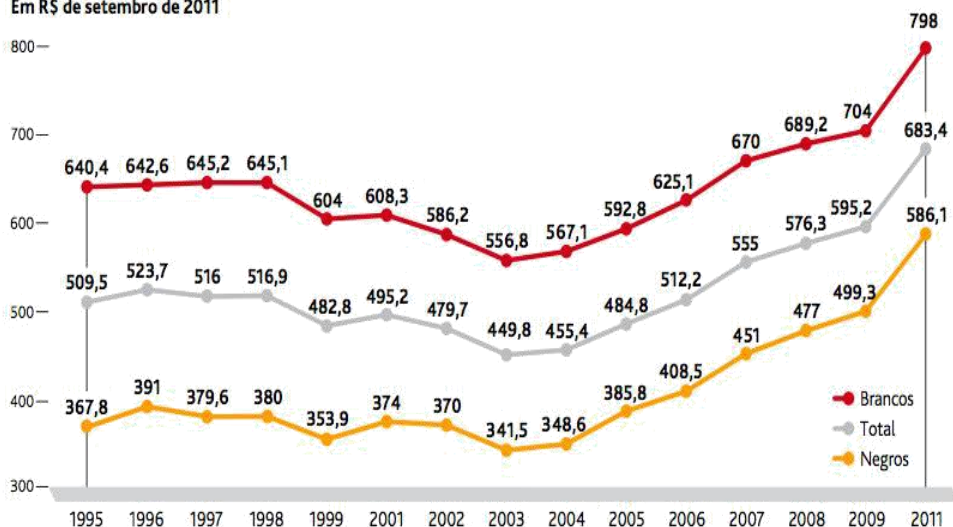
Grau de instrução	2007	2008	2009	2011
Sem instrução	376,64	396,89	402,55	540,28
Fundamental incompleto ou equivalente	598,76	617,29	621,83	698,79
Fundamental completo ou equivalente	844,75	851,75	865,05	938,55
Médio incompleto ou equivalente	707,10	724,59	731,25	802,41
Médio completo ou equivalente	1139,32	1144,85	1154,98	1202,74
Superior incompleto ou equivalente	1577,74	1599,55	1569,58	1577,85
Superior completo	3579,73	3451,21	3429,79	3510,44

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Rendimento de todos os trabalhos na semana de referência inflacionado pelo INPC de setembro de 2011

Figura 44: Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas, por grau de instrução. Em R\$ de setembro de 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013)

Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas, por grau de instrução Em R\$ de setembro de 2011



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Rendimento de todos os trabalhos na semana de referência inflacionado pelo INPC de setembro de 2011.

Figura 45: Taxa de frequência à escola. Por faixa de idade e por faixa de salário mínimo – Brasil – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

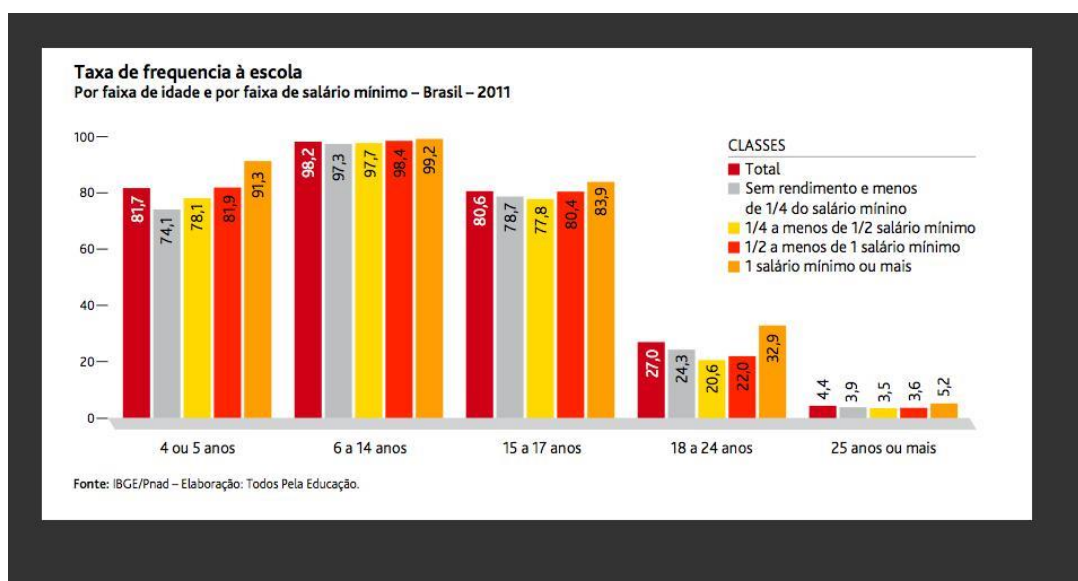


Figura 46: Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade- Por quintos de rendimento mensal familiar per capita, segundo regiões – Brasil – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade
Por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo regiões – Brasil – 2011

Regiões	Médias dos anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos ou mais de idade					
	Total	Quintos de rendimento mensal <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	9,6	7,7	8,6	9,4	10,3	11,7
Norte	8,7	7,2	8,2	9,2	9,9	11,4
Nordeste	8,8	7,5	8,4	9,3	10,3	11,8
Sudeste	10,1	8,4	8,9	9,5	10,4	11,7
Sul	10	8,1	8,4	9,2	10,2	11,6
Centro-Oeste	9,9	8,5	8,6	9,2	10,3	11,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2011.
Nota: Excluídas as pessoas em famílias sem rendimento, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Figura 47: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade. Brasil e Regiões – 1995 a 2011 – (%). (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

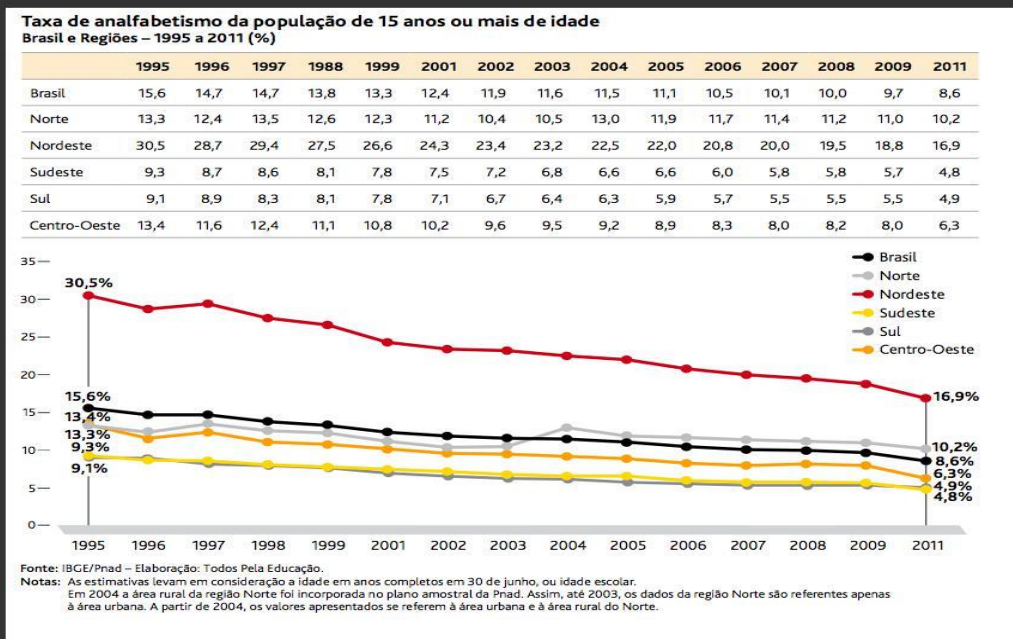


Figura 48: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Segundo regiões, sexo, raça e quintos de rendimento – 2001 e 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

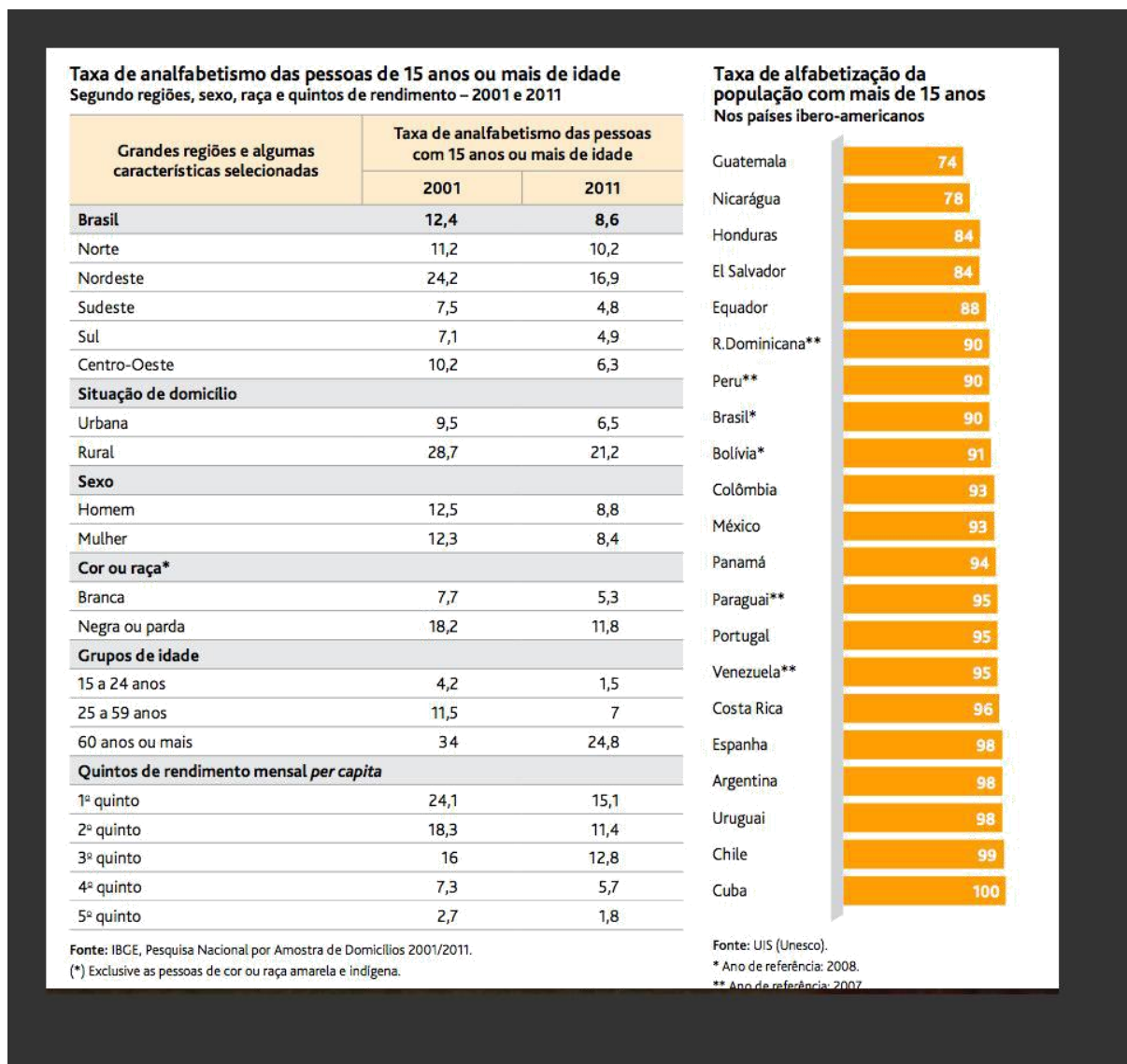


Figura 49: Níveis de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos segundo renda familiar – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Níveis de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos segundo renda familiar – 2011

Níveis	Renda – em salários mínimos			
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5
Analfabeto	17%	6%	3%	1%
Rudimentar	31%	30%	14%	6%
Básico	45%	49%	50%	41%
Pleno	8%	15%	33%	52%

Fonte: Inaf Brasil, 2011.

Figura 50: Nível de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos por escolaridade da população – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

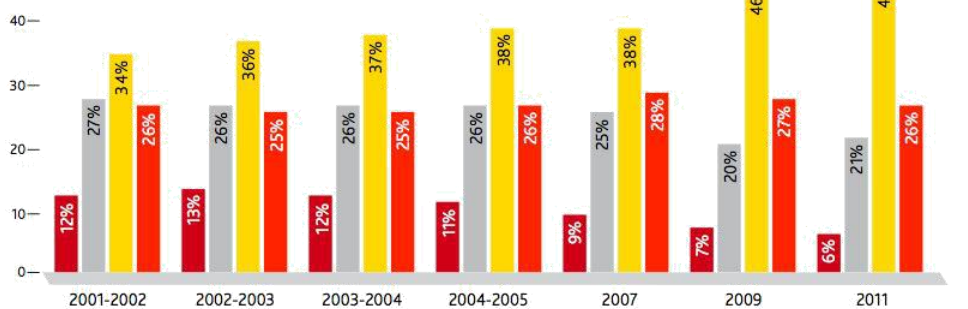
Nível de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos por escolaridade da população – 2011

Níveis	Escolaridade				
	Nenhuma	Fundamental I	Fundamental II	Médio	Superior
Analfabeto	54%	8%	1%	0%	0%
Rudimentar	41%	45%	25%	8%	4%
Básico	6%	43%	59%	57%	34%
Pleno	0%	5%	15%	35%	62%

Fonte: Inaf Brasil 2011.

Figura 51: Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos – (2001-2002 a 2011). (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos – (2001-2002 a 2011)



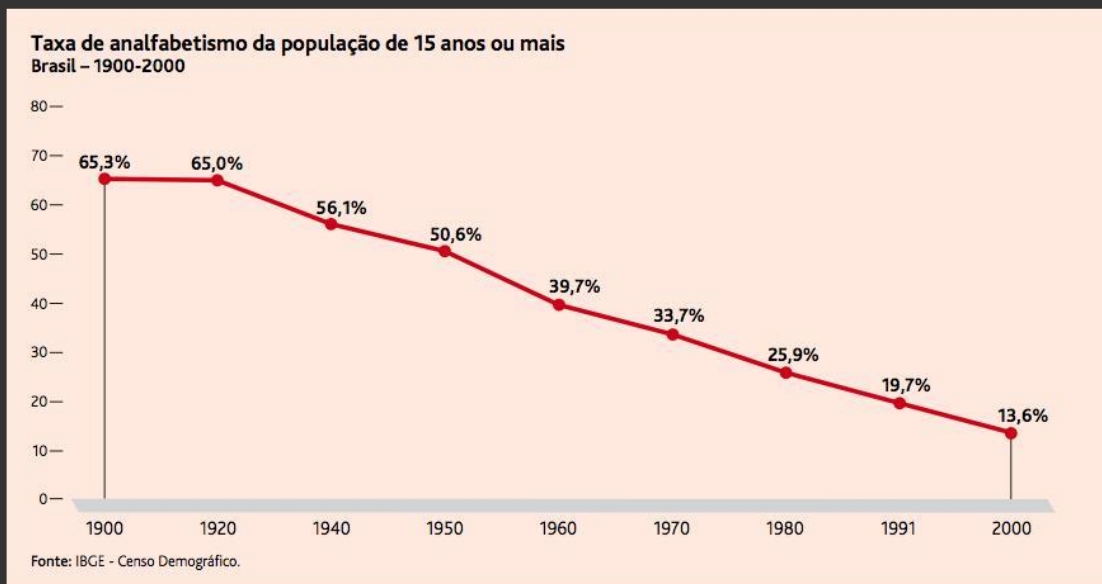
Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011.

Obs.: Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de 2 em 2 anos de modo a possibilitar a comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.

NÍVEIS

■ Analfabeto ■ Rudimentar ■ Básico ■ Pleno

Figura 52: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais. Brasil: 1900-2000. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



SUBEIXO 7 – Diversidade cultural e valores

Seguem dados da pesquisa “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (IPEA, 2011, p. 21 e 22):

- Em 1995, 15,5% da população com 15 anos ou mais não sabia ler nem escrever. Este percentual caiu para 9,7% em 2009. No entanto, neste mesmo ano, encontra-se, na região Nordeste, 20,5% de negros em situação de analfabetismo, contra 14,2% dos brancos. Na área rural nordestina, identifica-se que 32,6% das pessoas não tiveram acesso à educação formal.

- Observa-se que a média de anos de estudos da população com 15 anos ou mais aumentou de 5,5 anos, em 1995, para 7,5 anos, em 2009, representando um aumento de 2 anos no período.

Considerando-se apenas a população negra, identifica-se um aumento de 2,4 anos no mesmo intervalo, o que não representa ainda o rompimento das desigualdades: em 2009, a população negra tinha 6,7 anos de estudos, contra 8,4 anos da população branca.

- Ao longo dos 14 anos apresentados na série, observa-se uma diminuição de 14,5 pontos no percentual de pessoas ocupadas com 16 anos ou mais que possuem apenas entre 1 e 4 anos de estudo, e um aumento acima desta proporção de pessoas com 9 a 11 anos de estudo. Em 2009, 65,5% de mulheres ocupadas, com 16 anos ou mais, tinham pelo menos 9 anos de estudo, contra apenas 48,7% das mulheres negras. Há um fosso a ser superado que combina gênero, raça e educação formal.

- No geral, a cobertura escolar – que representa o percentual de pessoas que frequenta escola ou creche – aumentou, passando de 54,7%, em 1995, para 64,5%, em 2009, ficando ainda aquém da demanda. O grande desafio parece ser a educação infantil. Observa-se que nesses 14 anos a cobertura na idade de 0 a 3 anos mais que duplicou, saindo de 7,6%, em 1995, para 18,4%, em 2009. No entanto, ela não conseguiu atingir a metade da meta prevista no último Plano Nacional de Educação, que era de 50% até 2010.

Os números são ainda mais incipientes na zona rural, onde há uma cobertura de apenas 8,9%. Considerando-se as desigualdades raciais, em 2009, 20,2% das crianças brancas entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches, contra apenas 16,7% de crianças negras.

- Observa-se que a distorção idade-série aumenta de acordo com o avançar das séries e o nível de ensino. No entanto, identifica-se que, entre 1995-2006, houve um decréscimo de 42% para 20,8% na distorção idade-série de 1ª a 4ª série. Em 2007, este percentual atingiu 23,4%, chegando a 23,7%, em 2009. Tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, observa-se a maior distorção idade-série entre crianças e jovens negros do sexo masculino. No Ensino Médio, a taxa de distorção idade-série atinge 41% dos jovens negros, contra 26,9% dos jovens brancos. Entre as jovens negras, esse índice chega 38,2%, contra 24,1% entre as mulheres brancas.

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no Ensino Superior – que mede a proporção de pessoas que deveriam estar matriculadas nesse nível de ensino segundo sua idade – era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no Ensino Superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas nesse nível de ensino era de 23,8%, enquanto que entre as mulheres negras era de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o PROUNI, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área. No entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros explicam a discrepância dos dados.

SUBEIXO 8 – Valorização dos profissionais da Educação

- Segundo os dados da Pnad/IBGE, um professor recebe em média 40% menos que um profissional de outra área com a mesma escolaridade. (Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013, p. 96).

Figura 53: Professores. Número de professores da Educação Básica por sexo e por faixa etária – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

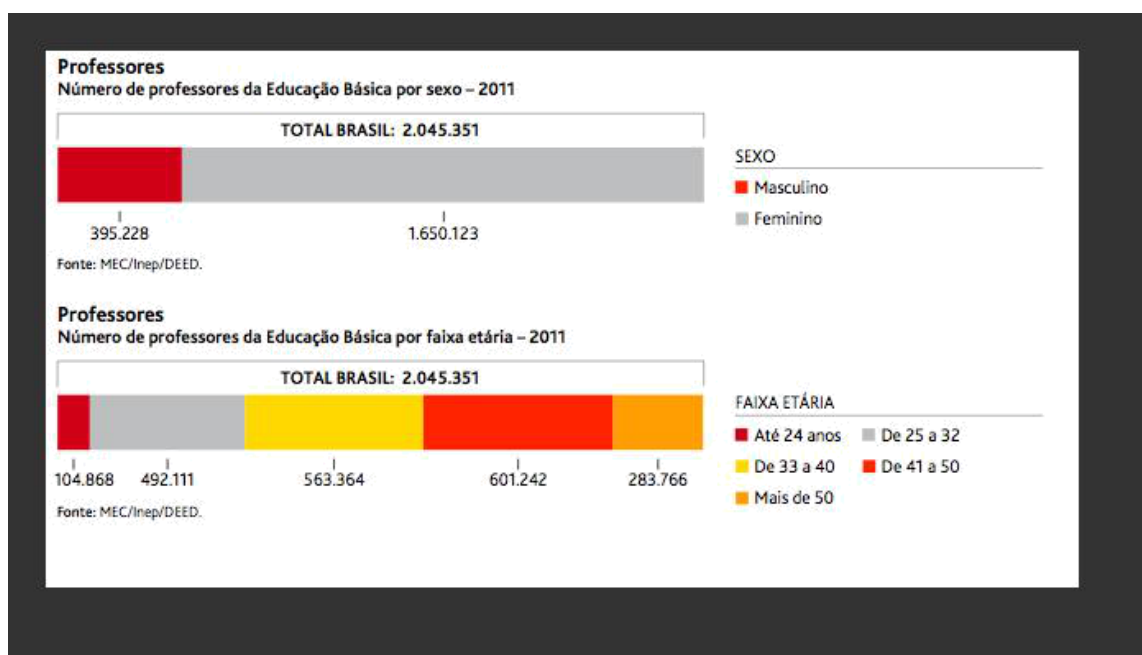


Figura 54: Professores. Número de professores da Educação Básica de acordo com as etapas e modalidades – Brasil e regiões – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Professores		Número de professores da Educação Básica de acordo com as etapas e modalidades de ensino – Brasil e Regiões – 2011						
		BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Educação Básica		2.045.351	176.195	603.360	820.375	298.736	146.685	
Educação Infantil	Ed. Infantil	408.739	25.924	106.999	183.123	66.603	26.090	
	Creche	163.148	5.534	28.726	86.183	32.785	9.920	
	Pré-Escola	265.000	21.088	81.730	107.167	37.533	17.482	
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	1.389.706	131.281	424.674	536.053	195.882	101.816	
	Anos Iniciais	724.542	66.681	213.604	285.463	103.182	55.612	
	Anos Finais	793.891	77.192	249.196	297.636	113.646	56.221	
Ensino Médio	Ensino Médio Total	488.528	33.581	122.509	217.027	77.757	37.654	
	Ensino Médio	460.452	31.926	112.260	208.713	71.313	36.240	
	Ensino Médio Normal/Magistério	20.758	16	6.694	6.402	7.530	116	
	Ensino Médio Integrado	31.075	2.193	10.486	8.168	7.678	2.550	
Educação Profissional	Educação Profissional	68.200	3.203	7.666	39.682	14.575	3.074	
	Concomitante	10.020	377	1.290	6.320	1.546	487	
	Subsequente	48.249	2.732	6.195	25.030	11.931	2.361	
	Mista (Concomitante e Subsequente)	26.175	351	926	20.246	3.745	907	
Educação Especial	Classes Especiais e Escolas Exclusivas	28.366	1.462	2.864	12.983	8.375	2.682	
	Classes Comuns	781.054	61.737	191.116	326.247	136.871	65.083	
Educação de Jovens e Adultos – EJA	Ensino Fundamental	Presencial	174.510	22.964	77.824	45.445	15.944	12.333
		Semipresencial	6.846	726	1.737	3.400	863	120
		Integrado	2.770	317	1.620	399	411	23
	Ensino Médio	Presencial	99.441	8.683	21.353	48.147	11.249	10.009
		Semipresencial	6.620	713	1.734	3.102	938	133
		Integrado	9.301	595	2.317	4.692	1.170	527

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

Figura 55: Professores. Número de professores da Educação Básica por escolaridade – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 56: Professores. Número de professores da Educação Básica com formação superior, com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 57: Professores. Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 58: Professores. Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 59: Professores. Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

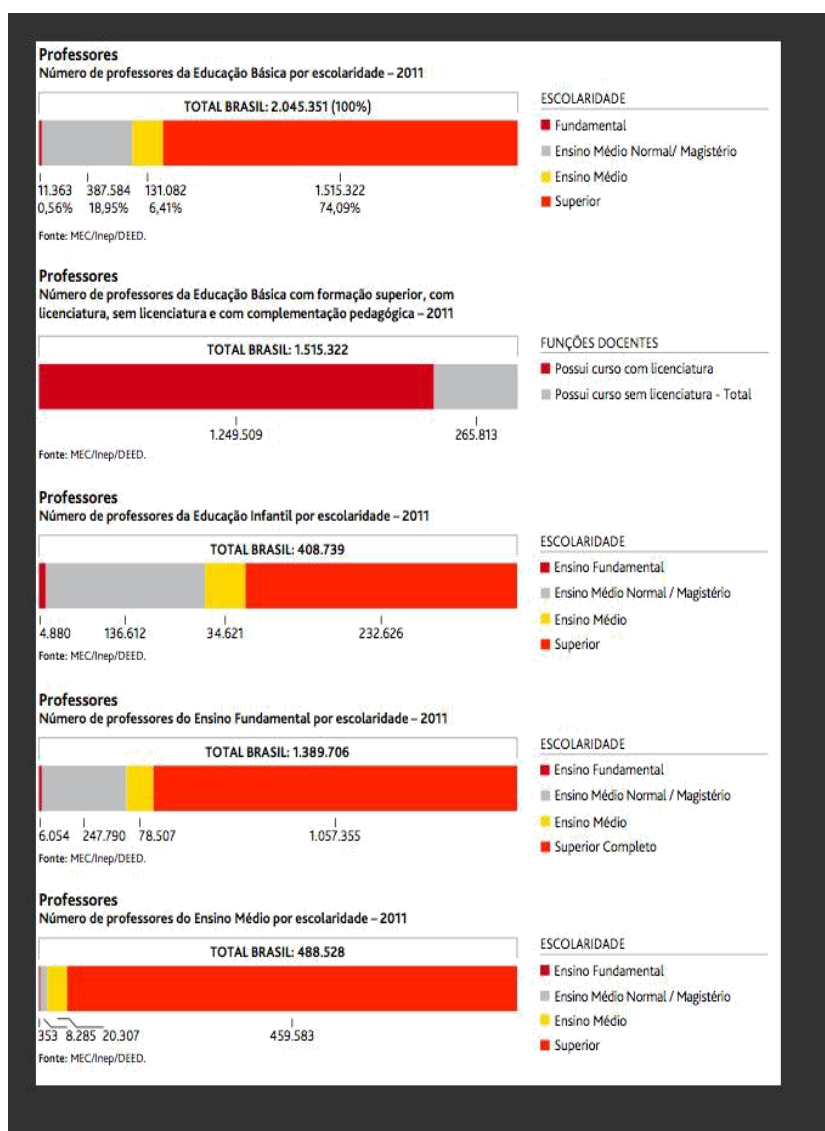


Figura 60: Número de cursos de graduação da área de Educação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 61: Número de matrículas em cursos de graduação da área de Educação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 62: Número de concluintes em cursos de graduação da área da Educação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 63: Proporção entre concluintes e matrículas em cursos de graduação da área de Educação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

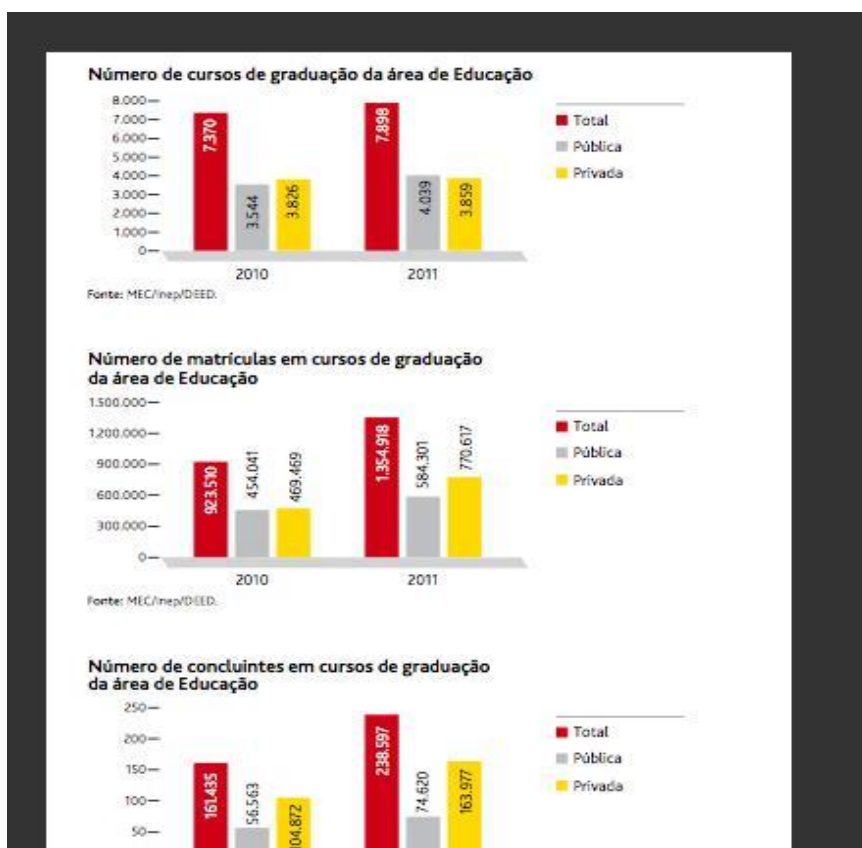


Figura 64: Remuneração (em R\$). Piso Nacional – 2009-2013. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



Figura 65: Número de professores da Educação Básica por escolaridade – 2011. Por regiões e unidades da federação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Número de professores da Educação Básica por escolaridade – 2011

Por regiões e unidades da federação

Unidade da Federação	Total	Funções docentes na Educação Básica				
		Fundamental	Escolaridade			Superior
			Médio Total	Normal/ Magistério	Ensino Médio	
Região Norte	176.195	1.637	61.948	46.799	15.149	112.610
Rondônia	16.502	92	3.437	2.690	747	12.973
Acre	10.011	257	3.844	2.478	1.366	5.910
Amazonas	38.371	373	10.561	6.868	3.693	27.437
Roraima	6.587	154	2.633	2.015	618	3.800
Pará	76.853	597	33.274	26.125	7.149	42.982
Amapá	10.092	13	4.194	3.918	276	5.885
Tocantins	17.779	151	4.005	2.705	1.300	13.623
Região Nordeste	603.360	6.049	246.651	188.252	58.399	350.660
Maranhão	92.916	912	47.694	42.118	5.576	44.310
Piauí	45.563	2.001	15.775	11.683	4.092	27.787
Ceará	87.915	296	23.164	13.077	10.087	64.455
Rio Grande do Norte	34.730	185	9.386	6.097	3.289	25.159
Paraíba	46.127	333	15.423	11.407	4.016	30.371
Pernambuco	89.434	790	32.910	27.852	5.058	55.734
Alagoas	32.383	226	15.194	11.916	3.278	16.963
Sergipe	21.976	95	5.336	4.218	1.118	16.545
Bahia	152.316	1.211	81.769	59.884	21.885	69.336
Região Sudeste	820.375	1.661	141.884	108.197	33.687	676.830
Minas Gerais	219.126	500	36.196	24.802	11.394	182.430
Espírito Santo	38.618	47	4.731	2.767	1.964	33.840
Rio de Janeiro	149.447	382	46.102	39.475	6.627	102.963
São Paulo	413.184	732	54.855	41.153	13.702	357.597
Região Sul	298.736	1.372	45.850	32.571	13.279	251.514
Paraná	115.118	301	11.774	9.307	2.467	103.043
Santa Catarina	69.421	329	12.038	5.644	6.394	57.054
Rio Grande do Sul	114.197	742	22.038	17.620	4.418	91.417
Região Centro-Oeste	146.685	644	22.333	11.765	10.568	123.708
Mato Grosso do Sul	26.501	48	2.612	1.542	1.070	23.841
Mato Grosso	33.135	330	5.384	1.678	3.706	27.421
Goiás	59.357	244	10.620	5.858	4.762	48.493
Distrito Federal	27.692	22	3.717	2.687	1.030	23.953

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:

- 1) Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2011.
- 2) Não inclui auxiliares da Educação Infantil.
- 3) Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).
- 4) Professores (ID) são contados uma única vez em cada unidade da federação, porém podem atuar em mais de uma UF.
- 5) Ensino Médio Normal/Magistério: Inclui professores do Magistério Específico Indígena.

Figura 66: Número de funções docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Por etapa de ensino e por região. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

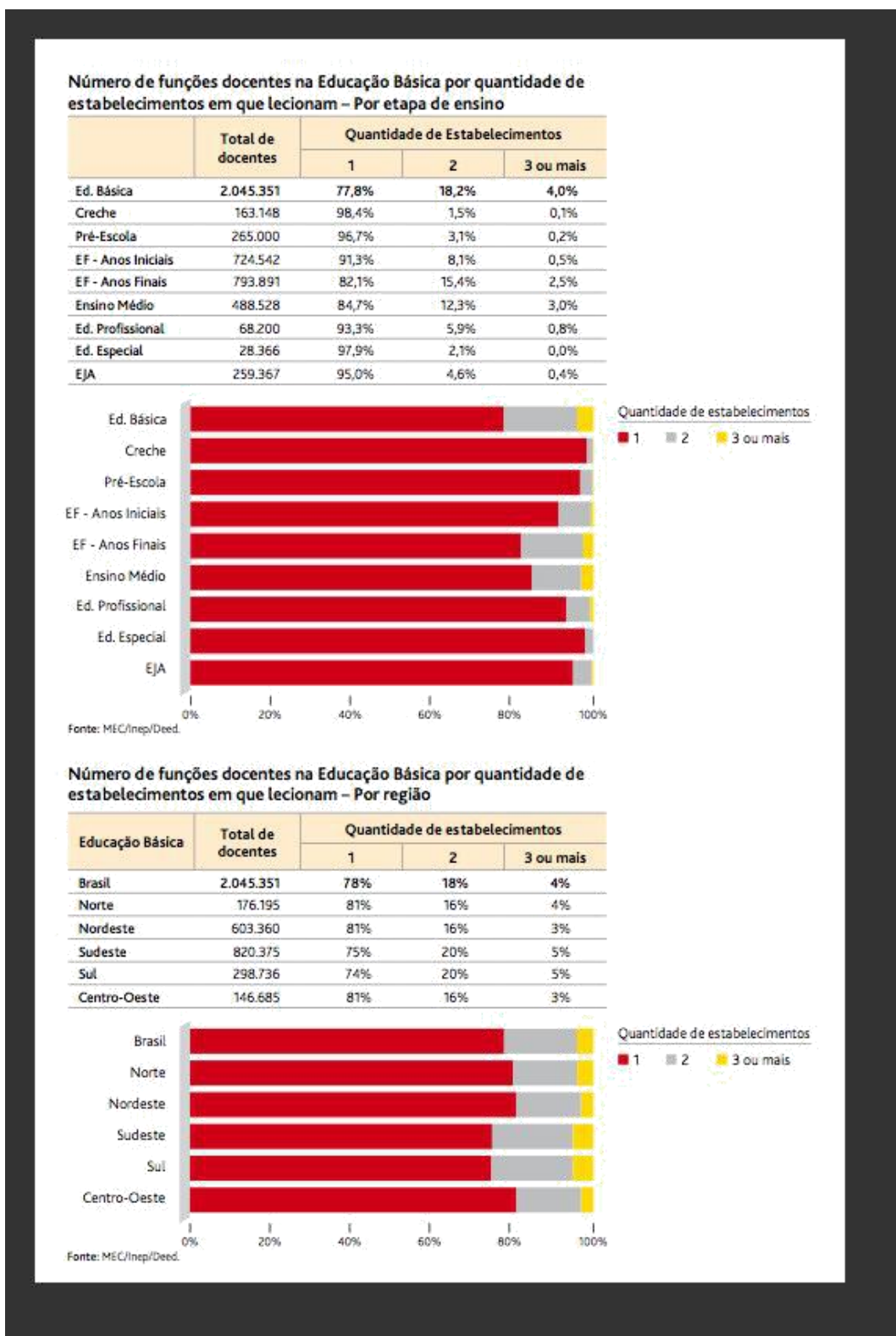


Figura 67: Número de professores na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Número de Professores na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam

Educação Básica	Total de docentes	Quantidade de Estabelecimentos		
		1	2	3 ou mais
Região Norte	176.195	77,8%	18,2%	4%
Rondônia	16.502	82%	16%	3%
Acre	10.011	83%	16%	1%
Amazonas	38.371	78%	20%	2%
Roraima	6.587	87%	13%	1%
Pará	76.853	78%	16%	6%
Amapá	10.092	91%	8%	1%
Tocantins	17.779	90%	9%	1%
Região Nordeste	603.360	81%	16%	3%
Maranhão	92.916	80%	17%	3%
Piauí	45.563	74%	19%	6%
Ceará	87.915	82%	15%	3%
Rio Grande do Norte	34.730	80%	16%	3%
Paraíba	46.127	79%	18%	3%
Pernambuco	89.434	81%	16%	3%
Alagoas	32.383	80%	16%	4%
Sergipe	21.976	77%	19%	4%
Bahia	152.316	84%	14%	2%
Região Sudeste	820.375	75%	20%	5%
Minas Gerais	219.126	78%	20%	2%
Espírito Santo	38.618	72%	23%	5%
Rio de Janeiro	149.447	70%	22%	8%
São Paulo	413.184	76%	19%	4%
Região Sul	298.736	74%	20%	5%
Paraná	115.118	72%	21%	8%
Santa Catarina	69.421	78%	18%	4%
Rio Grande do Sul	114.197	74%	22%	4%
Região Centro-Oeste	146.685	81%	16%	3%
Mato Grosso do Sul	26.501	70%	25%	6%
Mato Grosso	33.135	79%	19%	3%
Goiás	59.357	83%	14%	2%
Distrito Federal	27.692	91%	9%	1%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

SUBEIXO 9 – Juventudes

- “As juventudes compõem valioso segmento populacional que, apesar de afetado pelas desigualdades sociais do nosso país — 30,6% dos jovens podem ser considerados pobres e apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar per capita superior a dois salários mínimos (...) — representam uma geração vitoriosa, com condições reais de compreensão e enfrentamento da luta política e, principalmente, donas de imensa capacidade transformadora, indispensável a um projeto que vislumbre condições dignas de vida e trabalho para o povo brasileiro.” (Pacto pela Juventude, 2010).
- “Embora cerca de 80% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola, apenas 52,25% estão no Ensino Médio, etapa apropriada da trajetória escolar para esta faixa etária. A questão, portanto, é saber onde estão esses jovens que não cursam o Ensino Médio. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2011) do IBGE, muitos abandonaram a escola, 15,1% não estudam e 25,5% ainda permanecem no Ensino Fundamental. A meta proposta no Plano Nacional de Educação (PNE) é elevar a taxa de matrícula líquida no Ensino Médio para 85%.” (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 30).
- “Na comparação com 2010, o número de matrículas no Ensino Médio permaneceu praticamente estável, em torno de 8,4 milhões, segundo dados do Censo Escolar.” (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 33).
- “Apesar do salto expressivo na taxa líquida de matrícula entre 1995 e 2011, as regiões Norte e Nordeste ainda estão a meio caminho de alcançar a meta de conseguir colocar 85% dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio, proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Os estados do Norte registram em média taxa líquida de matrícula de 41,2% para essa etapa de ensino. No caso do Nordeste, esse percentual é de 42,6% (Pnad, 2011). E em Alagoas, apenas um terço dos jovens está no Ensino Médio.” (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 35).
- “Diferentemente do que se observa no Ensino Fundamental, as diferenças regionais estão presentes de forma perceptível: 17 pontos percentuais separam os resultados do Nordeste e do Sudeste — estes, puxados principalmente por São Paulo, que se coloca num patamar bem superior ao da média nacional, com 67,1% de taxa líquida de matrícula no Ensino Médio.” (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, p. 35).

- “O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio, calculado por amostragem, permaneceu praticamente estagnado em 2011. Com um crescimento de apenas 0,1 – o mesmo aumento desde que o índice começou a ser calculado, em 2005 –, o valor do Ideb da etapa que encerra a Educação Básica chegou a 3,7, atingindo a meta proposta pelo Inep.” (Fonte: <<http://www.cenpec.org.br/noticias/ler/Ideb-2011-Ensino-M%C3%A9dio-estagnado>>).
- Juventude e trabalho são temas intrinsecamente relacionados. Cerca de 59% da população de 15 a 29 anos está no mercado de trabalho, o que representa um contingente de 28 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- “A tendência de queda nas matrículas de EJA, que se verifica nos números nacionais, é confirmada em todas as unidades da federação, com maior ou menor intensidade. Chama a atenção o fato de que duas regiões registram redução superior à média nacional: o Sul e o Sudeste. No caso do Sudeste, a queda é de 27,5%, concentrada, porém, nos estados de São Paulo, com um percentual de 45,2% de diferença entre as matrículas de 2007 e as de 2011, e Rio de Janeiro (redução de 14%). Em Minas Gerais, a redução é de apenas 3%.” (Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013, p. 77).
- “Vale destacar que a discrepância entre os estados do Sudeste também aparece nos números referentes às matrículas na EJA integrada à Educação Profissional de nível médio. Enquanto Minas Gerais ostenta mais de 13 mil matrículas nessa modalidade, São Paulo aparece com apenas 262 estudantes.” (Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013, p. 77).
- “Na região Nordeste, o Ceará se destaca com uma queda de mais de 30% no número de matrículas. Os demais estados apresentam percentuais próximos da média regional, que registra redução de 15,2%.” (Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013, p. 77).
 “Os números do Censo Escolar confirmam a tendência de crescimento da participação dos cursos técnicos no total de matrículas do Ensino Médio. Entre 2005 e 2011, a fatia das matrículas em cursos técnicos sobre o total verificado no Ensino Médio regular passou de 8,2% para 14,9%, alcançando 1,2 milhão

de alunos.” (Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013, p. 81).

Figura 68: Ensino Médio. Taxa de matrícula líquida no Ensino Médio – Brasil – 1995-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

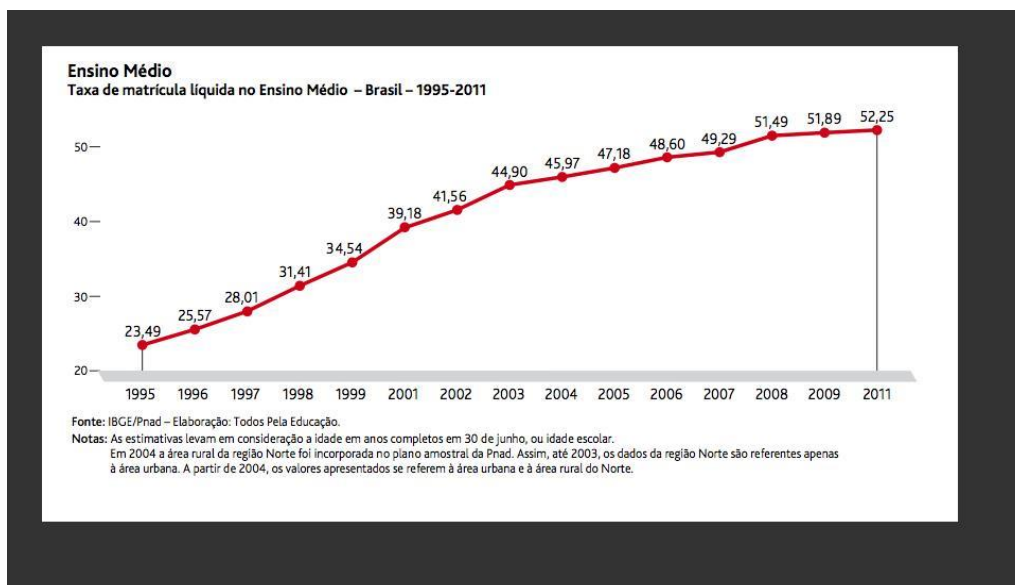


Figura 69: Onde estão os jovens de 15 a 17 anos. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 70: Ensino Médio. Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio. Brasil e Regiões – 2005-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Onde estão os jovens de 15 a 17 anos

Etapa de ensino	2007		2008		2009		2011	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Ensino Fundamental	2.696.694	26,5%	2.760.585	26,8%	2.860.416	27,7%	2.690.137	25,5%
Ensino Médio	4.975.587	48,8%	5.269.625	51,2%	5.336.474	51,6%	5.490.418	52,0%
Alfabetização de jovens e adultos	17.550	0,2%	13.186	0,1%	21.065	0,2%	16.007	0,2%
Educação de jovens e adultos - Fundamental	199.802	2,0%	169.571	1,6%	137.815	1,3%	141.382	1,3%
Educação de jovens e adultos - Médio	45.408	0,4%	32.251	0,3%	27.875	0,3%	27.371	0,3%
Ensino Superior	117.234	1,2%	124.521	1,2%	118.581	1,1%	144.250	1,4%
Pré-vestibular	30.688	0,3%	27.657	0,3%	32.571	0,3%	27.110	0,3%
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.822.710	17,9%	1.677.782	16,3%	1.561.369	15,1%	1.593.866	15,1%
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	280.310	2,8%	221.869	2,2%	241.726	2,3%	430.702	4,1%
Total	10.185.983	100%	10.297.047	100%	10.337.892	100%	10.561.243	100%

Fonte: IBCE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Ensino Médio

Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil e Regiões – 2005-2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Brasil	39,8 %	44,1 %	44,9 %	47,1 %	50,2 %	51,1
Norte	26,0 %	28,9 %	32,3 %	36,3 %	36,6 %	35,1
Nordeste	23,2 %	27,0 %	28,8 %	30,8 %	37,1 %	41,4
Sudeste	52,3 %	56,7 %	57,1 %	58,8 %	59,7 %	59,1
Sul	50,5 %	55,6 %	51,2 %	54,8 %	60,5 %	55,8
Centro-Oeste	40,1 %	41,5 %	45,2 %	48,0 %	49,5 %	58,4

Fonte: IBCE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Figura 71: Ensino Médio regular. Percentual de matrículas no Ensino Médio da rede pública por região, segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013)

Ensino Médio regular						
Percentual de matrículas no Ensino Médio da rede pública por região, segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2011						
Região geográfica	MATRÍCULAS					
	Total	Recurso disponível (%)				
		Biblioteca ou sala de leitura	Acesso à internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de esportes
Brasil	7.378.660	91,70%	95,60%	95,10%	37,70%	78,80%
Norte	699.123	88,10%	89,10%	87,90%	32,20%	75,90%
Nordeste	2.146.746	87,00%	91,50%	94,30%	46,60%	57,80%
Sudeste	2.998.401	94,20%	99,10%	96,20%	27,50%	91,80%
Sul	996.845	98,10%	98,90%	98,50%	46,90%	85,80%
Centro-Oeste	537.545	90,10%	95,10%	94,80%	48,70%	81,00%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Figura 72: Matrículas no Ensino Médio por Região – 2011. Segundo a região geográfica. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

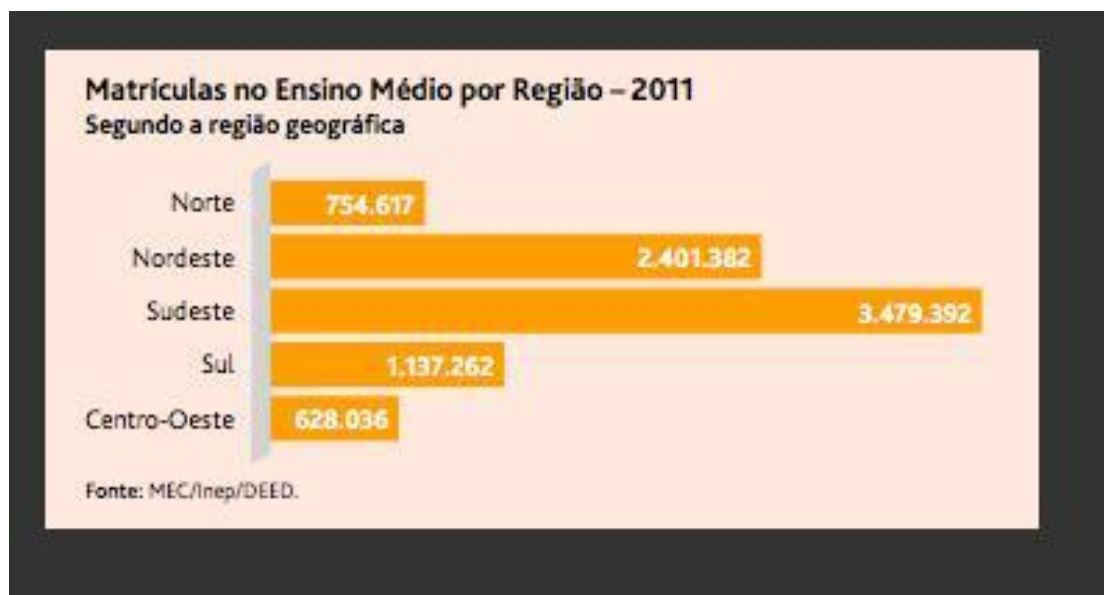


Figura 73: Ensino Médio. Taxa líquida de matrícula – 1995-2011. Por unidades da federação e regiões metropolitanas. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Ensino Médio															
Taxa líquida de matrícula – 1995-2011															
Por unidades da federação e regiões metropolitanas															
	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	18,18	17,39	19,64	22,98	26,89	29,08	31,52	34,82	29,50	32,19	36,01	38,30	40,84	40,33	42,98
Rorondônia	22,64	28,77	26,32	34,59	34,36	36,86	38,36	39,37	38,16	35,94	39,14	43,21	43,16	48,01	46,25
Acre	20,73	18,98	24,17	23,88	29,49	29,89	33,03	45,31	29,77	37,17	45,26	42,87	44,59	49,28	42,75
Amazonas	17,74	19,00	20,52	23,08	27,39	32,15	35,67	36,73	31,39	35,20	38,52	36,37	40,76	41,19	41,74
Roraima	32,26	33,35	27,01	28,26	45,24	39,82	39,79	50,76	40,40	39,85	47,72	52,88	54,11	54,10	55,28
Pará	17,00	13,75	18,69	19,30	23,52	24,63	25,55	29,54	23,80	26,33	29,09	34,49	35,97	32,66	39,55
Amapá	25,34	15,52	20,45	34,02	33,69	27,95	42,38	39,75	41,42	50,31	49,46	50,56	56,30	51,59	50,43
Tocantins	13,26	14,76	13,15	20,24	24,10	30,55	32,38	36,78	36,75	38,68	46,35	45,97	53,06	56,77	52,94
Região Nordeste	12,41	13,68	14,44	16,27	18,23	22,67	24,23	27,45	29,49	32,40	35,12	36,44	37,91	40,57	44,36
Maranhão	12,45	13,13	13,35	15,20	15,52	19,90	20,00	23,05	28,43	31,26	35,22	36,63	35,68	41,36	45,17
Piauí	10,53	11,90	12,07	10,41	14,99	22,93	16,82	26,79	25,13	28,58	33,84	33,86	36,79	36,52	41,59
Ceará	13,21	15,11	14,75	21,14	21,02	27,11	31,25	31,74	35,79	40,93	45,06	44,40	47,24	50,94	53,76
Rio Grande do Norte	17,24	21,31	19,75	17,45	21,63	31,13	31,12	34,90	36,32	40,05	35,53	40,21	35,93	41,99	48,04
Paraíba	14,03	14,61	17,08	18,14	20,67	20,47	19,74	23,30	25,34	25,32	31,29	33,54	38,10	37,99	43,63
Pernambuco	14,29	15,83	16,84	17,48	19,47	23,83	25,43	28,82	28,08	32,09	34,18	35,54	33,52	38,81	44,03
Alagoas	13,55	10,53	12,94	10,83	14,92	15,02	19,27	18,05	22,30	23,32	28,39	26,02	33,34	34,27	33,86
Sergipe	9,40	11,14	11,86	17,54	17,55	21,81	25,30	31,14	31,38	28,19	30,65	34,98	37,50	39,62	43,09
Bahia	10,40	11,94	12,82	15,07	17,51	21,36	24,24	27,32	28,83	32,09	33,23	35,43	37,48	37,63	40,93
Região Sudeste	30,67	33,71	36,59	41,47	44,70	50,68	54,42	57,73	59,99	59,74	59,98	60,49	63,04	61,60	59,61
Minas Gerais	21,14	23,04	24,47	32,64	36,31	40,86	45,61	50,06	52,02	53,75	53,08	53,26	57,77	55,69	55,95
Espírito Santo	26,27	27,73	30,69	36,10	37,77	43,03	48,48	48,31	53,59	44,96	51,80	43,90	51,53	53,35	53,58
Rio de Janeiro	28,59	30,24	32,39	34,90	38,70	45,25	46,26	49,16	49,23	48,99	52,57	55,48	54,81	51,90	50,91
São Paulo	36,91	41,41	44,61	48,32	51,34	58,04	62,66	65,21	68,21	67,92	67,27	67,61	69,99	69,26	65,76
Região Sul	30,42	33,36	36,55	39,77	45,33	48,80	50,84	52,64	54,39	53,98	54,36	53,53	55,79	56,92	54,41
Paraná	27,36	30,16	33,00	39,01	48,22	48,71	50,64	53,63	53,14	52,08	51,42	56,33	56,61	58,36	57,53
Santa Catarina	29,62	36,08	36,67	41,54	43,06	53,69	55,94	56,56	59,67	64,11	62,37	54,09	59,25	59,65	53,10
Rio Grande do Sul	34,07	34,97	40,19	39,56	43,65	46,01	47,94	49,37	52,54	49,74	52,16	50,14	52,84	53,76	51,81
Região Centro-Oeste	22,57	24,74	29,16	30,35	33,53	39,27	41,46	45,17	46,83	47,08	49,17	51,03	52,51	55,32	56,86
Mato Grosso do Sul	23,71	28,28	29,92	30,50	34,17	35,09	38,46	44,30	42,18	42,82	44,37	41,16	47,98	48,31	47,96
Mato Grosso	19,04	23,33	24,74	24,88	29,14	40,75	38,89	38,57	45,22	46,24	47,21	48,60	50,81	53,99	59,78
Goiás	20,42	19,35	25,79	29,00	31,42	37,40	41,36	44,26	47,62	46,30	49,33	54,04	53,82	55,23	56,31
Distrito Federal	31,36	35,93	40,51	39,63	43,27	46,33	49,20	56,29	51,36	54,75	56,02	57,05	56,54	64,33	63,02
Regiões Metropolitanas															
Belém	27,11	24,08	29,59	23,76	30,93	31,78	32,38	34,46	35,02	38,70	39,91	45,20	49,94	42,91	50,30
Fortaleza	23,08	24,58	25,48	30,32	32,57	37,50	41,79	40,00	46,82	48,53	50,65	48,76	52,00	52,66	55,63
Recife	20,69	24,14	23,15	24,83	28,80	34,16	38,03	38,72	41,22	43,31	46,35	46,73	45,19	48,91	53,88
Salvador	19,35	23,55	25,24	30,09	32,14	35,92	36,85	40,66	40,43	41,73	43,52	46,23	46,00	41,97	47,64
Belo Horizonte	24,70	24,95	28,81	35,10	39,01	51,27	55,23	58,25	60,55	61,01	59,57	58,24	63,79	61,96	59,49
Rio de Janeiro	31,49	32,22	35,52	36,65	39,98	47,98	47,96	51,60	51,49	51,05	54,82	56,32	58,69	52,70	52,70
São Paulo	39,65	43,37	44,20	48,78	51,27	60,47	62,86	64,69	68,69	68,44	68,48	70,50	71,89	69,19	64,92
Curitiba	34,63	32,99	33,22	42,27	47,27	45,50	48,84	56,75	54,83	54,24	51,58	53,03	62,40	58,53	53,41
Porto Alegre	34,99	37,01	38,81	39,55	42,60	49,17	49,13	50,96	50,47	49,73	51,08	51,01	53,61	53,20	51,68

Fonte: IBGE/Pniad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pniad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Figura 74: Ensino Médio. Estabelecimentos por dependência administrativa – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 75: Ensino Médio. Matrículas por dependência administrativa – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 76: Ensino Médio/Magistério e Integrado. Matrículas por etapa de ensino – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 77: Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado. Matrículas por turno – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

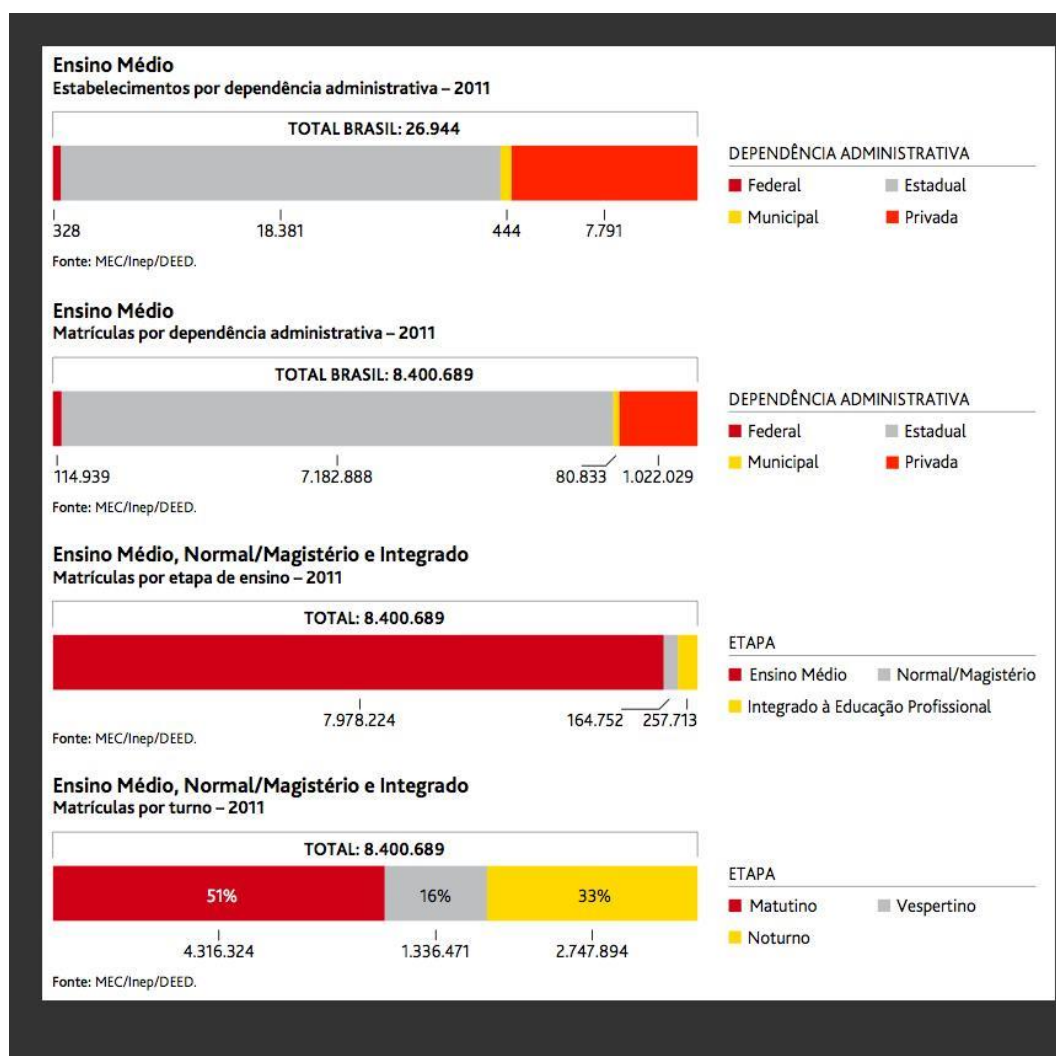
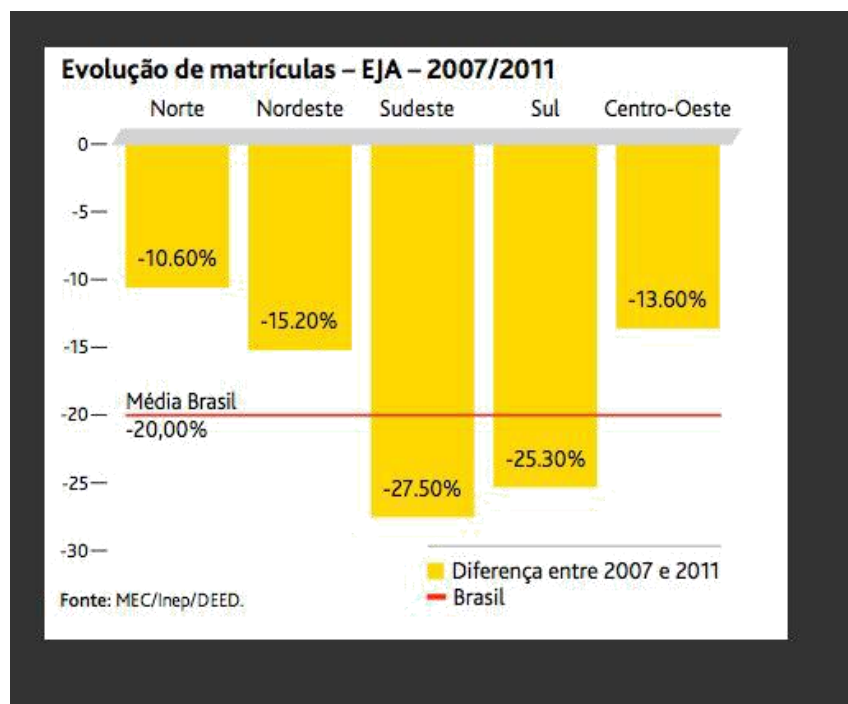


Figura 78: Evolução de matrículas – EJA – 2007/2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 79: Educação de Jovens e Adultos. Matrículas por etapa de ensino – 2007-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).



Educação de Jovens e Adultos
Matrículas por etapa de ensino – 2007-2011

Ano	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos Por Etapa de Ensino				
	TOTAL GERAL	Ensino Fundamental			Ensino Médio
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	
2007	4.975.591	3.367.032	1.160.879	2.206.153	1.608.559
2008	4.926.509	3.291.264	1.127.077	2.164.187	1.635.245
2009	4.638.171	3.090.896	1.035.610	2.055.286	1.547.275
2010	4.234.956	2.846.104	923.197	1.922.907	1.388.852
2011	3.980.203	2.657.781	935.084	1.722.697	1.322.422

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:
 1) Inclusive 231.213 matrículas de EJA presencial da 1ª à 8ª série em 2007.
 2) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
 3) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.
 4) Não inclui matrículas na EJA integrada à Educação Profissional de nível fundamental e médio.

Figura 80: Educação de Jovens e Adultos. Matrículas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 81: Educação de Jovens e Adultos. Matrículas – 2007 e 2011. Por unidades da federação e regiões. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 82: Matrículas de EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio na Região Sudeste – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Educação de Jovens e Adultos					
Matrículas no Ensino Fundamental – 2011					
	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrado à Educação Profissional presencial	Integrado à Educação Profissional semipresencial
BRASIL	2.681.776	2.458.596	199.185	23.239	756
Norte	365.109	344.976	18141	1784	208
Nordeste	1.217.169	1.170.443	29.714	16686	326
Sudeste	717.353	584.295	130.553	2351	154
Sul	224.095	202.080	19.777	2170	68
Centro-Oeste	158.050	156.802	1000	248	0

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação de Jovens e Adultos					
Matrículas no Ensino Médio – 2011					
	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrado à Educação Profissional presencial	Integrado à Educação Profissional semipresencial
BRASIL	1.364.393	1.086.012	236.410	40.844	1.127
Norte	137.162	117.954	16.529	2.636	43
Nordeste	349.586	284.825	50.029	14.254	478
Sudeste	585.186	428.566	137.867	18.396	357
Sul	168.636	135.717	29.179	3.628	112
Centro-Oeste	123.823	118.950	2.806	1.930	137

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Educação de Jovens e Adultos			
Matrículas – 2007 e 2011			
Por unidades da federação e regiões			
Unidade da Federação	TOTAL 2007	TOTAL 2011	Variação percentual 2007/2011
Região Norte	556.847	497.600	-10,60%
Rondônia	72.289	68.257	-5,60%
Acre	33.300	24.507	-26,40%
Amazonas	106.001	91.033	-14,10%
Roraima	16.945	11.304	-33,30%
Pará	272.230	257.955	-5,20%
Amapá	23.376	24.657	5,50%
Tocantins	32.706	19.887	-39,20%
Região Nordeste	1.809.630	1.535.011	-15,20%
Maranhão	211.149	189.067	-10,50%
Piauí	109.151	95.683	-12,30%
Ceará	270.765	186.237	-31,20%
Rio Grande do Norte	107.631	90.455	-16,00%
Paraíba	148.288	142.288	-4,00%
Pernambuco	272.125	226.592	-16,70%
Alagoas	101.869	109.330	7,30%
Sergipe	70.782	54.900	-22,40%
Bahia	517.870	440.459	-14,90%
Região Sudeste	1.767.986	1.281.281	-27,50%
Minas Gerais	362.324	351.310	-3,00%
Espírito Santo	66.366	69.130	4,20%
Rio de Janeiro	406.799	349.762	-14,00%
São Paulo	932.497	511.079	-45,20%
Região Sul	517.559	386.753	-25,30%
Paraná	197.003	140.655	-28,60%
Santa Catarina	133.941	97.218	-27,40%
Rio Grande do Sul	186.615	148.880	-20,20%
Região Centro-Oeste	323.569	279.558	-13,60%
Mato Grosso do Sul	77.289	51.012	-34,00%
Mato Grosso	91.179	104.966	15,10%
Goiás	92.898	69.515	-25,20%
Distrito Federal	62.203	54.065	-13,10%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas:
 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
 2) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.
 3) Não inclui matrículas na EJA integrada à Educação Profissional de nível fundamental e médio.

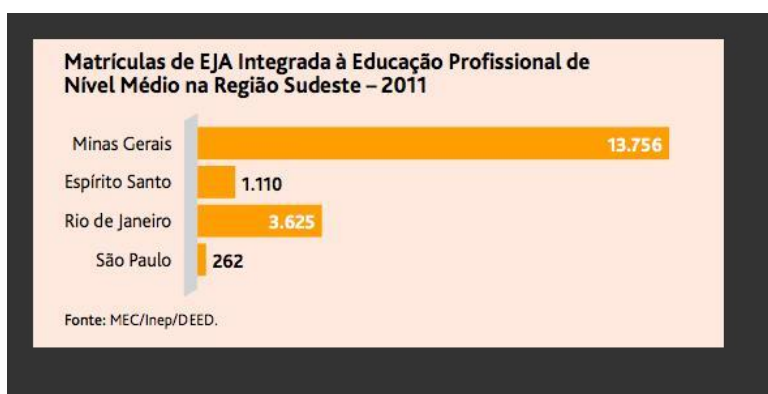


Figura 83: Educação Profissional. Estabelecimentos por dependência administrativa – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

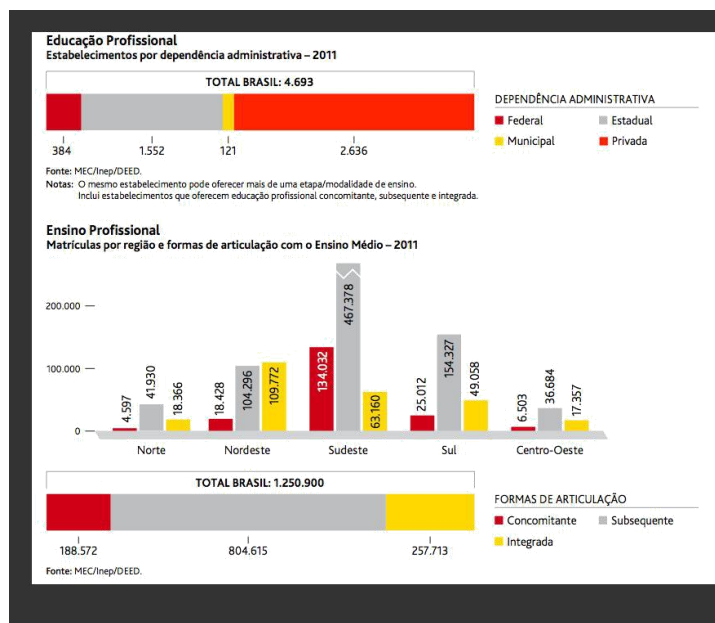


Figura 84: Ensino Profissional. Matrículas por região e formas de articulação com Ensino Médio – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 85: Evolução das matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional – Em mil. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

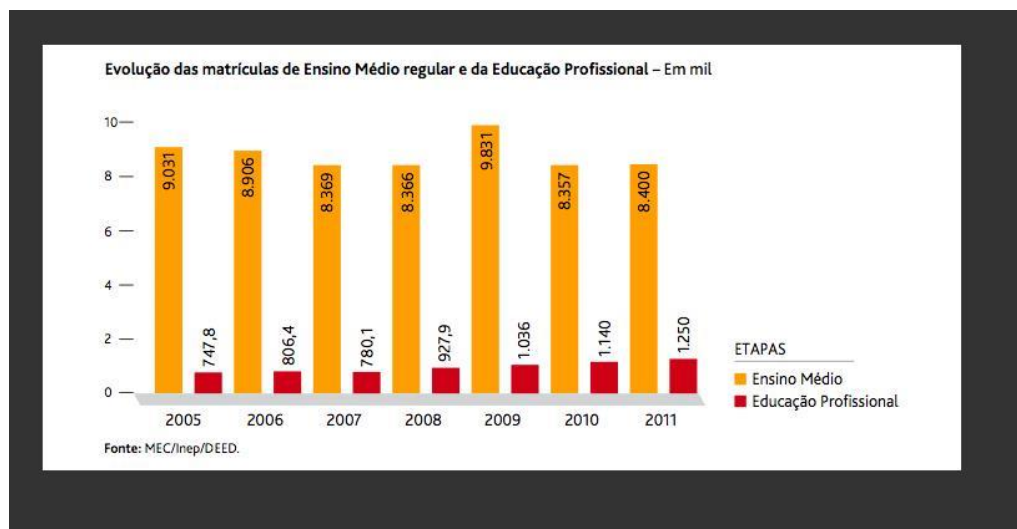


Figura 86: Participação da Educação Profissional no total de matrículas do Ensino Médio – Em %. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

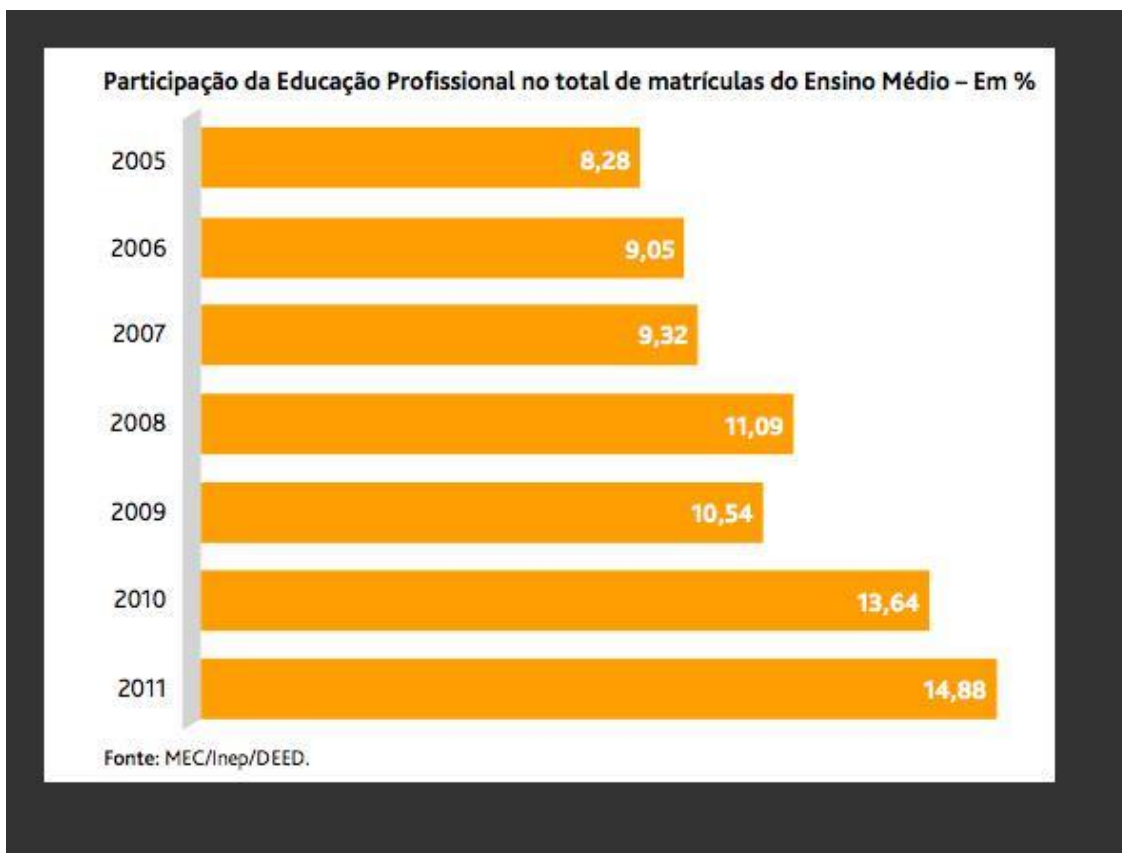


Figura 87: Educação Profissional. Matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional – 2011. Por regiões e unidades da federação. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Educação Profissional			
Matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional – 2011			
Por regiões e unidades da federação			
	Matrículas no Ensino Médio	Matrículas na Educação Profissional	Participação da Educação Profissional no total de matrículas do Ensino Médio
BRASIL	8.400.689	1.250.900	14,89%
Região Norte	754.617	64.893	8,60%
Rondônia	65.411	5.939	9,08%
Acre	38.502	1.515	3,93%
Amazonas	169.842	21.072	12,41%
Roraima	19.757	2.846	14,41%
Pará	352.602	19.689	5,58%
Amapá	37.983	4.289	11,29%
Tocantins	70.520	9.543	13,53%
Região Nordeste	2.401.382	232.496	9,68%
Maranhão	312.155	12.917	4,14%
Piauí	162.027	27.019	16,68%
Ceará	412.455	46.431	11,26%
Rio Grande do Norte	148.561	19.415	13,07%
Paraíba	143.091	10.277	7,18%
Pernambuco	408.591	40.363	9,88%
Alagoas	134.045	10.381	7,74%
Sergipe	81.948	5.546	6,77%
Bahia	598.509	60.147	10,05%
Região Sudeste	3.479.392	664.570	19,10%
Minas Gerais	861.022	153.703	17,85%
Espírito Santo	135.803	41.581	30,62%
Rio de Janeiro	609.680	103.083	16,91%
São Paulo	1.872.887	366.203	19,55%
Região Sul	1.137.262	228.397	20,08%
Paraná	481.846	86.563	17,96%
Santa Catarina	250.780	47.650	19,00%
Rio Grande do Sul	404.636	94.184	23,28%
Região Centro-Oeste	628.036	60.544	9,64%
Mato Grosso do Sul	100.250	11.515	11,49%
Mato Grosso	153.510	15.392	10,03%
Goiás	264.689	20.537	7,76%
Distrito Federal	109.587	13.100	11,95%

Fonte: MEC/Inep/DEED.

SUBEIXO 10 – Educação Superior

- Do total de instituições de ensino superior brasileiras 2.100 são privadas, de acordo com dados do MEC de 2010.
- O Brasil está na 64ª posição no Índice Global de Inovação 2013, produzido pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OPMI) e o 8º colocado na América Latina e Caribe. O baixo desempenho se deu, principalmente, nas avaliações referentes (a) aos índices que avaliam instituições (95º) – ambientes políticos, regulatórios e empresariais; (b) sofisticação do mercado (76º) – crédito, investimento e competitividade; (c) pesquisa e capital humano (75º) – educação e P&D; e (e) resultados de atividade criativa (72º) – ativos intangíveis, bens e serviços criativos e criatividade online.
- Dentre os melhores desempenhos do Brasil no Índice Global de Inovação 2013 estão: (a) o índice de artigos científicos citados (22º lugar); (b) proporção de produtos de alta e média alta tecnologias fabricados (22º); (c) nota média das três melhores universidades – USP, Unicamp e UFRJ – segundo o ranking QS (24º); (d) proporção de royalties e licenças recebidos em relação ao total de serviços exportados (29º); (e) gasto doméstico bruto em P&D de empresas em relação ao Produto Interno Bruto (36º); e (f) famílias de patentes requeridas em ao menos três escritórios (42º).
- O “Manifesto da Ciência Tropical: um novo paradigma para o uso democrático da ciência como agente efetivo de transformação social e econômica no Brasil”, lançado em 2010 pelo cientista Miguel Nicolelis, sugere quinze medidas necessárias para que o Brasil invista no desenvolvimento científico e educacional e se firme como uma das lideranças mundiais na produção e uso democratizante do conhecimento, enfatizando a descentralização da produção científica e a aproximação entre pesquisa e escola, potencializando todas as etapas da educação.

Figura 88: Educação Superior. Matrículas por dependência administrativa no Brasil e Regiões – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

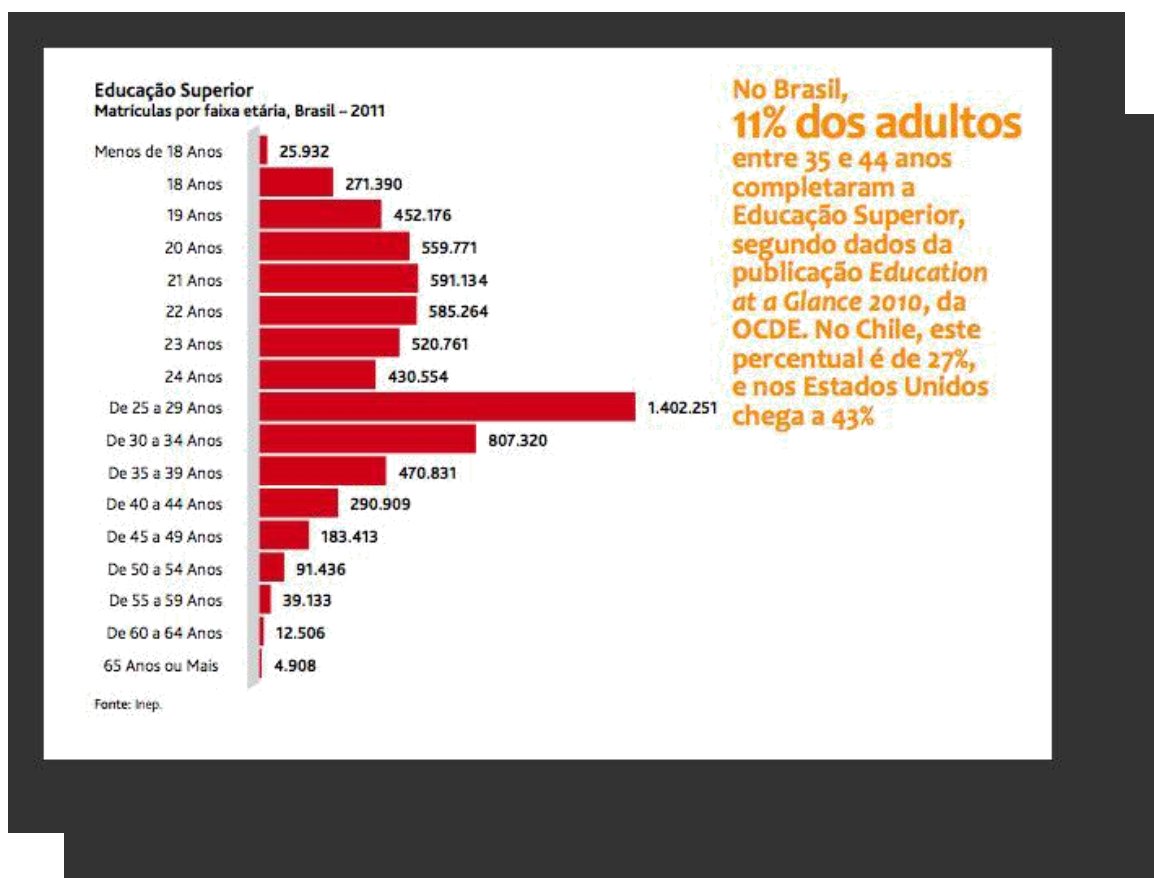


Figura 89: Educação Superior. Matrículas por faixa Etária. Brasil – 2011.

(Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Figura 90: Educação Superior. Taxa bruta e líquida de matrículas: 1995-2011. Faixa etária de 18 a 24 anos (%). (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

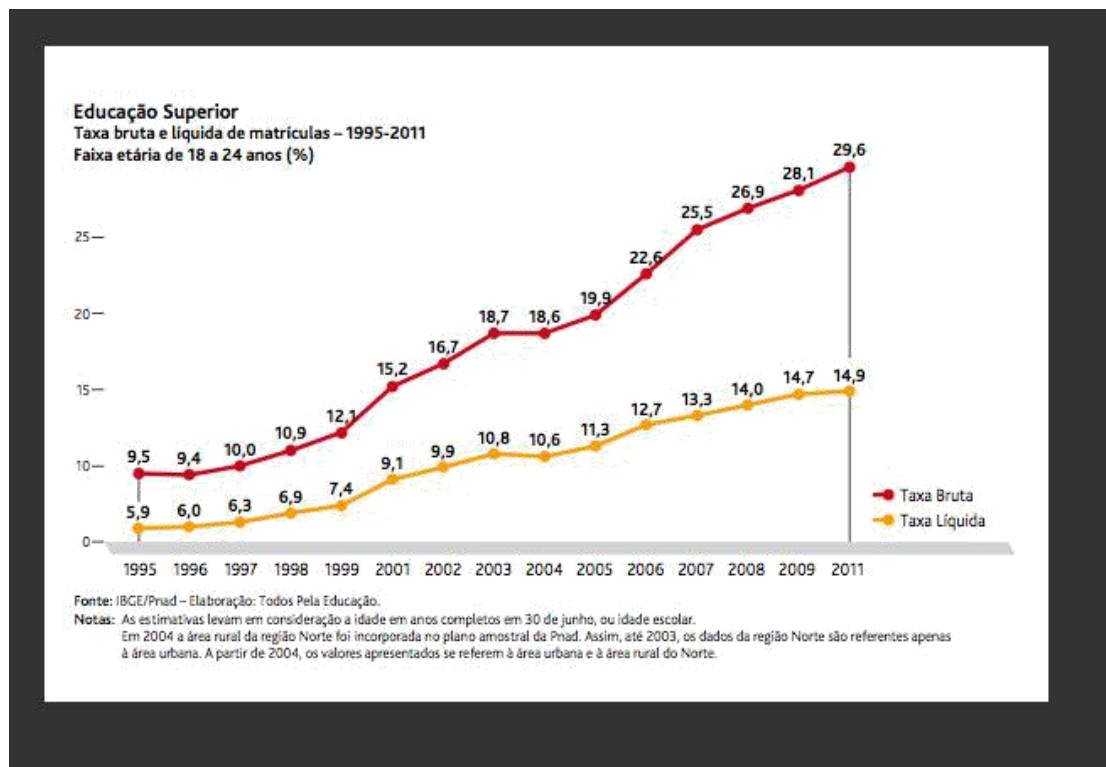


Figura 91: Educação Superior. Número de instituições – 2011. Brasil e Regiões. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

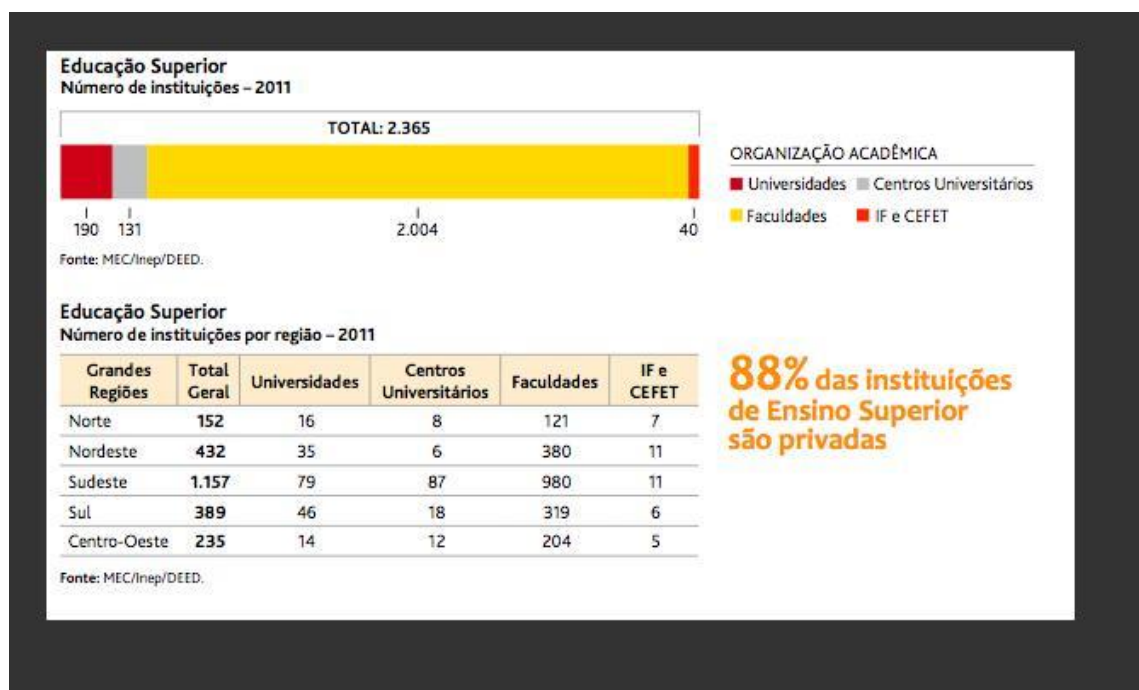


Figura 92: População com Educação Superior completa conforme faixa de renda – 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Faixa de renda	Faixa R\$	População com mais de 25 anos e Ensino Superior completo	População com mais de 25 anos
Até 1 salário mínimo	menor que R\$ 545	20,90%	48,44%
De 1 até 2 salários mínimos	entre R\$ 545 e R\$ 1090	13,73%	27,87%
De 2 até 3 salários mínimos	entre R\$ 1090 e R\$1635	14,39%	9,73%
De 3 até 5 salários mínimos	entre R\$ 1635 e R\$ 2725	15,96%	5,76%
De 5 até 10 salários mínimos	entre R\$ 2725 e R\$ 5450	17,63%	3,98%
Mais de 10 salários mínimos	maior que R\$ 5450	17,39%	4,23%

Fonte: Prad/IBGE.

Figura 93: Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil. Ao final do ano – 2010-2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

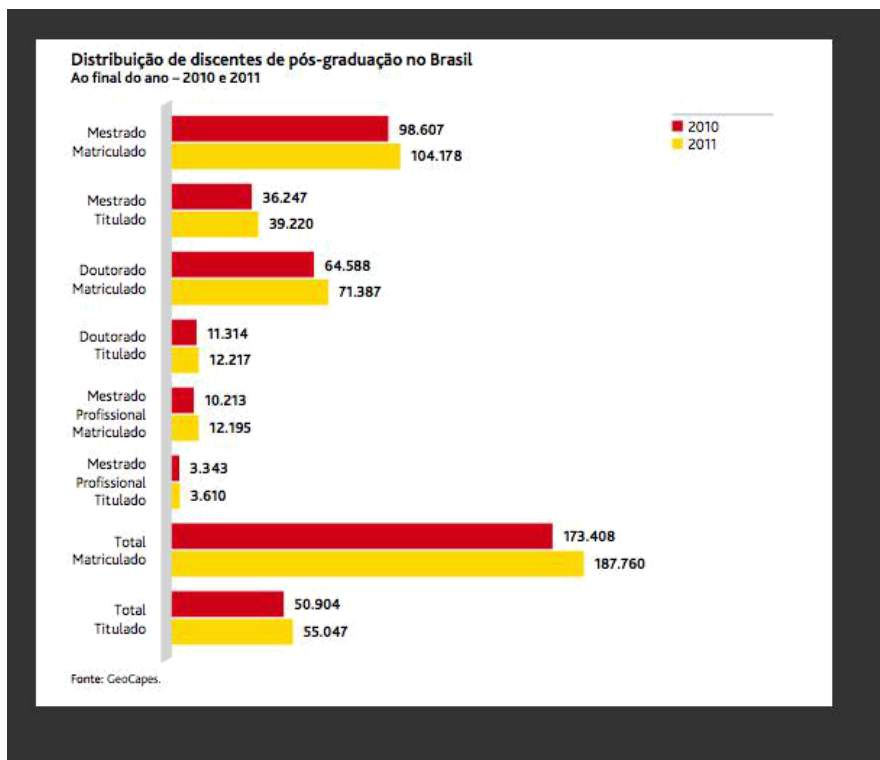


Figura 94: Educação Superior. Taxa de matrícula – 1995-2011 (%). Por unidades da federação e regiões metropolitanas. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Educação Superior															
Taxa líquida de matrícula – 1995-2011 (%)															
Por unidades da federação e regiões metropolitanas															
	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Região Norte	3,5	3,4	3,5	3,6	3,8	5,2	6,9	6,3	5,6	6,9	7,6	9,0	9,6	10,9	10,8
Rondônia	2,6	2,7	2,0	4,8	5,2	5,2	8,7	9,4	7,6	8,2	9,2	11,6	12,9	14,7	10,9
Acre	2,5	7,5	6,2	5,5	4,0	9,0	7,9	10,6	6,0	9,2	10,6	13,2	10,7	10,1	13,5
Amazonas	2,8	3,1	3,4	2,7	3,4	4,7	8,0	6,6	5,4	7,3	8,9	11,1	10,8	13,4	12,5
Roraima	5,9	7,0	7,3	5,9	4,0	4,9	3,1	7,6	5,2	6,5	9,5	13,8	10,7	20,9	26,8
Pará	3,7	3,6	4,1	4,4	3,4	5,0	5,9	4,8	4,3	5,5	5,4	6,1	7,1	7,1	7,8
Amapá	4,2	4,5	0,5	0,6	4,0	4,7	4,6	9,3	8,4	9,6	12,6	11,4	12,5	13,7	14,4
Tocantins	4,1	1,8	2,6	2,2	4,7	6,2	8,5	6,4	10,2	9,8	10,7	11,0	14,1	17,9	14,6
Região Nordeste	3,0	3,2	3,1	3,3	3,7	5,2	5,2	5,8	5,9	6,1	7,2	7,6	8,3	9,5	10,7
Maranhão	2,7	1,9	1,2	1,0	2,1	4,4	4,1	4,9	4,9	5,2	6,0	6,6	4,3	6,9	6,2
Piauí	2,0	1,8	3,2	2,5	1,7	6,8	5,3	6,7	6,8	7,9	8,3	6,4	9,6	13,7	12,9
Ceará	2,8	2,8	2,8	2,7	4,2	5,8	6,6	6,1	6,6	6,7	8,1	8,5	9,9	9,7	13,1
Rio Grande do Norte	3,7	4,2	5,5	4,2	4,6	6,1	6,4	5,7	5,5	6,6	8,5	10,1	9,9	10,1	11,7
Paraíba	4,3	5,2	4,8	5,9	7,0	4,9	6,4	7,0	6,0	6,3	7,9	7,9	8,6	11,0	15,7
Pernambuco	4,1	4,1	3,4	4,6	4,4	5,6	5,3	5,7	6,2	6,4	7,8	7,5	8,7	9,5	10,5
Alagoas	2,7	4,3	2,8	4,1	3,9	5,7	4,6	5,5	4,1	4,4	5,2	6,8	7,7	11,1	11,9
Sergipe	3,8	3,9	3,5	4,1	5,4	7,3	7,1	7,8	8,0	8,6	10,8	10,4	13,3	15,0	14,0
Bahia	2,3	2,6	2,7	2,7	3,0	4,0	4,1	5,3	5,6	5,4	6,0	6,8	7,5	7,8	8,7
Região Sudeste	7,9	7,5	8,3	8,8	9,4	11,0	12,2	13,0	13,2	13,9	15,8	16,8	17,0	17,3	16,5
Minas Gerais	4,6	4,9	5,0	5,4	5,6	6,8	9,3	10,0	10,7	11,0	13,3	13,6	14,2	15,0	15,5
Espírito Santo	4,3	4,4	5,0	4,5	7,7	9,2	14,5	11,4	12,2	12,1	13,2	16,0	12,7	12,3	15,8
Rio de Janeiro	8,2	8,4	7,9	9,5	10,3	12,5	13,9	15,4	14,6	15,8	19,0	17,4	18,0	18,5	16,4
São Paulo	9,6	8,6	10,3	10,5	11,1	12,6	12,8	13,8	14,0	14,8	16,2	18,1	18,3	18,3	17,1
Região Sul	7,5	7,8	8,1	9,7	10,4	12,7	13,8	16,2	15,4	16,3	17,2	17,0	19,1	19,2	18,9
Paraná	5,8	6,6	6,7	8,5	9,3	11,7	12,1	14,9	17,2	15,1	16,7	17,5	18,7	19,4	19,9
Santa Catarina	7,1	6,8	7,1	9,0	9,1	13,8	14,1	16,9	14,5	18,5	18,4	18,0	20,1	20,5	19,0
Rio Grande do Sul	9,7	9,6	10,0	11,2	12,2	12,9	15,3	17,1	14,4	16,2	17,1	15,8	18,8	18,3	17,7
Região Centro-Oeste	5,2	6,7	6,3	6,9	7,7	9,7	11,9	12,3	12,4	13,9	14,9	16,0	16,6	17,9	19,9
Mato Grosso do Sul	4,5	7,6	6,3	7,2	8,2	10,5	12,8	13,8	11,6	13,5	12,3	15,4	13,3	16,4	18,4
Mato Grosso	3,2	7,9	5,5	5,9	5,5	7,2	9,2	8,0	8,3	10,2	11,7	10,9	16,9	16,2	19,4
Goiás	4,4	4,5	4,7	5,6	6,9	8,8	10,8	11,8	12,2	13,1	14,7	15,2	13,4	16,4	18,2
Distrito Federal	9,8	9,1	10,9	10,4	11,3	13,8	16,5	17,2	18,0	20,0	21,3	24,0	26,3	24,1	25,8
Regiões Metropolitanas															
Belém	9,4	8,8	9,0	9,7	7,7	7,7	9,6	8,1	10,0	10,3	10,4	14,0	14,0	12,8	16,6
Fortaleza	5,3	5,3	5,6	5,1	7,4	9,8	11,0	10,4	11,5	11,3	11,8	12,8	14,5	13,2	16,0
Recife	7,0	5,9	6,6	8,1	7,0	9,6	9,1	9,5	10,7	12,0	13,7	12,5	12,8	14,5	15,0
Salvador	6,3	7,8	7,9	7,2	7,9	9,6	10,0	10,6	12,5	10,2	12,4	14,7	13,9	13,1	16,1
Belo Horizonte	7,1	8,3	7,1	8,1	7,2	8,6	11,8	13,6	13,6	13,7	16,9	16,2	18,5	18,6	17,9
Rio de Janeiro	9,4	9,5	9,1	10,8	11,7	13,1	14,4	17,2	15,5	17,3	20,6	18,8	19,3	20,1	17,5
São Paulo	10,9	9,9	11,1	11,6	11,4	13,5	13,9	14,2	14,4	15,8	16,8	18,9	19,4	19,2	17,4
Curitiba	7,8	8,3	10,7	10,3	12,5	15,1	16,0	17,9	18,0	17,3	19,9	20,8	20,2	21,4	19,8
Porto Alegre	11,9	12,1	13,4	13,5	13,4	15,3	18,6	19,4	16,7	17,1	17,8	18,1	20,8	19,5	20,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Em 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados se referem à área urbana e à área rural do Norte.

Figura 95: Educação Superior. Distribuição de discentes de pós-graduação. Por unidade da federação ao final de 2011. (Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013).

Educação Superior								
Distribuição de discentes de pós-graduação								
Por unidade da federação ao final de 2011								
	Mestrado matriculado	Mestrado titulado	Doutorado matriculado	Doutorado titulado	Mestrado Profissional matriculado	Mestrado Profissional titulado	Total matriculado	Total titulado
Região Norte								
Rondônia	288	71	31	3	0	0	319	74
Acre	168	63	0	0	0	0	168	63
Amazonas	1.194	402	421	64	163	65	1.778	531
Roraima	115	30	0	0	15	0	130	30
Pará	2.439	806	1.020	146	90	19	3.549	971
Amapá	153	46	17	1	0	0	170	47
Tocantins	240	65	20	0	39	0	299	65
Região Nordeste								
Maranhão	759	248	99	8	7	0	865	256
Piauí	714	255	73	5	20	0	807	260
Ceará	2.749	1.039	2.118	340	663	165	5.530	1.544
Rio Grande do Norte	2.096	750	1.281	171	166	38	3.543	959
Paraíba	2.575	1.145	1.522	262	116	17	4.213	1.424
Pernambuco	4.002	1.622	2.920	423	540	148	7.462	2.193
Alagoas	775	303	169	31	47	0	991	334
Sergipe	1.034	368	264	20	25	11	1.323	399
Bahia	3.689	1.273	1.996	275	531	98	6.216	1.646
Região Sudeste								
Minas Gerais	10.321	4.290	6.721	1.165	1.269	300	18.311	5.755
Espírito Santo	1.640	596	425	51	195	63	2.260	710
Rio de Janeiro	12.242	4.526	10.132	1.744	2.825	901	25.199	7.171
São Paulo	27.964	10.296	26.021	4.969	2.956	963	56.941	16.228
Região Sul								
Paraná	7.082	2.813	3.399	455	466	184	10.947	3.452
Santa Catarina	4.382	1.655	2.539	422	537	167	7.458	2.244
Rio Grande do Sul	9.693	3.738	6.498	1.130	997	241	17.188	5.109
Região Centro-Oeste								
Mato Grosso do Sul	1.318	502	308	46	83	33	1.709	581
Mato Grosso	1.050	412	169	12	25	0	1.244	424
Goiás	2.267	798	945	149	101	20	3.313	967
Distrito Federal	3.229	1.108	2.279	325	319	177	5.827	1.610

Fonte: GeoCapes.